

EAS Estudos de
Administração e
Sociedade



Revista EAS. Niterói – RJ, v.8, nº2, 2023 - Publicação semestral do
Programa de Pós-Graduação em Administração, PPGAd - UFF

DIREITOS

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

Permite-se a reprodução desde que citada a fonte.

DISPONIBILIDADE

A Revista Estudos de Administração e Sociedade está disponível

em: <http://revistaeads.uff.br>

CATÁLOGO

Revista Estudos de Administração e Sociedade – v. 8, n. 2, (2023)
– Niterói Universidade Federal Fluminense, 2017

Frequência: Semestral

ISSN: 2525-9261

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Publicação do Programa de Pós Graduação em Administração –
PPGAd Universidade Federal Fluminense

(<http://www.adm.uff.br>)

INFORMAÇÕES DA EDIÇÃO ATUAL

Sigla e Nome do Periódico	Cidade de Edição	Volume (Edição Atual)	Número (Edição Atual)	Ano (Edição Atual)
EAS – Revista Estudos de Administração e Sociedade	Niterói/ Rio de Janeiro	v.8	n.2	Jul. Dez. / 2023

EDITOR-CHEFE

CLÁUDIO ROBERTO MARQUES GURGEL

EDITOR DA SEÇÃO ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA

PAULO EMÍLIO MATOS MARTINS

CO-EDITORA

JANAÍNA MACHADO SIMÕES

**EDITOR DA SEÇÃO ESTADO, ORGANIZAÇÕES E
SOCIEDADE**

SÉRGIO DE SOUSA MONTALVÃO

CO-EDITORA

DENISE RIBEIRO DE ALMEIDA

COORDENADORA EDITORIAL

LILIANE MAGALHÃES GIRARDIN PIMENTEL FURTADO

ASSISTENTE EDITORIAL

GABRIEL COUTINHO MELO

**COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGAd UFF**

ANA RAQUEL COELHO ROCHA

COMITÊ EDITORIAL

- Prof. Antonio de Araujo Freitas Junior, Fundação Getulio Vargas - FGV, Brazil
- Prof. Bianor Scelza Cavalcanti, Fundação Getulio Vargas - FGV
- Prof. Cláudia Souza Passador, FEARP/USP, Brazil
- Prof. Claudio Marques Gurgel, UFF - Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Clezio Saldanha dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil
- Prof. Elvia Mirian Cavalcanti Fadul, Universidade Salvador - UNIFACS, Brazil
- Prof. Fernando de Souza Coelho, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Brazil
- Prof. Florence Pinot de Villechenon, ESCP Europe, France
- Prof. Francisco César Pinto da Fonseca, Centro de Estudos de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Brazil
- Prof. Frederico Lustosa da Costa, Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis., Brazil
- Prof. Freddy Mariñez Navarro, El Colegio de Jalisco, Mexico
- Prof. Javier Jasso Villazul, Facultad de Contaduría y Administración de la Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, México.
- Prof. Joel de Lima Pereira Castro Junior, Programa de Pós-graduação em Administração - PPGAd / Universidade Federal Fluminense – UFF (*In memorian*)
- Prof. José Antonio Gomes de Pinho, Escola de Administração/UFBA, Brazil
- Prof. José Walkimar de Mesquita Carneiro, Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Juan Mozzicafreddo -ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal (*In memorian*)
- Prof. Maria Arlete Duarte de Araújo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Brazil
- Prof. Marco Aurélio Marques Ferreira, Universidade Federal de Viçosa
- Prof. Paulo Emílio Matos Martins, Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Paulo Roberto de Mendonça Motta, Fundação Getulio Vargas/EBAPE
- Prof. Rodrigo de Souza Filho, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF
- Prof. Sergio Azevedo Fonseca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Brazil
- Prof. Sonia Maria Fleury Teixeira, Fundação Oswaldo Cruz, Brazil

SUMÁRIO – TABLA DE CONTENIDOS – CONTENTS

Editorial: Temas do trabalho e do desenvolvimento na esteira da reconstrução

- pp. 01 – 03

Claudio R. Marques Gurgel

1. Arrecadação de Recursos das Entidades do Terceiro Setor na Região Sul do Brasil: Análise da Variável Contingencial Tecnologia

- pp. 04 – 20

*Natália Carvalho Leme
Cássia Vanessa Olak Alves Cruz
Mayara Moretti
Marcelo José Ferreira Gomes
Patrícia Nascimento Zaramelo*

2. Empreendedorismo social como alternativa à redução da pobreza e desigualdades sociais no contexto da sociedade brasileira contemporânea

- pp. 21 – 47

*Eliane Ribeiro Pereira
José Paulo Cosenza*

3. Ensino de filosofia e ética nos currículos de administração pública

- pp. 48 – 63

Sandro Trescastro Bergue

4. Políticas públicas e tecnologia assistiva no âmbito do trabalho no Brasil

- pp. 64– 83

*Maraísa da Silva Soares Costa
Cláudia Aparecida Avelar Ferreira
Simone Costa Nunes*

5. Lista de Avaliadores 2023

- pp. 84– 85

EDITORIAL

TEMAS DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO NA ESTEIRA DA RECONSTRUÇÃO

Claudio Gurgel

Editor-chefe

A edição da EAS, que encerra o ano de 2023, reflete com exatidão a reconstrução do Estado levada a efeito, mas principalmente expressa o passo à frente da sociedade brasileira.

Esse passo à frente é, com o apoio das políticas públicas e agências do Estado, além obviamente dos agentes que tocam a produção privada, o avançar em busca do desenvolvimento – isto é, crescimento do produto e crescimento do acesso a esse produto, ao emprego e a expectativas positivas em relação ao futuro.

Os temas que ocupam essa edição tratam desse movimento que significa o objetivo mesmo da relação do Estado com a sociedade - esta o verdadeiro palco onde as coisas acontecem com toda a energia e realidade.

O primeiro dos artigos, intitulado *Arrecadação de Recursos das Entidades do Terceiro Setor na Região Sul do Brasil- Análise da Variável Contingencial Tecnologia*, trata da captação de recursos, aspecto vital de qualquer organização, e do papel que a tecnologia utilizada exerce na sensibilização das fontes de provimento desses recursos. Evidentemente que estamos envolvidos com uma das mais contemporâneas correntes do pensamento administrativo que é a chamada abordagem contingencial ou contingencialismo. Exatamente com um dos seus determinismos, o determinismo tecnológico, sabidamente representado por Joan Woodward, autora do clássico *Management and technology*.

A seguir, o artigo *Empreendedorismo social como alternativa à redução da pobreza e desigualdades sociais no contexto da sociedade brasileira*

contemporânea retoma uma discussão necessária. É a colocação em evidência de um dos mais graves problemas do capitalismo, já de há muito tempo apontado por grandes estudiosos, de Marx a Keynes: a pobreza e a desigualdade. Em rigor, essa chaga tem se agravado em todo mundo e infelizmente o Brasil não conseguiu criar um plano de desenvolvimento nacional que de fato combata esse processo de degradação da vida. Entre nós, as reformas que estenderam a terceirização à área fim, reduziram a fiscalização e enfraqueceram a justiça do trabalho, acabaram por facilitar a *uberização* e a *pejotização* dos “contratos” de emprego, acentuando mais ainda esse empobrecimento crescente e a extrema desigualdade entre ricos e pobres. O artigo sinaliza com uma possibilidade, entre muitas, que são os pequenos empreendimentos sociais, os quais alcançam os segmentos mais necessitados da sociedade. Bem poderiam fazer parte de um *plano de aceleração da distribuição da riqueza e da renda* que o governo atual está devendo aos brasileiros.

Continuando, o Leitor encontrará o texto *Ensino de filosofia e ética nos currículos de administração pública*. O título é autoexplicativo, mas sua proposta não é simples. Na verdade, quando se fala em administração pública, nos tempos atuais, as questões que ganham relevo estão associadas ao treinamento e à adoção das chamadas *melhores práticas*, de fundo privado. Entretanto, cada vez mais se demonstra que a ansiada eficiência está mais ligada a valores do que a técnicas, a despeito dessas últimas não serem dispensáveis. Ao contrário, devemos trata-las com atenção e principalmente com ética, colocando-a efetivamente a serviço do público. Veja-se por exemplo os Sistemas Eletrônicos de Informação, SEI, amplamente usados nas organizações, inclusive nas universidades brasileira. É um meio de, na aparência, simplificar e agilizar os processos administrativos. Mas, na falta de ética, eles se transformaram em meio de evitar o acesso direto e presencial dos usuários aos serviços; um veículo de criação de novas dificuldades operacionais para o atendimento das demandas públicas. Filosofia e ética na administração pública é mais que uma necessidade; é a sobrevivência mesma da administração pública, o caminho da recuperação do seu *valor público*.

Fechando a edição, temos o artigo intitulado *Políticas públicas e*

tecnologia assistiva no âmbito do trabalho no Brasil, texto que de certo modo dialoga com o anteriormente visto. Discute-se as condições necessárias para a inclusão de pessoas com deficiência, que por todos os motivos e com todas as razões precisam trabalhar. A tecnologia assistiva é um recurso que ajuda a enfrentar o *capacitismo*, distorção em que incorrem muitos gerentes ou dirigentes de organizações públicas e privadas, para quem o velho valor fayolista da aparência e postura corporais ainda é critério de seleção. O debate desse tema precisa estar continuamente pautado, como uma forma de alertar para a necessidade de combater esse desvio de avaliação do valor humano, no que a tecnologia assistida é uma importante aliada.

A revista Estudos de Administração e Sociedade, EAS, ao concluir o ano com sua edição atual, agradece aos que nos acompanham, aos autores, aos avaliadores, aos nossos leitores, e deseja a todas e todos, em meio a festas e alegria da chegada de um novo ano, boas leituras.

Artigo – Administração Brasileira.

Arrecadação de Recursos das Entidades do Terceiro Setor na Região Sul do Brasil: Análise da Variável Contingencial Tecnologia

Nome: Natália Carvalho Leme 1
Universidade Estadual de Londrina
e-mail: natalialeme@uel.br
Nome: Cássia Vanessa Olak Alves Cruz 2
Universidade Estadual de Londrina
e-mail: cassiavanessa@uel.br
Nome: Mayara Moretti 3
Universidade Estadual de Londrina
e-mail: mayara.moretti@uel.br
Nome: Marcelo José Ferreira Gomes 4
Universidade Estadual de Londrina
e-mail: marcelo.contabeis@uel.br
Nome: Patrícia Nascimento Zaramelo 5
Universidade Estadual de Londrina
e-mail: patricia.zaramello@uel.br

RESUMO

A captação de recursos é um dos principais desafios enfrentados pelas organizações do Terceiro Setor, nesse sentido a presente pesquisa tem como objetivo examinar a importância para a captação de recursos financeiros de organizações do 3º setor da variável tecnologia, tomando como referência a teoria contingencial. Para isso, foi realizado um levantamento de todas as entidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul cadastradas como OSCIPS- Organização da Sociedade Civil no Mistério da Justiça para envio de um questionário adaptado de Schulz (2014). A pesquisa é caracterizada como descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, sendo aplicado o estudo de correlação (teste t de Student) para variáveis quantitativas (grau de tecnologia e de arrecadação) e o estudo de associação (teste Qui-Quadrado) para variáveis qualitativas (a percepção da entidade quanto ao uso das tecnologias). Por meio desse estudo, foi constatado que existe uma correlação positiva, embora fraca, da tecnologia com a arrecadação de recursos, tendo maior influência para a captação de recursos a forma com que a entidade executa a sua prestação de contas para a sociedade.

Palavras chave: Terceiro Setor; Teoria da Contingência; Tecnologia; Arrecadação de recursos.

ABSTRACT

Fundraising is one of the main challenges faced by Third Sector organizations, in this sense the present research aims to examine the importance of technology variable for capturing financial resources from third sector organizations, taking contingency theory as a reference. To this end, a survey was carried out of all entities in Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul registered as OSCIPS - Civil Society Organization in the Mystery of Justice for sending a questionnaire adapted from Schulz (2014). The research is characterized as a descriptive, with a quanti-qualitative approach, being applied the correlation study (Student t test) for quantitative variables (degree of technology and collection) and the association study (Qui- Square) for qualitative variables (the entity's perception regarding the use of technologies). Through this study, it was found that there is a positive, albeit

¹ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (2017); Especialista em Gestão Orçamentária e Financeira pela Universidade Federal do Tocantins (2016); e Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Tocantins (2014).

² Doutora em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), (2010); Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP) (2005); Especialista em Contabilidade e Controladoria Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina (2003); e Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Londrina (2000).

weak, correlation between technology and fundraising, with greater influence on fundraising being the way in which the entity performs its accountability to society.

Keywords: Third Sector; Contingency Theory; Technology; Fundraising.

[Submetido em 17-04-2023 – Aceito em: 06-12-2023 – Publicado em: 22-12-2023]

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, vários fatores contribuíram para o desenvolvimento das Entidades do Terceiro Setor no Brasil, como a redefinição do papel do Estado, a globalização e a mudança no perfil do mercado. Segundo Milani Filho, Corrar e Martins (2003), essas entidades têm como objetivo principal auxiliar os indivíduos e com isso, permitir um aperfeiçoamento público ou coletivo.

A constituição das Entidades do Terceiro Setor ocorre de forma voluntária, sendo o seu patrimônio pertencente à sociedade como um todo ou apenas a um determinado segmento dela, não cabendo aos seus membros quaisquer parcelas sobre ele, como ressalva Olak e Nascimento (2010). Outras características apontadas pelos autores é que essas entidades têm personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com capacidade de garantir a sua continuidade.

Todavia permanecer em continuidade é um desafio para qualquer organização, visto que com o aumento da concorrência, o ambiente organizacional deverá adaptar sua estrutura, para tornar-se mais competitivo (Matos, 2010). Uma das teorias que busca compreender o comportamento organizacional em relação a diferentes estruturas e ambiente é a chamada teoria da contingência. A premissa dessa teoria é de que não existe uma única e melhor maneira de organizar, mas sim uma forma apropriada para cada situação técnica. Segundo Morgan (2007), na teoria contingencial as organizações são capazes de influenciar a natureza de seu ambiente, assim como sofrem influência dessa variável, desempenhando dessa forma um papel ativo na determinação do seu futuro, especialmente quando atuando em conjunto com outras organizações.

Dentro dessa perspectiva, diversas pesquisas foram executadas visando o desenvolvimento da teoria contingencial, e destacam-se os estudos realizados por: Woodward (1958), que tratou da variável tecnologia como fator de contingência; Burns & Stalker (1961), que estudaram o ambiente externo mecânico e orgânico; Chandler (1962), que relacionou a estratégia e a estrutura; Lawrence & Lorsch (1967), pesquisaram sobre ambiente e estrutura; e Perrow (1976), que tratou da tecnologia e da estrutura. Já na literatura do século XXI, Chenhall (2003) tem grande relevância por sua revisão sobre estudos da teoria contingencial, o autor utiliza-se desta teoria desde 1980, ressaltando a urgência de futuros trabalhos a serem desenvolvidos com abordagem qualitativa.

Neste trabalho, busca-se analisar a variável tecnologia, agregada ao ambiente interno do terceiro setor na região Sul do Brasil e verificar se a mesma influencia na captação de recursos sejam eles financeiros, ou mesmo de pessoas. Existem vários significados para a tecnologia na literatura, geralmente ela está relacionada com os processos de trabalhos das organizações, sendo eles a transformação de entradas e saídas, bens e serviços, materiais, softwares, hardwares, pessoas e seus conhecimentos (Chenhall, 2003). A tecnologia passou a ser considerada como uma variável contingencial após Woodward (1958) ter indicado que as organizações não dependem delas próprias, mas sim das circunstâncias ambientais e tecnológicas que elas utilizam.

Sendo as Entidades do Terceiro Setor organizações de sistemas abertos dependentes de recursos públicos e particulares para manterem as suas atividades, o presente trabalho

tem como problema de pesquisa a seguinte questão: Qual a correlação entre a variável contingencial tecnologia e a arrecadação de recursos das Entidades do Terceiro Setor no Brasil? Para responder essa questão, o artigo tem como objetivo geral analisar a correlação entre a variável contingencial tecnologia e os recursos arrecadados, trabalhos voluntários e outras receitas próprias das Entidades do Terceiro Setor, em específico na região Sul do Brasil. Dessa forma o trabalho primeiramente apresenta uma definição sobre a teoria da contingência, abordando os principais autores e estudos correlatos, seguindo da apresentação da metodologia utilizada no estudo, bem como a análise de dados para responder a questão a proposta.

A teoria contingencial aplicada no Terceiro Setor pode revelar onde e como a organização deve se adaptar para que sejam alcançados os resultados esperados. Dado o papel relevante da atuação dessas entidades na sociedade, bem como a pouca demanda de trabalhos acadêmicos direcionados a essa área, conforme apontado na pesquisa de Schulz (2014), esse estudo busca contribuir com dados para que as entidades melhorem seus processos, a fim de se tornarem mais sustentáveis e assertivas, assim como auxiliar na eficiência da captação de recursos, financeiros ou de pessoa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Teoria da Contingência

A teoria da contingência surgiu a partir de várias pesquisas (Woodward, Burns & Stalker, Chandler) feitas para verificar os modelos de estruturas organizacionais mais eficazes em determinados tipos de empresas. Segundo Chiavenato (2003, p. 504) essas pesquisas pretendiam confirmar se as organizações mais eficazes seguiam pressupostos da teoria clássica, como divisão de trabalho, amplitude de controle, hierarquia de autoridade etc., mas os resultados conduziram para uma nova concepção de organização, ou seja, não há um único e melhor jeito de organizar. Foi constatado que a estrutura de organização e o seu funcionamento são dependentes da interface com o ambiente externo.

Morgan (2007 p. 63 e 64) resume as principais ideias em que se baseia a abordagem contingencial da organização em: (1) sistemas abertos, que precisam ser cuidadosamente administrados para satisfazer o equilíbrio das necessidades internas e se adaptar as circunstâncias ambientais (2); Inexistência de uma melhor maneira de organizar, a forma apropriada depende do tipo de tarefa e do ambiente em questão; (3) A administração precisa preocupar-se, acima de tudo, em atingir alinhamentos e “bons ajustamentos”; (4) Abordagens diferentes da administração podem ser necessárias para realizar diferentes tarefas dentro da mesma organização; (5) Diferentes tipos ou espécies de organização são necessários em diferentes tipos de ambientes. No complemento de Chiavenato (2003, p. 22) “[...] as empresas bem-sucedidas são aquelas que conseguem adaptar-se adequadamente às demandas ambientais”.

No trabalho de Schulz (2014), são abordados cinco fatores contingenciais:

- A variável ambiente faz sentido quando se presume que as organizações sejam sistemas abertos que interagem com o ambiente;
- A variável tecnologia refere-se às entradas e saídas, que incluem os materiais, hardware, software, pessoas e conhecimento;
- A variável tamanho, onde se pressupõe que quanto maior a organização, maior o controle sobre suas operações, e a melhoria de sua eficiência, tal como oportunidade de especialização e divisão de trabalho;

- A variável estrutura refere-se às especificações de diferentes regras formais para garantir que as atividades sejam executadas;
- E por último a variável estratégia, no que se refere a obtenção de recursos, doações, voluntários e o alcance dos indivíduos da sociedade que necessitam dos serviços fins da entidade. Dessa forma, este trabalho ao se tratar da captação de recursos, será associado a variável da estratégia.

Variável Contingencial: Tecnologia

Considerada como uma das precursoras da teoria contingencial, Woodward (1958, apud Fagundes 2010) considerou a tecnologia como responsável por um papel tão ou mais importante do que a estrutura e os processos nas organizações. Woodward (1958), desenvolveu uma pesquisa com cerca de 100 empresas britânicas, de variados ramos de atividades, com tamanho que oscilava entre 100 a 8.000 empregados, classificando-as de acordo com 3 grupos distintos de tecnologia de produção: (1) Unitário e de pequenos lotes; (2) Grande quantidade e produção em massa e (3) Processo. Posteriormente desenvolveu uma escala para comparar a complexidade técnica dos sistemas de produção utilizados, indo desde a produção unitária de oficina à produção em massa e até a produção por processamento contínuo. O resultado verificado foi que as firmas mais bem-sucedidas eram justamente aquelas que mais se desviavam do modelo clássico de organização, e a conclusão, segundo Chiavenato (2003), é de não existe uma única e melhor maneira de organizar, mas sim uma forma apropriada para cada situação técnica.

A tecnologia pode ser considerada sob dois ângulos diferentes: como uma variável ambiental e externa e como uma variável organizacional e interna (Chiavenato, 2003). Como variável ambiental, ela é um componente do meio ambiente à medida que as empresas adquirem, incorporam e absorvem as tecnologias criadas e desenvolvidas pelas outras empresas do seu ambiente de tarefa, sendo o ambiente de tarefa constituído pelas partes do ambiente que são relevantes ou potencialmente relevantes para a organização estabelecer e alcançar seus objetivos. Ainda segundo o autor, a tecnologia pode ser classificada também como incorporada e não incorporada. A tecnologia incorporada está presente nos bens de capital, matéria prima, sistemas de processamento de dados, já a não incorporada, são as pessoas, conhecimento intelectual, especialistas e a facilidade para execução de determinadas tarefas ou conhecimentos em determinados assuntos (Chiavenato, 2003).

Perrow (1976 apud Fagundes *et al*, 2010) deu continuidade aos estudos de Woodward chamando a atenção para duas dimensões importantes da tecnologia: a possibilidade de analisar a tecnologia e a previsibilidade ou variabilidade do trabalho:

[...] a análise da tecnologia se destaca na medida em que as atividades são desmembradas e altamente específicas. Já a variabilidade refere-se ao número de casos excepcionais ou imprevisíveis e à extensão em que os problemas são conhecidos. A combinação dessas duas dimensões pode propiciar um formato de tecnologia chamada de rotineiro e não rotineiro. Com a tecnologia rotineira, pode ser considerada uma estrutura burocrática, com critérios bem definidos tanto nos níveis tecnológicos quanto nos estágios de supervisão. Porém, caso a organização esteja mais propensa a ser uma estrutura orgânica, então ela pode ser considerada não rotineira. A combinação destas duas dimensões pode propiciar um formato de tecnologia chamados de rotineiro e não rotineiro. (Perrow, 1976 apud Fagundes *et al*, p.8, 2010).

A tecnologia rotineira pode ser classificada como uma estrutura burocrática, com critérios bem definidos tanto nos níveis tecnológicos quanto nos níveis supervisionais. Já se a organização está mais propensa a ser uma estrutura orgânica, então, pode ser considerada não rotineira.

Arrecadação de recursos no Terceiro Setor

Sendo as organizações com fins lucrativos ou não, é preciso recursos para viabilizar as suas atividades, para que obtenham resultados positivos com a operação. A captação de recursos é um dos principais desafios enfrentados pelas organizações do terceiro setor, ela se faz necessária para garantir a continuidade e viabilidade dos projetos executados, a curto e longo prazo. Para Santos, Negrão e Saboya (2018, p. 176), a escassez de fontes de recursos se tornou tema relevante diante a crise econômica e política, gerando impacto também para as entidades do terceiro setor encontrando dificuldade na captação de recursos, tanto nos meios públicos como privados. No meio público, Santos *et al.* (2018) afirmam que as mudanças da gestão pública, tende a fazer com que os recursos repassados tendem a ficar desprovidos ou atrasados. Para Tenório (2008, p.142), quando um projeto é executado pautado em um bom planejamento e execução, a captação de recursos se torna diversificada, contribuindo para a sustentabilidade dos projetos, para que não dependa de variáveis externas, como mudanças políticas.

Segundo Tachizawa (2010, apud Santos *et al.*, 2018), a captação de recursos depende do relacionamento entidade versus doadores, que em suma são pessoas ou instituições que compartilham com a missão, valores e objetivos da entidade. As diversas fontes de captação de recursos do terceiro setor estão expostas na tabela 1.

Tabela 1: Fontes de Captação de Recursos do Terceiro Setor

Recursos	Descrição
Financeiros	<p>Pessoas jurídicas: por meio da elaboração de projetos em editais.</p> <p>Pessoas físicas: as pessoas precisam ser motivadas para fazer uma doação e essa, e é importante que as informações possam ser claras.</p> <p>Fundações e órgãos internacionais: esse tipo de doação se dá, normalmente, por meio da elaboração de projetos.</p> <p>Órgãos governamentais: são inúmeras as formas de parceria com o Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal.</p> <p>Imposto de Renda (IR): outra prática comum é o estímulo a doações do imposto de renda feitas por pessoas físicas ou jurídicas. No Brasil, nas áreas social e cultural, as doações feitas a entidades de Utilidade Pública Federal (OSCIP), aos fundos de direitos da criança adolescente, às instituições de ensino e pesquisa e às atividades culturais e audiovisuais são passíveis de dedução do IR.</p>
Humanos	<p>O voluntário: é de extrema importância nas organizações do terceiro setor, pois são agentes de mudanças, de transformações, de promoção da cidadania estão ligados aos conceitos de responsabilidade social, ambiental e sustentabilidade.</p> <p>Estagiário: a importância dos estagiários no terceiro setor é fundamental, pois os estudantes têm a oportunidade de colocar em prática os fundamentos teóricos apreendidos no ensino superior e ao mesmo tempo contribuir com o crescimento da entidade.</p> <p>Colaboradores: os colaboradores são essenciais para o funcionamento das instituições do terceiro setor, mas precisam ser valorizados e reconhecidos pelo o que estão contribuindo com a organização.</p>
Materiais	<p>As diversas fontes de recursos matérias para o terceiro setor como: supermercados, lojas, ou fundações, que podem doar, máquinas, equipamentos, instalações,</p>

ferramentas e matérias-primas.

Fonte: Santos *et al.* (2018).

Estudos Correlatos

O principal ponto a ser considerado é que diferentes ambientes devem remeter a distintos tipos de estruturas organizacionais, partindo deste entendimento, as organizações devem se adaptar aos ambientes em que vivenciam. Camargo (2001), demonstrou que 71% das entidades, tinham como maior dificuldade a escassez de recursos, e 37% o baixo investimento do governo. O autor também levantou a questão da importância em se trabalhar com o marketing institucional, ferramenta essa para aperfeiçoar a captação dos recursos e ao mesmo tempo, realizar a manutenção dos colaboradores.

Lima (2018) verificou a relação entre a eficiência na aplicação de recursos, por meio dos níveis de overhead, e a captação de receitas através de doações das organizações brasileiras do terceiro setor, segundo o autor a relação entre receita pública e doação se mostrou positivamente associada, '[...] isso mostra que quanto maiores recursos a entidade recebe com o governo, elas são mais bem vistas pela sociedade logo recebe maiores contribuições'. Lima (2018) ressalta que os doadores podem enxergar que pelo fato do governo exigir prestações de contas dos recursos aplicados, elas são mais fiscalizadas, logo atribuem maior credibilidade.

Chenhall (2003) abordou a tecnologia relacionando aos softwares e hardwares a fim de verificar se existe constante atualização dessas tecnologias nas entidades. Outro ponto levantado foi à existência dentro das organizações de sistemas de gerenciamento de dados, o que facilitaria a gestão das informações das mesmas. Verificou-se a existência de site próprio, o que permitiria um contato maior com a sociedade no caso das Entidades do Terceiro Setor: doadores, usuários, a forma de prestação de contas, atraindo assim, recursos e novos usuários.

Fagundes *et al.* (2010) realizaram um estudo de caso qualitativo em uma empresa de montagem e fabricação de equipamentos industriais sob a ótica da teoria contingencial, fundamentada nos estudos de Burns & Stalker (1960) e Lawrence & Lorsch (1967). Os resultados confirmaram que o modelo de estrutura da organização classifica-se como uma estrutura mecânica ao se tratar da divisão do trabalho. Nos demais fatores, a pesquisa apontou indícios de dois modelos de estrutura, tanto mecânica quanto orgânica e concluíram que os demais achados corroboraram com a literatura acerca da teoria da contingência, onde se assegura que não há uma fórmula única para administrar uma empresa.

Schulz (2014) avaliou a relação entre as variáveis contingenciais de profissionalização e de aprendizagem organizacional nas Entidades do Terceiro Setor de Santa Catarina. O estudo teve como base 532 entidades cadastradas como Oscips e UPFS no Estado, onde foram enviados questionários eletrônicos, tendo 63 respostas ao todo. Através da correlação canônica, foi concluída a existência da relação de profissionalização com a aprendizagem organizacional, a autora buscou como variável do ambiente os aspectos de adaptação e competição dessas entidades e abordou a variável tecnologia como: software/ hardware, sistema de gerenciador de dados e site da entidade, chegando à conclusão que mesmo as entidades tendo preocupação com a atualização do sistema, não quer dizer que a entidade tenha site próprio e sistema integrado, mas quando a entidade tem sistema integrado, geralmente também possui site próprio.

Santos *et al.* (2018) abordaram a dificuldade da captação de recursos encontrados pelas ONGS, e buscou identificar as estratégias desenvolvidas pela APAE de Belém e

Barcarena para captação de recursos financeiros, humanos e materiais. O resultado qualitativo apontou que ambas as unidades possuíam de maneira geral boas estratégias, porém precisavam aprimorar os seus processos para alcançar um melhor resultado em longo prazo.

Estudos Correlatos

Para responder à questão de pesquisa, o trabalho propõe, embasado na teoria da contingência, conhecer a correlação entre a variável tecnologia e a arrecadação de recursos nas Entidades do Terceiro Setor, desta forma o estudo é denominado como descritivo, visto que: “[...] as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002 p.42). E quanto à abordagem do problema, o estudo é considerado como quanti-qualitativo, a primeira como a abordagem que recorre à estatística para explicação dos dados e a segunda que lida com as interpretações das realidades sociais (Souza e Kerbauy, 2017).

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário adaptado da pesquisa de Schulz (2014), que foi encaminhado por e-mail para todas as entidades do Sul do Brasil cadastradas no mapa das Organizações da Sociedade Civil do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Marconi e Lakatos (2002, p. 98) definem o questionário e como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. O questionário é composto por 27 perguntas, abertas e fechadas, divididas em 04 blocos.

O primeiro bloco refere-se ao perfil da entidade, o segundo bloco busca investigar o uso da tecnologia nessa entidade, seguido então para o terceiro bloco, que trata da arrecadação de recursos e para finalizar, o último bloco refere-se ao perfil do respondente. Realizou-se um pré-teste deste questionário no dia 25 de janeiro de 2020, para então serem enviados por meio eletrônico no período de 01 de fevereiro a 26 de fevereiro. A população da pesquisa constitui-se de 1.225 entidades sem fins lucrativos qualificadas como OSCIPS na região Sul do Brasil, especificamente pelos Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul constantes no Cadastro Nacional de Entidades, de responsabilidade do Ministério da Justiça (conforme tabela 2).

Tabela 2– População das Entidades cadastradas como OSCIP na Região Sul do Brasil

Estado	População
Paraná	564
Rio Grande do Sul	344
Santa Catarina	317
Total	1225

Fonte: Cadastro Nacional de Entidades – Ministério da Justiça (2019).

Realizada a triagem dos e-mails cadastrados, evidenciou-se que 35,43% das entidades, não possuem e-mails informados na plataforma, conforme tabela 3:

Tabela 3– Possíveis Respondentes

Estado	População	E-mails não cadastrados	Possíveis Respondentes
Paraná	564	205	359
Rio Grande do Sul	344	112	232
Santa Catarina	317	117	200
Total	1225	434	791

Fonte: Os próprios autores.

A tabela 4, porém, evidencia que mesmo com as informações completas na plataforma do Ministério da Justiça, não significa que a mesma esteja atualizada, pois cerca de 18% dos e-mails enviados foram devolvidos:

Tabela 4– Respostas Obtidas

Possíveis Respondentes	791
Entidades Não Alcançadas	142
Total da Amostra	649
Respostas Recebidas	19

Fonte: Os próprios autores.

Entende-se como entidade não alcançada, aquela que embora tenham registro eletrônico cadastrado no Ministério da Justiça, o endereço eletrônico encontra-se inválido. Para atingir o objetivo deste trabalho, que é identificar a correlação entre a variável contingencial tecnologia e a arrecadação de recursos das Entidades do Terceiro Setor (itens dos blocos 2 e 3 do questionário) será utilizado o estudo de correlação (teste t de Student) para variáveis quantitativas (grau de tecnologia e de arrecadação) e o estudo de associação (teste Qui-Quadrado) para variáveis qualitativas (a percepção da entidade quanto ao uso das tecnologias).

Análise de Correlação Quantitativa

No caso de variáveis quantitativas, é indicado o estudo de correlação, através da estimativa do Coeficiente de Correlação de Pearson. O cálculo do coeficiente de correlação de Pearson é dado por:

$$\rho = \frac{cov(X,Y)}{\sqrt{var(X) \cdot var(Y)}}$$

Em que *cov* e *var* indicam, respectivamente, covariância e variância. Aplica-se esse conceito aos dados amostrais, obtendo a estimativa “r de Pearson”, cuja interpretação está exposta na tabela 5:

Tabela 5– Coeficiente de Correlação de Pearson

Valor de r (+ ou -)	Interpretação
0	Correlação Nula
0,01 a 0,19	Correlação bem Fraca
0,20 a 0,39	Correlação Fraca
0,40 a 0,69	Correlação Moderada
0,70 a 0,89	Correlação forte
0,90 a 0,99	Correlação Muito Forte
1	Perfeita

Fonte: Lopes (2016).

Segundo Lopes (2016), este coeficiente tem como objetivo encontrar e mensurar o grau de relação entre duas variáveis, onde quanto mais próximo *r* estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis. Por outro lado, quanto mais próximo de 0 estiver esse valor, mais fraca é a associação linear entre as variáveis. Uma vez que foi estimada a correlação entre as variáveis, é adequado aplicar um teste para verificar se de fato essa correlação é significativa, para tanto será utilizado o teste t de Student para a

correlação, ao nível de 5% de significância. O teste de t de Student para a correlação é composto de duas hipóteses:

$$\begin{cases} H_0: \rho = 0 \\ H_1: \rho \neq 0 \end{cases}$$

Ou seja, a hipótese nula (H_0) de que não há correlação entre as variáveis, contra a hipótese alternativa (H_1) de que a correlação entre as variáveis é sim significativa. A estatística do teste é dada por:

$$t_c = \frac{r\sqrt{n-2}}{\sqrt{1-r^2}}$$

Caso H_0 seja verdadeira, segue uma distribuição t de Student com $\nu = n - 2$ graus de liberdade. A conclusão desse teste de hipóteses se baseia na análise do p-valor associado à estatística t_c . Definido o nível de significância $\alpha = 10\%$, se o p-valor for menor que $\alpha/2$, rejeita-se H_0 . Por outro lado, se o p-valor for maior que $\alpha/2$, não se rejeita H_0 . No caso de H_0 ser rejeitada, conclui-se que existe uma correlação linear significativa entre as variáveis, e pode-se proceder com uma análise de regressão linear para explicar essa relação. Caso H_0 não for rejeitada, não há evidências suficientes que apontem correlação entre as variáveis, portanto, não faz sentido estudar a relação entre essas duas variáveis.

Análise de Correlação Qualitativa

Pretende-se saber se quanto mais estruturada a entidade em níveis tecnológicos, maior é a captação de recursos dessa entidade, dessa forma para as variáveis qualitativas, será utilizado o teste Qui-Quadrado de independência, que testará as seguintes hipóteses:

H0: as variáveis são independentes; não existe nenhuma associação entre variáveis de tecnologia e arrecadação de recursos.

H1: as variáveis não são independentes; existe uma associação entre variáveis e as variáveis são dependentes.

Para testar essas hipóteses a um nível $\alpha = 5\%$ de significância, calcula-se a estatística de Qui-Quadrado (χ_c^2), através da fórmula:

$$\chi_c^2 = \sum \frac{(O - E)^2}{E}$$

Onde se H_0 for de fato verdadeira, tem distribuição Qui-Quadrado com número de graus de liberdade definidos por $\nu = (L - 1)(C - 1)$, em que L é o número de 'possíveis respostas' para a variável X e C é o número de 'possíveis respostas' para a variável Y . Para conclusão do teste é feita comparando-se a estatística calculada (χ_c^2) com a estatística tabelada ao nível de significância α , e número de graus de liberdade ν (χ_{tab}^2). Caso $\chi_c^2 \geq \chi_{tab}^2$, rejeita-se H_0 e conclui-se que as variáveis são dependentes. Se, por outro lado, $\chi_c^2 < \chi_{tab}^2$, então não há evidências que apontem dependência entre as variáveis em estudo.

RESULTADOS

Perfil das Entidades e dos Respondentes

O terceiro setor desempenha um importante papel na sociedade e sua atuação geralmente são nas áreas mais afetadas como: saúde, educação, meio ambiente, assistência social, cultura, entre outros (Santos *et al.*, 2018). As entidades participantes desta pesquisa possuem áreas diversas como destacado por Santos *et al.* (2018), entre elas: assistencial, saúde, educação e cultura. Os respondentes/participantes da pesquisa encontram-se nas seguintes localizações:

Tabela 6– Localização das Entidades Respondentes

Estado	Quantidade	%
Paraná	10	53%
Santa Catarina	7	37%
Rio Grande do Sul	2	11%
Total	19	100%

Fonte: Os próprios autores.

Para conhecimento e credibilidade das respostas obtidas, foi questionado, inicialmente, o cargo do respondente da pesquisa, conforme evidencia a tabela 7.

Tabela 7– Função do Respondente dentro da Entidade

Função dentro da Entidade	Nº	%
Diretor	6	32%
Presidente	6	32%
Gerente	2	11%
Administrador	1	5%
Assessor de Comunicação e Articulação	1	5%
Auxiliar Administrativo	1	5%
Conselheiro Gestor Administrativo	1	5%
Técnico educacional	1	5%
Total	19	100%

Fonte: Os próprios autores.

Além da função exercida, é de suma relevância o seu tempo de atuação dentro da organização, pois o respondente deve ter amplo conhecimento da entidade para colaborar com maior transparência a situação da organização, desta forma também foi questionado o tempo de atuação do respondente dentro da entidade, e foi verificado que 79% já estão a mais de 4 anos na entidade. Já na tabela 8 buscou-se também evidenciar o nível de instrução desse respondente:

Tabela 8– Nível de Instrução do Respondente

Nível de Instrução	Nº	%
Pós Graduação	8	42%
Graduação	8	42%
Ensino Médio	2	11%
Ensino Fundamental	1	5%
Total	19	100%

Fonte: Os próprios autores.

O questionário investigou o grau de instrução dos demais colaboradores dessas entidades, tal como do gestor principal, porém, essa informação será mais bem explorada na seção 4.2 tecnologia, pois o conhecimento dentro das variáveis contingenciais faz parte da variável tecnologia (Schulz, 2014).

Tecnologia

Sendo a tecnologia não incorporada, evidencializada pelas pessoas e seu conhecimento intelectual, as tabelas 9 e 10 explanam sobre o grau de conhecimento dos gestores e colaboradores atuantes nessas entidades.

Tabela 9– Grau de Instrução do Gestor Principal

Formação do Gestor Principal da Entidade	Quantidade	%
Superior Completo	10	52,63%
Pós Graduação	7	36,84%
Doutorado	1	5,26%
Ensino Médio	1	5,26%
Total	19	100%

Fonte: Os próprios autores.

Na tabela 9 é possível verificar que 42,10% (36,84% + 5,26%) dos gestores possuem um grau ou mais da educação continuada (pós-graduação, doutorado), e instigada a área dessa especialização foi constatado que 25% é no terceiro setor. Na tabela 10 consta o grau de instrução da maioria dos colaboradores dessas entidades:

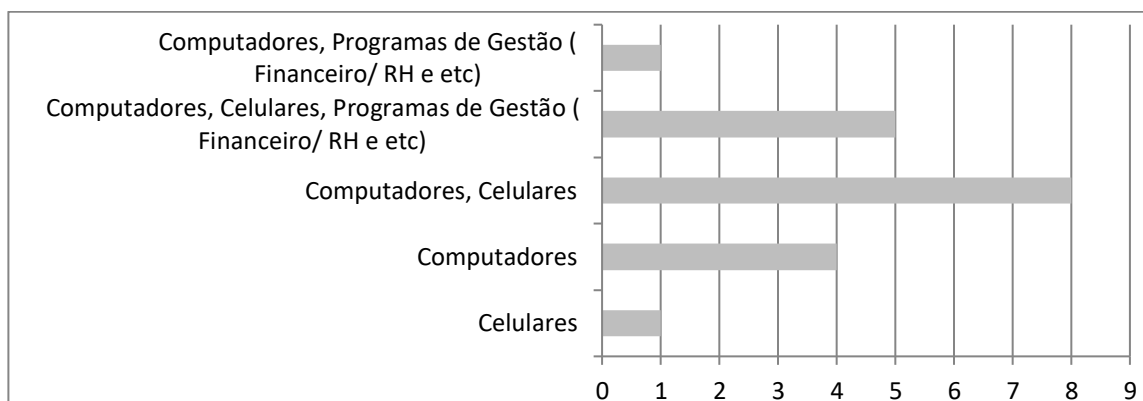
Tabela 10– Grau de Instrução da maioria dos Colaboradores

Formação da maioria dos Colaboradores da Entidade	Quantidade	%
Graduação	10	52,63%
Pós - Graduação	5	26,32%
Ensino Médio	4	21,05%
Total	19	100

Fonte: Os próprios autores.

Quanto à tecnologia incorporada, em suma todas as entidades utilizam uma ou mais tecnologia, conforme exposto na figura 1:

Figura 1– Tecnologias utilizadas



Fonte: Os próprios autores.

Chenhall (2003) abordou a tecnologia relacionando aos softwares e hardwares, e foi verificado que embora todas as entidades utilizem de diversas tecnologias, a pesquisa constatou que apenas 68,42% a atualizam, e um número menor ainda oferece treinamentos para que esses colaboradores se adequem (42,11%).

Arrecadação de Recursos

A tabela a seguir reflete a principal origem da captação dos recursos financeiros das entidades participantes da pesquisa:

Tabela 11– Principais Meios de Arrecadação de recursos Financeiros

Fontes de Captação de Recursos	Quantidade	%
Indivíduos (Pessoas Físicas), Empresas privadas (Pessoa Jurídica)	5	26%
Governo	3	16%
Governo, Empresas privadas (Pessoa Jurídica)	3	16%
Governo, Indivíduos (Pessoas Físicas), Empresas privadas (Pessoa Jurídica), Editais	2	11%
Empresas privadas (Pessoa Jurídica)	1	5%
Governo, Indivíduos (Pessoas Físicas), Empresas privadas (Pessoa Jurídica), Convênios	1	5%
Indivíduos (Pessoas Físicas)	1	5%
Indivíduos (Pessoas Físicas), Empresas privadas (Pessoa Jurídica), editais de projetos	1	5%
Notas Paraná, rifas, Brechó, doações.	1	5%
Provém do governo, (BNDES), porém é empréstimo, com juros.	1	5%
Total	19	100

Fonte: Os próprios autores.

As entidades ainda foram questionadas se possuíam um departamento ou setor apenas para cuidar da arrecadação de recursos e 68% responderam que não. Quanto ao planejamento dessas instituições para realizar a arrecadação de recursos, foi constatado que 42% delas direcionam os recursos conforme a necessidade, 26% planejam no ano anterior, 16% planejam no ano corrente, 11% apenas conforme a arrecadação desses recursos e outros 5% informaram que não há planejamento. Ademais, 89% das organizações pesquisadas informaram que fazem a prestação de contas para seus doadores.

Análise da Correlação entre Tecnologia e Arrecadação de Recursos

A tabela 12 apresenta os coeficientes da correlação de Pearson para as variáveis estudadas. Observa-se que o coeficiente entre o grau de tecnologia e a fonte de captação de recursos financeiros é de aproximadamente 0,21, representando uma correlação positiva, porém fraca entre as variáveis, conforme os critérios expostos na tabela 5 (vide metodologia), já o coeficiente de correlação entre a captação de recursos financeiros e a captação de voluntários foi de 0,44, aproximadamente, representando uma correlação positiva e moderada entre essas variáveis, como era esperado.

Tabela 12– Correlação entre o Grau de Tecnologia e Fonte de Captação de Recursos

	Grau de Tecnologia	Fonte de Captação de Recursos Financeiros	Captação de Voluntários
Grau de Tecnologia	1		
Fonte de Captação de Recursos Financeiros	0,206288997	1	

Captação de Voluntários	0,234812158	0,435439178	1
-------------------------	-------------	-------------	---

Fonte: Os próprios autores.

Dessa forma, verifica-se que existe a correlação positiva embora em pontos graduais dos níveis tecnológicos como realmente influentes para maior captação de recursos. Para isso, foram abertas as especificações das variáveis analisadas na tabela 13:

Tabela 13– Correlação entre as variáveis tecnologia e Captação de Recursos

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- Escolaridade do Gestor	1,00								
2- Tecnologia Utilizada (Redes Sociais, Sites e Sistemas)	-0,27	1,00							
3- Atualização Tecnológica	0,23	0,29	1,00						
4- Redes de Divulgação	0,10	0,67	0,19	1,00					
5- Formas de Divulgação	-0,26	0,10	0,07	0,10	1,00				
6- Prestação de Contas	-0,02	0,26	0,09	0,27	0,09	1,00			
7- Pessoas Atendidas	-0,08	0,47	0,52	0,41	0,49	0,01	1,00		
8- Fonte de Captação de Recursos financeiros	-0,01	-0,17	-0,07	-0,04	0,32	0,55	0,09	1,00	
9- Captação de Voluntários	-0,20	0,04	0,17	0,27	0,27	0,01	0,38	0,44	1,00

Fonte: Os próprios autores.

Nota-se, na tabela 13, que há dois grupos de variáveis: (a) 1 a 6 representam as variáveis de tecnologia; e (b) 7 a 9 as variáveis de captação. Constata-se que as variáveis mais correlacionadas estão dentro de um mesmo grupo (tecnologia), e é importante discutir as variáveis com maior correlação entre os grupos das variáveis tecnologia com a captação de recursos. Repare que a variável de arrecadação (7) número de pessoas atendidas tem correlação moderada com 3 variáveis de tecnologia: 2, 4 e 5. Já a variável de arrecadação 8, tem correlação moderada com prestação de contas 6. Para verificar se de fato tais variáveis são correlacionadas, realizou-se um teste t para correlação. Os resultados do teste t de Student para a correlação, estão apresentados na tabela 14;

Tabela 14– Teste t

Variáveis	r de Pearson	p-valor
Fonte de captação de recursos com a prestação de contas	0,55	0.01467
Número de pessoas atendidas com a tecnologia utilizada (redes sociais, sites e sistemas);	0,47	0.04166
Número de pessoas atendidas com as redes de Divulgação	0,41	0.08066
Número de pessoas atendidas com a forma de divulgação	0,49	0.03288

Fonte: Os próprios autores.

Os respondentes foram questionados sobre a percepção dessas entidades quanto à influência da tecnologia dentro da instituição, verificou-se que apenas 8 (42%) percebiam essa influência, (9) 47% não percebiam e outros (2) 11% não tinham opinião sobre o assunto.

Tabela 15– Percepção da Influência da Tecnologia dentro da Entidade

Grau de Tecnologia	Sim	Não	Não soube Opinar	Total
Fraco			1	1
Moderado	5	6	1	12
Alto	3	3		6
Total	8	9	2	19

Fonte: Os próprios autores.

Através da tabela de percepção (15), foi calculado o Qui-Quadrado, levando em consideração o grau de tecnologia presente em cada uma dessas entidades, onde foi constatado que $\chi_c^2(11,27) \geq \chi_{tab}^2(9,49)$, assim, se pode concluir que embora não seja tão visível a associação do grau de tecnologia com a captação de recursos, as variáveis são sim dependentes.

CONCLUSÃO

A captação de recursos dentro das organizações do terceiro setor é muito mais do que a arrecadação financeira própria, ela está diretamente ligada aos seus usuários internos e externos, ao alcance dos indivíduos da sociedade que necessitam dos serviços-fim da entidade, seus voluntários, doadores e medidas governamentais e, em suma, acaba sendo dependente daqueles que se sensibilizam pela sua causa, pois de forma contrária muitas dessas organizações seriam obrigadas a reduzir suas atividades por falta desses recursos. O objetivo geral proposto nesta pesquisa foi analisar qual a correlação entre a variável contingencial tecnologia e a arrecadação de recursos arrecadados, sendo eles financeiros ou não, de um modo a identificar se a tecnologia dentro das entidades exerce influência sobre essa captação de recursos. Tecnologia essa, muitas vezes, vista apenas como sistemas e softwares, sendo ignoradas as entradas e saídas, materiais, as pessoas e também o seu conhecimento.

Na pesquisa de Chenhall (2003) foi abordada a tecnologia relacionando aos softwares e hardwares a fim de verificar se existe constante atualização dessas tecnologias nas entidades, e neste estudo foi constatado que embora todas as entidades utilizem diversas tecnologias, apenas 68,42% atualizam as tecnologias utilizadas, e que uma porcentagem ainda menor fornece treinamento aos seus funcionários 42,11%. Será que quanto mais estruturada a entidade em níveis tecnológicos, maior a sua captação de recursos? Para responder a questão da pesquisa foi utilizado o método de estimativa do coeficiente de correlação de Pearson, o que revelou que, de forma genérica, existe uma correlação positiva, embora fraca, da tecnologia com a arrecadação de recursos. Sendo assim, foram abertas cada uma dessas variáveis para saber qual dessas exercia com maior influência, e foi constatado que exercem maior influência: a forma da prestação de contas e como essa entidade se divulga também (sites próprios, redes sociais, boca a boca, jornais), e isso afeta inclusive o número de pessoas de pessoas atendidas por essa entidade.

Foi verificado que 89% das entidades desta pesquisa realizam a prestação de contas aos seus doadores, dentre eles 49% o governo. Conforme a literatura exposta na seção 2.3, os doadores podem enxergar que pelo fato do governo exigir prestações de contas dos recursos aplicados, elas são mais fiscalizadas, logo atribuem maior credibilidade (Lima, 2018).

A luz da teoria da contingência, verifica-se que não existe uma única e melhor maneira de organizar, mas sim uma forma apropriada para cada situação técnica, que no caso das entidades do Terceiro Setor, e se tornarem cada vez mais transparentes com a sua gestão e visíveis para a sociedade (maior exposição). Nesse sentido, os resultados mostram informações relevantes tanto aos doadores quanto, principalmente aos gestores dessas entidades de que poderão rever sobre o uso da tecnologia e seus benefícios em suas organizações.

Dentre as dificuldades da pesquisa, destaca-se o levantamento das 1.225 entidades de forma manual e individual de cada uma delas, o que demandou tempo elevado, mas também permitiu verificar que embora se tenha esse número de entidades cadastradas, a maioria delas (64,57%) estava com cadastro incompleto, incluindo endereço eletrônico. Dos endereços eletrônicos cadastrados, cerca de 20% estavam desatualizados, incluindo falta de baixa da entidade. Para futuras pesquisas, sugere-se uma abordagem qualitativa do ponto de vista dos doadores, quais os critérios que os mesmos utilizam para a escolha da entidade, para verificar o contraponto da questão de pesquisa apresentado em face ao doador.

REFERÊNCIAS

- Burns, T., Stalker, G. (1961). *The management of innovations*. London: Tavistock.
- Camargo, M. F. (2001). *Gestão do terceiro setor no Brasil*. São Paulo: Futura.
- Chandler, A. D. (1962). *Strategy and structure – chapters in the history of American industrial enterprise*. Cambridge: MIT Press.
- Chendall, R. H. (2003). Management control systems design within its organizational context: findings from contingency-based research and directions for the future. *Accounting, Organizations and Society*, v. 28, n. 2-3, p. 127-168, Fev./abr. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.475.4352&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.
- Chiavenato, I. (2003). *Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fagundes, J. A., Petri M., Lavarda, R. B., Rodrigues, M. R., Lavarda, C. E. F., Soller, C. C. (2010). Estrutura Organizacional e gestão sob a ótica da teoria da contingência. *Gestão & Regionalidade*. Disponível em: <https://doi.org/10.13037/gr.vol26n78.792>. Acesso em 02 nov. 2019.
- Gil, Antônio Carlos. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisas - 4. ed.* - São Paulo: Atlas.
- Lawrence, P. R., Lorsch, J. W. (1976). *Organization and environment. Managing differentiation and integration* Boston: Harvard University Press, 1967. Versión castellana: *Organización y ambiente*. Barcelona: Labor.
- Lima, M. D. X. (2018). *Um estudo sobre a Influência dos Níveis de Overhead na Captação de Recursos de Entidades do Terceiro Setor*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31721>. Acesso em 10 jul. 2020.
- Lopes, L. F. D. (2016). *Métodos Quantitativos*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.
- Matos, E. R. J. (2010). *Perfil do sistema de controle gerencial sob a perspectiva da teoria da contingência*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, doi:10.11606/T.12.2010.tde-10052010-143511. Acesso em: 05 jul. 2020
- Marconi, M. A., Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Milani Filho, M. A. F., Corrar, L., Martins G. A. (2009). O voluntariado nas entidades filantrópicas paulistanas: O valor não registrado contabilmente. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/200>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- Morgan, G. (2007). *Imagens da organização*. 2. Ed. São Paulo: Atlas.
- Olak, P. A., Nascimento, D. T. (2010). *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Perrow, C. (1976). *Organizational analysis: a sociological view*. Califórnia: Wadsworth Publishing Company.
- Santos, Y. C., Negrão, K. R. M., Saboya, S. M. P. (2018). *Estratégias para Captação de Recursos no Terceiro Setor: Um estudo Multicaso Aplicado na APAE Belém e APAE*

Barcarena. Revista de Administração e Contabilidade - RAC, [S.l.], v. 5, n. 10, p. 175-213, dez. 2018. Disponível em: <<http://revistasfap.com/ojs3/index.php/rac/article/view/236>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

Souza, K. R., Kerbauy, M. T. M. (2017). Abordagem quanti-qualitativa: Superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. Revista Educação e Filosofia. V.31. n.61 p. 21-44. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>. Acesso em: 10 jul. 2020.

Schulz, S. J. (2014). Relação entre variáveis contingenciais, profissionalização e aprendizagem organizacional em Entidades do Terceiro Setor. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

Tenório, F. G. (2008). Gestão comunitária: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: FVG, 2008.

Woodward, J. (1958). Management and technology. London: H. M. Stationary Office.

Artigo – Estado, Organizações e Sociedade.

Empreendedorismo social como alternativa à redução da pobreza e desigualdades sociais no contexto da sociedade brasileira contemporânea

Nome: Eliane Ribeiro Pereira 1
Universidade Federal do Rio de Janeiro
e-mail: eliane@facc.ufrj.br
Nome: José Paulo Cosenza 2
Universidade Federal Fluminense
e-mail: jpcosenza@id.uff.br

RESUMO

Numa época de grandes mutações econômicas e sociais, onde as desigualdades se avolumam mundialmente, é mister buscar direções para vencer a pobreza e a exclusão nas sociedades em desenvolvimento. Este artigo tem como objetivo discutir o empreendedorismo social como caminho possível para combater a exclusão social, promovendo a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social. Para tal propósito, investigou-se o caso das mulheres doceiras da cidade de Tumiritinga/MG, no Brasil, que comercializam doces nos trilhos do trem de passageiros desta cidade. A metodologia usada tem caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, aplicada a partir de um estudo de caso. O estudo foi desenvolvido ao longo de sete anos, conquistando resultados como a organização do grupo na forma de cooperativa, a ampliação de seus rendimentos e mercado e a diversificação dos produtos comercializados, além da aquisição de uma sede no centro da cidade. Esses resultados indicam que a incubação se mostrou importante instrumento de transformação social e econômica dessas doceiras, contribuindo para integrá-las socialmente, reduzindo a desigualdade e a pobreza no citado município brasileiro.

Palavras chave: Incubação de empreendimentos sociais; Empreendedorismo social; Desigualdade social; Inovação social.

ABSTRACT

At a time of great economic and social changes, where inequalities are growing worldwide, it is necessary to look for ways to overcome poverty and exclusion in developing societies. This article aims to explore social entrepreneurship as a promoter of the inclusion of citizens in economic and social vulnerability status. For this purpose, we investigate the case of confectioners women from the Brazilian municipality of Tumiritinga/MG, who sold candies and pastries on the railroad tracks passenger train in that city. We use exploratory and descriptive methodologies with a qualitative approach. We carried out the study along seven years, achieving results such as the organization of the group in the form of a cooperative, the expansion of its income, market and diversification of the products sold; in addition to the acquisition of a headquarters in the city center. The findings show that incubation process was an important tool for the social and economic transformation of these confectioners, contributing to social integration of them, reducing inequality and poverty in the aforementioned Brazilian municipality.

Keywords: Social incubator; Social entrepreneurship; Social inequality; Social innovation.

[Submetido em 26-05-2023 – Aceito em: 06-12-2023 – Publicado em: 22-12-2023]

¹ Graduação em Administração (UFMG), Graduação Ciências Contábeis (UFMG).

² Graduação em Engenharia de Controle e Automação (PUC-MG), Mestrado em Administração (UFMG), Doutorado em Business Administration (Southern Illinois University - USA).

INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um problema a ser enfrentado no mundo e, em especial, em países em desenvolvimento como o Brasil, onde atinge níveis bastante elevados. O aumento do desemprego, somado às dificuldades socioeconômicas que o país enfrenta, tem gerado impactos significativos no número de brasileiros em situação de pobreza. Ao longo dos últimos anos, com a retração do mercado de trabalho e o contexto pandêmico provocado pela doença COVID-19, a partir de janeiro de 2020, esse problema se agravou e já atinge uma situação de inegável precariedade social na população brasileira.

Dada a dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho, grande parte dos brasileiros, visando encontrar formas alternativas de subsistência, encontra no trabalho informal possibilidades para viabilizar a sua própria existência. Diante disso, o empreendedorismo social tem se mostrado uma iniciativa de beneficiamento da sociedade, contribuindo para o combate à pobreza e desigualdade social, a partir da inclusão e emancipação de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Apesar da multiplicação de notícias retratando o êxito de projetos voltados para o empreendedorismo social, tais ações enfrentam diversos obstáculos, que envolvem: i) as dificuldades no acesso a fontes de financiamento; ii) a complexidade em obter garantias objetivas dos órgãos governamentais; e iii) os sacrifícios resultantes da falta de políticas públicas sob a forma de subsídios, apoiando este tipo de iniciativa (Cancela, Dias & Amorim, 2017).

Diante de tal cenário, torna-se fundamental desenvolver políticas públicas capazes de propiciar a inserção dos trabalhadores informais novamente no mercado de trabalho brasileiro, sendo a educação a opção que se apresenta como caminho mais natural para o restabelecimento de um novo relacionamento desses trabalhadores com a sociedade. Sob tal contexto, emerge a questão de estudo deste artigo, que aborda a incubação de empreendimentos sociais como uma proposta que vai ao encontro do enfrentamento da pobreza, com a implementação de ações que possibilitem a inserção social no sistema formal da economia.

Com base neste enquadramento, o objetivo deste artigo é discutir o empreendedorismo social como caminho possível para combater a exclusão social, promovendo a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social. Para tal propósito, investigou-se o caso das mulheres doceiras da cidade de Tumiritinga/MG, no Brasil, que comercializam doces nos trilhos do trem de passageiros desta cidade.

A contribuição deste estudo se dá na perspectiva de trazer ao conhecimento um programa brasileiro de transformação da cidadania, do trabalho e da renda, voltado a indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Pode-se, assim, identificar as barreiras retardatárias ou impeditivas ao alcance de resultados mais satisfatórios na aplicação de ações de transformação de tais grupos ou pessoas. À vista disso, os resultados do estudo contribuem para dar voz às iniciativas voltadas para a incubação tecnológica de cooperativas populares, visando promover a inclusão econômica e cidadã das pessoas, a partir da sua organização em empreendimentos sociais.

O trabalho está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução, que contempla a contextualização do estudo, sua problemática, objetivo almejado e contribuições advindas. Na segunda seção, faz-se o enquadramento teórico, construindo um quadro conceitual em torno da questão de estudo, com especial referência à abordagem dos temas considerados pertinentes para a análise desta problemática. A terceira seção trata dos aspectos metodológicos e procedimentos de pesquisa aplicados, seguidos da apresentação do estudo de caso, evidenciando a caracterização socioeconômica e

demográfica do grupo onde foi feito o estudo, a problemática identificada, os objetivos da intervenção realizada, as premissas de trabalho e os instrumentos de abordagem e condução do projeto. Em seguida, na quarta seção, mostram-se os dados obtidos, discutindo seus resultados e implicações. Na última seção são expostas as considerações finais, seguidas das referências utilizadas no estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentação do tema, o enquadramento teórico aborda as implicações resultantes das desigualdades sociais, ou seja, a desigualdade de distribuição da riqueza entre os indivíduos, discutindo a redução dos benefícios do trabalho e o processo de precarização laboral em que muitos trabalhadores se encontram hoje. Além disso, efetua-se uma reflexão sobre a inovação social como forma de contribuir para a redução das desigualdades existentes, relatando o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares como indutoras de incubação de empreendimentos sociais.

Implicações das desigualdades sociais no Brasil e no Mundo

A desigualdade social é um fenômeno atual, brasileiro e mundial, cujo crescente mostra-se um dos principais problemas a ser enfrentado pelas nações na atualidade (Cavalcante, 2020, pp. 7). O combate a esta questão representa uma ação fundamental na agenda da "sustentabilidade" e dos "objetivos do desenvolvimento sustentável" (Un, 2010), acordados na Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Un, 2012a, 2012b, 2015). Assim, o tema está presente na pauta da comunidade internacional, em face da legítima preocupação com o futuro da humanidade, caso o atual modelo de sociedade não se ajuste a um contexto mais sustentável, com ações efetivas contra as desigualdades, a pobreza e as injustiças no mundo.

Embora seja possível identificar ações desenvolvidas no Brasil, voltadas à promoção da melhoria da qualidade de vida e renda das classes menos favorecidas, elas são pontuais e não se dão de forma sistematizada, contínua e organizada, principalmente considerando o grande número de pessoas que vivenciam tais dificuldades.

É importante assinalar que o desequilíbrio social não aparece de forma acidental. Na verdade, é resultante de um conjunto de relações abrangidas nas esferas da vida social. No âmbito econômico, ele se materializa em consequência das relações desiguais estabelecidas entre os fatores de produção, que levam à exploração do trabalho e à concentração de riqueza nas mãos do capital. No campo político, ele aparece por causa da exclusão da população das decisões dos governos, em face da aplicação de um processo de escolha coletiva onde os valores e preferências dos cidadãos mais vulneráveis são ignorados ou desconsiderados como política pública governamental. Como resultado, conforme Silva e Carneiro (2016, pp. 39), tem-se, de maneira geral, a formação de trabalhadores contrapostos a variadas e severas adversidades, próprias de setores populares historicamente fragilizados por sua inserção subalterna na estrutura econômica.

Por conseguinte, na prática, o desequilíbrio social tem sido fruto, principalmente, da distribuição desigual de renda, especialmente nos países mais pobres, tendo como consequência direta o aumento da pobreza (Oxfam Brasil, 2019; Piketty, Saez & Zucman, 2018; Atkinson, 2016; Piketty, 2014; Oxfam International, 2015). Trata-se de uma tendência preocupante, considerando que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 34 países, a maioria industrializados,

divulgou estudo que indica o aumento da desigualdade de renda nos seus membros mais ricos (Organisation for Economic Co-operation and Developments, 2015). Dito de outra forma, a riqueza global está cada vez mais desigual, concentrada nas mãos de um pequeno número de bilionários (Oxfam Brasil, 2019). Fernandes (2015) relata que os principais fatores que explicam o aumento dessa desigualdade são as mudanças ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas, que tiveram implicações nos empregos de baixa qualificação, pois estes não obtiveram o mesmo ritmo de evolução que alcançaram as pessoas mais qualificadas, em setores com alta demanda, como a tecnologia da informação ou as finanças.

No caso brasileiro, tem-se, conforme o PNUD, resultados que apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,754 em 2021. Com isso, o Brasil passou a ocupar a 87ª posição do ranking mundial, fruto principalmente de um quadro de desigualdade de renda (Pnud, 2022). Embora integrando o rol das grandes potências econômicas mundiais e figurando entre os nove países com o Produto Interno Bruto (PIB) mais elevado, o Brasil é um país que apresenta um dos piores índices no que se refere à desigualdade social, comparativamente ao restante do mundo (Piketty, Saez & Zucman, 2018; Cepal, 2018; Nakagawa, 2016). Tal situação resulta da elevada concentração de renda nas mãos de uma pequena minoria da população brasileira (Cavalcante, 2020, pp. 7), com aumento nas taxas de miséria e pobreza (OECD et al., 2019; Végh et al., 2019; Neri, 2018; Assouad, Chancel & Morgan, 2018). Como consequência, tem-se metade da população ativa recebendo menos de dois salários mínimos e a taxa de informalidade mostrando-se crescente ao longo do tempo (Ibge, 2022a). Some-se a isto, a falta de investimentos em políticas sociais, devido a retrocessos nas políticas públicas (Lawson & Martin, 2018; Oxfam Brasil, 2018), cuja inserção transformadora da cidadania, do trabalho e da renda poderia estar voltada a indivíduos e grupos em situação de desamparo social e econômico (Ibge, 2022b; 2018).

Cabe, também, assinalar, conforme Boito Junior (2002), que, historicamente, o Brasil adotou políticas sociais que contribuíram para a marginalização de setores da população trabalhadora do país. Iniciando num contexto populista a partir de 1930, foram adotadas relações trabalhistas e sociais restritas a um pacote mínimo e precário de direitos civis e políticos (Boito Junior, 2002, pp. 29). Com isso, não se implementou uma cidadania social ampla e igualitária, o que reverbera no quadro de desigualdades sociais presentes no contexto político-econômico-social que rege atualmente a vida em sociedade e as relações com a classe trabalhadora brasileira (Sampaio, 2023).

Portanto, o desequilíbrio social torna-se um tema presente na pauta da comunidade internacional e brasileira, em face da legítima preocupação com o futuro da humanidade, caso o atual modelo de sociedade não se ajuste a um contexto mais sustentável, com ações efetivas contra as desigualdades, a pobreza e as injustiças. Além disso, no caso brasileiro é preciso considerar, ainda, o papel governamental no financiamento de projetos de transformação da cidadania, do trabalho e da renda, para se discutir a contribuição das iniciativas de inclusão social das políticas locais de enfrentamento da pobreza. Essas iniciativas podem materializar-se mediante ações voltadas a indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica, a partir dos principais elementos do "empreendedorismo social". Assim sendo, é fundamental desenvolver políticas públicas para a inserção de trabalhadores informais, respondendo às novas relações no mundo do trabalho, onde a população excluída do trabalho formal estabeleceria, através de práticas de organização e educação, uma nova relação com a sociedade.

Inovação social e políticas públicas

A implantação de políticas públicas para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável tem negligenciado o incentivo ao desenvolvimento sistemático de inovações sociais. Millard et al (2016) destacam que mesmo os países desenvolvidos acabam por ignorar o potencial da inovação social, já que, apesar de ser possível identificar ações voltadas à inovação social em todo o mundo, a falta de sistematização dificulta a sua identificação e contabilização. Além disso, há "o potencial e a força que uma implantação mais sistemática de teorias, métodos e práticas de inovação social poderiam trazer" (Millard et al, 2016), já que se trata de um "novo conceito que necessita ser adaptado à realidade das "organizações de impacto social", tendo em vista que estas possuem problemas diferentes daqueles enfrentados pelos outros setores da economia" (Rodrigues, Sugahara, & Benedicto, 2017). Por sua vez, Minayo (2012) destaca que "fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas", onde "o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados".

Por representar um espaço privilegiado de produção e disseminação de conhecimento, as universidades possuem papel central na organização da sociedade contemporânea, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais isenta de desigualdades e que preconize o desenvolvimento socioeconômico justo e igualitário (Gaviraghi, Goerck, & Frantz, 2019, pp. 463). Existem, mundialmente, inúmeros exemplos de aproximação universidade-sociedade, onde o panorama econômico e social é redesenhado através da geração de conhecimento vital para atingir o desenvolvimento socioeconômico.

Ao se analisar o relatório sobre os avanços alcançados com a implementação da "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", constata-se, com base nos dados mais recentes disponíveis, que os progressos realizados e os restantes desafios para alcançar os dezessete objetivos estabelecidos não têm ocorrido rápido o suficiente para atingir as metas previstas ao fim dos próximos sete anos (Un, 2018). Dessa forma, apesar de as pessoas estarem vivendo melhor do que viviam há algumas décadas passadas, a taxa de progresso mundial não está conseguindo acompanhar o ritmo necessário para alcançar os Objetivos em 2030, conforme aspirados nesse ambicioso documento (Un, 2021).

De acordo com a Organização das Nações Unidas, "o cumprimento da Agenda 2030 requer medidas imediatas e aceleradas por parte dos países, assim como alianças colaborativas entre os governos e as partes interessadas em todos os níveis" (Un, 2018, pp. 3). No Brasil, a situação é ainda mais crítica, já que nem mesmo as propostas da Agenda 2030 têm servido para nortear as políticas públicas e as legislações que vêm sendo formuladas no país nos últimos anos (Gameiro, 2021). Conforme o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da OMS, o Brasil vem se afastando, cada vez mais, das metas de desenvolvimento sustentável propostas na Agenda 2030 (Ilo, 2018; Cswg, 2018).

Dados do relatório Luz 2022 (GTSC A2030, 2022), documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, formado por 57 organizações e fóruns de todo o país, mostram que, no Brasil, a gestão federal em curso desde 2019 é publicamente contrária aos princípios da Agenda 2030 e não tem alcançado nenhum progresso nas 169 metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diante de um contexto de crise sanitária e climática de ordem global, o aumento da pobreza, da fome, da perda de biodiversidade e da qualidade de vida no Brasil indicam, de forma irrefutável, uma sociedade adoecida não apenas pelos efeitos devastadores da pandemia da COVID-19, mas, também, pelo crescimento das desigualdades (GTSC A2030, 2022). Consequentemente, por efeito desse cenário de crise política, econômica e social, o desemprego contribui para o crescimento do número de trabalhadores desocupados,

gerando um problema social que vem se agravando paulatinamente (Ibge, 2022).

Diante disso, urge a implantação de uma "Política de Estado" para reformulação da rede de proteção social, com diretrizes que reconheçam as obrigações do Estado no âmbito da proteção social, destinada a salvaguardar a todas as pessoas ao longo do ciclo de vida e reduzir a vulnerabilidade socioeconômica no país. Conforme Silva e Carneiro (2016), a leitura da realidade social vivida pelos empreendimentos de economia solidária no país, por consequência de seus trabalhadores, envolve intervir com políticas sociais, por meio de programas específicos de apoio e fomento. Logo, é preciso habilitar a organização de trabalhadores sob a forma de trabalho associativo, em diferentes setores da economia, sobretudo naqueles de menor exigência de capital, proporcionando-lhes: i) condições de atuação econômica; ii) capacitação na dinâmica interna de gestão; e iii) alternativas para a construção de relações socioeconômicas com a sociedade.

Assinala-se, entretanto, que "Políticas Sociais" se diferenciam de "Políticas Públicas", na medida em que a segunda engloba todas as ações do Estado para a implantação de um projeto de Governo, enquanto que a primeira, conforme Marshall (1967), é a política dos governos relacionada à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços. Portanto, as políticas sociais são, em princípio, voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais visando a redução das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Guimarães e Pereira (2015) destacam que "a luta pela sobrevivência esbarra no trabalho ou na falta deste, privação esta traduzida na informalidade, que é um limite legal politicamente definido". Na realidade brasileira, o mercado formal de trabalho não é acessível a grande parte da população, que, apesar de atuar no mercado informal, é considerada desempregada. Nesse contexto, os trabalhos formal e informal impactam de forma distinta a vida das pessoas. Enquanto trabalhadores formais têm oportunidade de lutar por dignidade e cidadania, a busca por subsistência faz com que os que se encontram na informalidade acabem lutando por sua sobrevivência. O trabalho informal, caracterizado por não requerer conhecimentos prévios, e por poder ser realizado por qualquer pessoa, requer o emprego de baixa ou nenhuma tecnologia. Por sua vez, o trabalho formal, em geral, requer algum *know-how*, equipamento ou conhecimento técnico. A grande diferença entre eles, segundo Guimarães e Pereira (2015), está na tecnologia empregada.

Martin e Osberg (2015) apontam o empreendedorismo social como forma de promover mudanças transformadoras na sociedade. Esses autores estudaram líderes e empreendimentos sustentáveis, visando encontrar caminhos para o sucesso de empreendimentos sociais. Os resultados desse estudo apontaram que, nos empreendimentos sociais bem-sucedidos, houve a preocupação de tratar especialmente dois aspectos: os atores envolvidos e a tecnologia instrumental aplicada.

Uma política pública de inclusão precisa reconhecer as diferenças e desigualdades da sociedade contemporânea. Entender as causas estruturais do baixo nível de escolaridade, a fim de que possa propor e fomentar ações efetivas de transformação das condições desse público. Dentre tais ações pode-se destacar a revisão das exigências inerentes à legalização de suas atividades, o acesso a linhas de crédito com juros baixos, bem como o fomento à tecnologia e inovação.

No Brasil, a despeito de alguns poucos avanços sociais obtidos desde 2003, as desigualdades sociais permanecem crescentes, estando a riqueza concentrada nas mãos de poucos. Por outro lado, o acesso às políticas governamentais de fomento está atrelado ao cumprimento de uma série de exigências legais e documentais que acabam por torná-lo altamente restritivo. Como aqueles que se encontram na informalidade, em geral

pertencentes à parcela menos favorecida da população e que deveriam ser privilegiados por tais políticas, podem ter acesso a tais linhas de crédito, se não são capazes de atender às exigências impostas pelos órgãos públicos? É preciso rever as políticas públicas de inclusão social, de forma a permitir que os benefícios delas oriundos atinjam a toda a sociedade, servindo de alicerce para o desenvolvimento do país.

O empreendedorismo social é um tema que recebeu muita atenção na literatura nas últimas décadas (Granados, Hlupic, Coakes, & Mohamed 2011; Dacin, Dacin, & Tracey, 2011), tendo sido objeto de debate de várias e diferentes escolas de pensamento no campo socioeconômico (Young & Lecy, 2014; Bacq & Janssen, 2011; Defourny & Nyssens, 2010; Galera & Borzaga, 2009; Dees & Anderson, 2006). Todavia, limitou-se a um debate conceitual que ocupou um espaço restrito sob um campo de definições estreitas (Doherty, Haugh, & Lyon, 2014). Mais recentemente, contudo, tem havido uma ampliação no campo de debate sobre o empreendedorismo social, com o surgimento de consideráveis esforços para descrever plenamente a diversidade total dessa atividade, construindo tipologias para contemplar a ampla gama de organizações abrangidas dentro dessa rotulação (Bull & Ridley-Duf, 2018; Defourny & Nyssens, 2017; Kerlin, 2013; Alter, 2007).

Essa tendência também tem sido observada no campo social (Dacin, Dacin, & Matear, 2010), ainda que as fronteiras do empreendedorismo nesse campo permanecem difusas (Santos, 2012), sem ainda ter chegado a um consenso sobre o que torna a empreendedorismo social diferente do empreendedorismo tradicional (Ranville & Barros, 2022; Doherty, Haugh, & Lyon, 2014). Segundo alguns estudiosos, "definir o empreendedorismo social (em oposição ao conceito clássico) é difícil" (Ranville & Barros, 2022) porque o "social é um conceito carregado de valor" (Choi & Majumdar, 2014) e a sua "base normativa não é clara" (Bruder, 2020).

Apesar da falta de definição teórica, explicitando os tipos de objetivos que as formas de empreendimentos devam alcançar, Peredo e McLean (2006, pp. 59) situam os diferentes tipos de empreendedorismo social em um continuum, em termos de proeminência de seus objetivos, e o definem como empreendimentos que visam aumentar o 'valor social'; ou seja, sua intenção é "contribuir para o bem-estar de uma determinada comunidade humana". À vista disso, o empreendedorismo social pode funcionar como mecanismo tanto para "fornecer bens e serviços que atendam a necessidades não atendidas" (Defourny & Nyssens, 2017, pp. 2487), como para promover a democracia econômica ou abordar problemas sociais específicos como "desemprego, pobreza, subdesenvolvimento ou deficiências de todos os tipos, entre outros fatores, que podem causar marginalização ou exclusão" (Defourny, 2014; Defourny, 2009). O empreendedorismo social também pode ser aplicado como prática para abordar problemas sociais por meio de intervenções visando "criar externalidades positivas" (Bacq, & Lumpkin, 2021; Santos, 2012) ou "responder a falhas de mercado" (Mair, 2020; Austin, Stevenson, & Wei-Skillern, 2006).

Assim sendo, o empreendedorismo social se apresenta como uma alternativa para a geração de trabalho e renda, em especial para a parcela da população mais vulnerável. Por este motivo, o desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária pode ser um caminho a ser estimulado por políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade. Conforme Silva e Carneiro (2016, pp. 7), "o reconhecimento da diversidade de estratégias populares para a geração de trabalho e renda é um passo fundamental para a criação de mecanismos para a valorização de seu potencial produtivo". Mas a "elaboração de canais de produção e circulação de informações fidedignas sobre a realidade dessas experiências" é importante para "a obtenção de um conjunto considerável de informações" que permita "compreender seus principais padrões de localização e manifestação bem como seus pontos de conexão com o sistema econômico mais geral e os espaços de disputa política que seus

atores estão envolvidos" (Silva & Carneiro, 2016, pp. 8).

Portanto, iniciativas neste sentido devem ser formatadas de maneira a se contrapor às variadas e severas adversidades com que se defrontam os trabalhadores que atuam no universo da economia solidária, dados os obstáculos na formalização do empreendimento e obtenção de assessoramento técnico, além da luta para capacitação para produção e comercialização de produtos e serviços, além das dificuldades no acesso a crédito e financiamentos.

Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares

A crise econômica brasileira, apontada com início em 2016, mudou o quadro de estabilidade, vigente desde o início da década de 2000, em que havia vagas para quase todos trabalhadores no mercado de trabalho do país. Dados do IBGE (2022) mostram que a COVID-19, no Brasil, trouxe consequências danosas à saúde da população e à economia, acarretando queda da renda e destruição de postos de trabalho, atingindo recordes históricos em 2020.

Esse cenário se torna agravante por estar sob um sistema capitalista injusto, onde a precarização e o subemprego têm lugar de destaque, gerando grande número de excluídos. Tal amplitude pode ser vista na miséria atualmente presente ao longo de todo o território brasileiro, onde a situação política e econômica, associada a fatores históricos contribuem para acentuar esse problema.

Diante de tal realidade, a inovação social surge como caminho a ser trilhado na busca de alternativas de trabalho para uma parte marginalizada da população que se encontra sem perspectivas de oportunidade de emprego. Assinale-se, contudo, conforme Capucha (2019, pp. 35), que o acesso a um emprego não é condição suficiente para a ruptura com a pobreza, já que tudo depende da qualidade do emprego e das suas recompensas intrínsecas (possibilidade de aprender, satisfação com o conteúdo das tarefas, sentimento de utilidade pessoal e social, condições de trabalho, etc.) e extrínsecas (remuneração, acesso aos sistemas de proteção social, etc.). Além disso, finaliza o autor, são, também, condições necessárias para se romper com a pobreza e a exclusão, prevenindo contra esses fenômenos: i) as condições de moradia; ii) o acesso a equipamentos sociais para os familiares dependentes; iii) a saúde; iv) a educação; e v) o pertencimento a uma comunidade não discriminada.

Para Scholz, Rosa e Borges (2014), os processos de atuação de uma incubadora de empreendimentos solidários promovem a articulação com as políticas públicas e operam no âmbito coletivo dos empreendimentos na perspectiva da educação para a autogestão. Segundo Magalhães et al. (2015, pp. 75), "promover aprendizagem é fator preponderante nos processos de incubação".

Daí a importância de se promover políticas públicas específicas de emprego para populações socialmente desfavorecidas. Neste sentido, em 1995, inspirado nas incubadoras de empresas, surge o primeiro programa de extensão universitária no país, visando fazer a incubação tecnológica de cooperativas populares. Gestado no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi concebido como um centro de tecnologia para disponibilizar conhecimentos e recursos acumulados na universidade pública de forma a gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento (incubação) de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica.

No apoio aos empreendimentos sociais é preciso "valorizar novas ideias ultrapassando as fronteiras disciplinares e organizacionais criadas para resolver velhos

problemas" (Drayton, 2006, pp. 89). No tocante às incubações de cunho tecnológico, deve-se aplicar metodologia que utilize técnicas de gestão e engenharia de produção, combinadas com conhecimentos e parcerias de outras áreas, num processo contínuo de adequação ao tempo e às mudanças naturais nesse mecanismo coletivo de aprendizado e criação de conhecimento. Centrado na promoção do cooperativismo popular, criam-se metodologias e desenvolvem-se ações de inclusão e valorização do trabalho de grupos sociais que estão nas bordas da economia informal e, por isso, não são enxergados pelos agentes da economia formal. A incubação, nesse caso, pode ser feita intervindo diretamente em empreendimentos econômicos solidários ou na forma de transferência de tecnologia de incubação para assessorar outras incubadoras e subsidiar políticas públicas de trabalho e renda.

Entendendo o cooperativismo popular como um importante vetor de transformações sociais, pelos princípios e valores envolvidos na sua prática, deve-se trabalhar com grupos ao invés de indivíduos isoladamente. A meta deve ser fomentar a cooperação, não somente dentro do grupo, mas também entre este e seu entorno social. Assim, a atuação deve ser pautada no desenvolvimento de um modelo de gestão e de retribuição do trabalho mais igualitário e democrático do que a forma dominante na sociedade, tendo a educação e a multiplicação do conhecimento como pilares principais.

Sendo instrumentos de assessoria e formação no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários, as incubadoras tecnológicas desenvolvem inovações em suas ferramentas de ação e metodologia, propiciando um ambiente de transformação na vida dos cooperados. Ao longo do tempo, novas técnicas de gestão têm sido investigadas e implantadas, com vistas a melhorar a qualidade do processo de incubação, de forma a contribuir para o desenvolvimento de empreendimentos sustentáveis, que agreguem valor aos seus produtos, e sejam capazes de responder à melhoria da qualidade de vida de seus associados, seguindo os princípios de solidariedade e cooperativismo.

Por conseguinte, as políticas públicas para a reinserção de trabalhadores informais no mercado de trabalho, precisa considerar que tais cidadãos, e suas famílias, já participam das trocas econômicas e das relações sociais. As ações implementadas devem ser norteadas para a sua inclusão no mercado formal, a partir de um novo acordo de tempos melhores, onde tais grupos possam estabelecer, através de práticas de organização e educação, uma nova relação com a sociedade. Dessa forma torna-se possível a formação, não apenas de trabalhadores, mas também de cidadãos.

Através do processo de incubação, as cooperativas atendidas devem receber capacitações e assessorias em cinco diferentes áreas, que compõem os eixos de atuação da incubação, tendo sempre como foco o fortalecimento do empreendimento. A ação precisa ser desenvolvida com base em um "Plano de Negócios" e funcionar como uma linha mestre, a partir da qual seriam desenvolvidos três eixos de trabalho: (i) Gestão; (ii) Tecnologia; e (iii) Cidadania.

No eixo gerencial, que enfoca aspectos econômicos, administrativos e financeiros, se verifica, a partir de um "plano de negócios" estabelecido, as necessidades de capital para o empreendimento, seja de giro do negócio, ou para aquisição de equipamentos e maquinários. Deve-se fazer, então, um trabalho de orientação, para a captação de recursos ou obtenção de apoio operacional. Esse eixo é responsável, ainda, pelo trabalho de acompanhamento e de melhoria do planejamento financeiro e pela organização do grupo, além de nortear a gestão administrativa do negócio. No eixo tecnológico se realiza o diagnóstico da qualificação profissional, investigando-se os equipamentos e maquinários que a cooperativa possui, comparando-os à tecnologia existente para o setor ao qual o

empreendimento econômico solidário pertence, ou seja, efetua-se uma análise do que ele tem e do que poderia ter. A partir daí é desenvolvido o planejamento de capacitações e assessorias para a melhoria tecnológica do empreendimento econômico solidário. Por fim, no eixo cidadania, se trabalha o diagnóstico e o planejamento das ações de melhoria daquele cidadão, seja sua volta à escola, sua qualificação, ou formação profissional, e seu acesso a políticas públicas disponíveis.

Operacionalmente, a metodologia de incubação social se divide em três fases. A primeira é a pré-incubação, que tem como foco central a organização e o fortalecimento do grupo, baseada nos princípios da economia solidária. Nessa fase se prevê, também, a definição do negócio propriamente dito, ou seja, a definição da atividade econômica a qual irão se dedicar. É nessa fase que os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem ferramentas básicas, visando estabelecer o estatuto, definir os objetivos, estruturar a forma de atuação, etc. A etapa subsequente trata da incubação e corresponde ao processo de fortalecimento do empreendimento, possuindo dois focos: i) o fortalecimento da autogestão; e ii) a maturidade do empreendimento. Neste processo a assessoria e a formação se constituem em atividades básicas da equipe, desde o eixo da gestão do empreendimento até a sua inclusão em redes. Por último, tem-se a desincubação, cujo foco central é a busca pela autonomia do empreendimento social, dado que, a partir desse momento, a ação junto à incubadora se retrai. Nessa perspectiva, o fortalecimento de sua ação em rede deve ser o foco principal.

Na busca pela sustentabilidade do empreendimento social, faz-se necessária, também, a agregação de valor à atividade desenvolvida. Para tal, entende-se que a tecnologia seria a única forma de agregar valor ao trabalho. Porém, antes da chamada inclusão tecnológica, há duas outras inclusões que, também, são necessárias: i) a inclusão econômica, a partir da qual o empreendimento social começa a ter relações entre seus pares definida não mais pela vizinhança, mas pela troca e construção de produtos; e ii) a inserção social, que se dá pelo acesso por parte desses trabalhadores às políticas de direito do cidadão, que tem como base as políticas públicas, às quais ele já deveria ter tido acesso.

Com relação à inclusão econômica, esforços para o alcance de uma economia ambientalmente sustentável estão sendo desenvolvidos no Brasil, ainda que lentamente. Hoje, já podem ser identificadas algumas ações que mostram o comprometimento com o desenvolvimento sustentável e que direcionam num movimento para incorporar a economia circular na produção e consumo no país (Cosenza, Andrade & Assunção, 2020).

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa adotou como método um estudo de caso aplicado a um empreendimento econômico solidário, revisando as diversas ações implementadas e as subseqüentes implicações que as mesmas trouxeram para as doceiras objeto da intervenção realizada. A seguir são descritos os componentes mais relevantes relativos ao estudo de caso utilizado na investigação, com o intuito de permitir confrontar a magnitude observada (inserção social), o comportamento dos atores (mulheres doceiras) e o resultado de suas possíveis interações em termos de incubação de uma cooperativa popular.

Procedimentos aplicados à pesquisa

Trata-se de uma pesquisa que emprega uma abordagem descritiva e exploratória, para caracterizar e relatar a natureza das variáveis que se pretende conhecer (Köche, 2007). Para isso, aplicou-se a metodologia de estudo de caso (Eisenhardt, 1989) para investigar um grupo de mulheres doceiras, com o intuito de identificar e avaliar as

alternativas mais significativas (Berry & Otley, 2004) na criação de trabalho e renda na municipalidade de Tumiritinga, analisando as questões ["como" e "porque"] de forma mais abrangente e detalhada no seu contexto real (Yin, 2018).

Para lograr o objetivo enunciado, seguiu-se um protocolo de investigação qualitativa baseado em Patton (2015), onde as fases descritivas de análise constroem uma base para uma fase interpretativa em que o significado é extraído dos dados. A coleta de dados deu-se com base em análise documental dos registros do projeto, abrangendo o período 2012-2018. O foco desse projeto era a criação e incubação de uma cooperativa popular, mediante a ação de organização de um grupo de mulheres doceiras em um empreendimento econômico solidário, com vistas à inserção socioproductiva dessas mulheres que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Com vistas a possibilitar uma melhor compreensão da metodologia utilizada, a contextualização do estudo de caso foi dividida em três etapas principais: i) Diagnóstico e definição de estratégias; ii) Desenvolvimento e estruturação do grupo, e iii) Processo de Incubação.

O caso das doceiras de Tumiritinga: uma breve caracterização

A cidade de Tumiritinga está situada no interior de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil, no Vale do Rio Doce, localizando-se a aproximadamente 380 km da capital do Estado. Com a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, no final do Século XIX, foi estabelecida uma parada no local, propiciando o desenvolvimento da cidade. Ao longo do tempo, com o esvaziamento econômico da região, os trilhos do trem se tornaram ponto de distribuição de doces de um grupo de mulheres da região. É nesse cenário que se desenvolve o caso das doceiras de Tumiritinga.

Etapa 1 - Diagnóstico e definição de estratégias

Historicamente, algumas mulheres da cidade conseguiam o sustento ou a complementação de suas rendas, a partir da produção artesanal de doces, em especial a cocada. A comercialização das cocadas feitas por essas doceiras se dava de forma individual e desorganizada, através da janela do trem, aproveitando uma parada de apenas três minutos na estação ferroviária da cidade.

Se, por um lado, a comercialização nos trilhos ajudava no sustento dessas doceiras, as condições de insegurança e vulnerabilidade, por outro, não lhes permitiam melhoria da qualidade de vida de suas famílias. Dentre os problemas enfrentados havia o risco de vida iminente para mulheres e crianças na linha do trem, além do fato de que haveria uma troca no modelo do vagão dos trens, que não mais teriam janelas abertas, impossibilitando a realização do comércio dessas doceiras.

No entanto, estando elas acostumadas a realizar seu trabalho de forma individual, a mudança de paradigmas foi o primeiro grande desafio a ser vencido no projeto, já que na primeira fase do projeto elas continuariam a desenvolver seus produtos individualmente, e se uniriam para comercializar para a empresa ferroviária, em face de os produtos passarem a ser vendidos dentro dos vagões do trem.

Por conta disso, iniciou-se a sensibilização das mulheres para que buscassem identificar os propósitos almejados pelo grupo. Em seguida, buscou-se trabalhar um processo formativo na área do cooperativismo e da produção de doces. Este modelo contribuiu para o fortalecimento da economia da região, sendo passível de ser replicado em outras localidades brasileiras que tenham sistema de transporte similar.

A proposta de vender os doces no interior do trem trouxe outras questões, já que elas poderiam fazer a venda por conta própria, ou por meio da empresa que explora o serviço de alimentação nos vagões durante o transporte dos passageiros. Esta opção, no entanto, iria requerer que os produtos atendessem a requisitos mínimos de qualidade e padronização, devendo ser regularizado e aprovado pelo sistema de licenciamento municipal. Portanto, era importante trabalhar na melhoria da qualidade dos produtos, atendendo às normas de higiene, entre outros requisitos de licenciamento, além de estabelecer parâmetros para a produção conjunta, que envolveria a formação de uma cooperativa, e a instrumentalização das doceiras.

Etapa 2 - Desenvolvimento e estruturação do grupo

Como forma de potencializar esse espírito empreendedor, aproveitar um produto já conhecido na região e promover melhorias na qualidade de vida desse grupo de mulheres, foi conduzido um trabalho de organização do grupo em um empreendimento que pudesse responder às suas necessidades econômicas, respeitando seus saberes e capacidades.

A ação foi desenvolvida em fases, ao longo de sete anos, iniciando com um diagnóstico que indicou que o grupo era composto por trinta e três doceiras e permitiu compreender a realidade do grupo, suas histórias, vivências e relação com a comunidade. Isso possibilitou identificar o potencial de as mulheres constituírem uma marca local, por serem identificadas pelos passageiros como "as doceiras de Tumiritinga".

Como não seria mais possível a participação de todas na venda, optou-se, inicialmente, pela realização de um rodízio, onde, a cada momento, cinco mulheres efetuavam a venda para o grupo. Para isso, as doceiras foram treinadas e uniformizadas, e a comercialização passou a ser realizada durante o percurso Tumiritinga – Governador Valadares – Tumiritinga.

Esta operação permitiu a continuidade da comercialização dos produtos e a mudança no procedimento de venda, mas exigiu uma abordagem formativa, que fosse além da ação imediata de retirada das doceiras de suas atividades. Ultrapassado o primeiro obstáculo, novos desafios se apresentaram, como a melhoria da qualidade dos produtos, a consideração das normas de higiene e saúde pública, além do desenvolvimento do grupo, da produção e da comercialização dos doces.

O trabalho foi estruturado a partir da capacitação de uma equipe local, capaz de dar continuidade às ações e desenvolver um relacionamento mais fecundo com as instituições e atividades na cidade.

Apesar da aparente boa convivência das doceiras na comercialização de seus produtos, o grupo tinha grande resistência em relação à realização de atividades conjuntas, especialmente de produção. Além disso, algumas doceiras haviam tido uma experiência frustrada de formação de cooperativa em algum momento anterior, o que fazia com que tivessem uma resistência inicial à ideia da criação de um empreendimento dessa natureza.

Gaiger e Kuyven (2019, pp. 817) destacam que os empreendimentos econômicos solidários organizados na forma de cooperativas tendem a ser mais bem estruturados em relação a estratégias de mercado, à geração de resultados e à adoção de hábitos de gestão democrática. Todavia, apesar de se acreditar que o modelo cooperativo era a melhor opção para o caso das doceiras de Tumiritinga, o trabalho foi focado no desenvolvimento do grupo, sendo delas a opção de formar ou não um empreendimento cooperativo.

A relutância das mulheres à participação em ações conjuntas tinha por base especialmente a descrença de que tais ações pudessem trazer bons frutos para suas vidas. Para vencer tais resistências, a estratégia adotada foi desenvolver atividades que

desnudassem os benefícios oriundos do trabalho coletivo. Nesta perspectiva, buscou-se a identificação de outros mercados para comercialização coletiva, estratégia denominada "para além das janelas do trem", que possibilitasse o aumento de renda, como a participação em feiras em municípios da região. Além disso, trabalhou-se o despertar do lado cidadão, político e social dessas mulheres, estimulando-se articulações com outros grupos de doceiras e artesãos. Tais articulações ajudariam, mais tarde, na construção de uma rede de economia solidária que possibilitaria a abertura de mercado e comercialização de produtos em outros municípios.

A logística necessária para o transporte dos produtos para as feiras não permitia a participação de todas as doceiras, sendo necessário garantir a identificação das cocadas que seriam comercializadas. A catalogação das cocadas foi fruto de um trabalho coletivo e contribuiu para que se estabelecesse um novo padrão de relação de confiança entre elas, que passaram a comercializar o produto umas das outras.

Etapa 3 - Processo de Incubação

As ações desenvolvidas pela incubação partiram do princípio norteador de que, tanto para a definição do processo de formação e capacitação, quanto para a definição da viabilidade econômica do empreendimento econômico solidário seria necessário um trabalho consistente de prospecção, capaz de revelar as reais possibilidades de sucesso da empreitada.

Portanto, além de avaliar a viabilidade econômica e cooperativa desse grupo de mulheres, era de suma importância também identificar alternativas viáveis de criação de trabalho e renda na região onde o trabalho era desenvolvido. Por conseguinte, aspectos como o estado organizacional dos envolvidos, suas relações com a comunidade em geral, a negociação com os fornecedores, a economia local e os arranjos produtivos locais, foram percebidos como inputs relevantes para a arquitetura de um projeto social consistente e viável.

Através do processo de incubação, a cooperativa atendida recebeu capacitações e assessorias nas áreas de gestão, mercado, cidadania, tecnologia, contabilidade, logística, dentre outras, tendo sempre como foco a preocupação com a garantia da sustentabilidade do empreendimento social e a formação de seus membros como cidadãos conscientes.

Enfrentar novos mercados trouxe ao grupo desafios maiores e a incerteza inerente ao processo de comercialização. Ao invés da venda realizada na janela do trem, onde encontravam clientes já acostumados e sensibilizados para o comércio de seus doces, era preciso sensibilizar e conquistar novos clientes que trafegassem pelas feiras que participariam. Essa nova realidade ajudou-as a entender que muito além do volume e do preço do produto, era importante considerar outros aspectos para o sucesso da comercialização de um produto.

A convivência com outros grupos produtores despertou nelas a percepção de padrões de qualidade. Na medida em que foram se fortalecendo de forma comunitária, começaram a reservar parte da venda das cocadas para custear futuras produções, sendo possível a introdução da ideia de conjunto.

As doceiras possuíam uma espécie de estatuto informal que ordenava a relação de comercialização e convivência nos trilhos. O que aparentemente era uma bagunça para quem olhava as mulheres correndo nos trilhos do trem, se mostrou uma forma organizada de venda. A localização nos vagões dos trens, por exemplo, era anteriormente determinada, fazendo com que uma não entrasse na janela da outra. Além disso, elas já haviam acordado outras questões, como valores e tamanho das cocadas, algo que não estava escrito, mas

servia de parâmetro para o grupo. Trazer à tona os acordos não formalizados, através da prática da comercialização coletiva, e uma formação técnica e cooperativa, facilitou o desenvolvimento do trabalho coletivo.

As parcerias são pontos chaves para a sustentabilidade de um projeto a médio e longo prazo. A perspectiva de ter as doceiras como empreendimento econômico pressupunha sua articulação tanto em nível econômico, quanto político. A principal parceria foi estabelecida com a Fundação Vale, responsável pela linha férrea, que forneceu apoio e suporte para o trabalho com o grupo. Outra importante parceria foi firmada com a Prefeitura local, que se sensibilizou com a proposta da cooperativa. A percepção positiva do trabalho das doceiras, inclusive como fator de projeção para o município, fez com que a Prefeitura Municipal de Tumiritinga colaborasse para o desenvolvimento das atividades do grupo, apoiando com o fornecimento de transportes para a participação em feiras e eventos na região e abrindo espaço para a comercialização dos doces em Tumiritinga. A Prefeitura, também, deu autorização para que as doceiras montassem uma barraca na feira semanal do município, o que contribuiu bastante para o fortalecimento da comercialização do grupo.

Outra parceria que merece ser mencionada foi a que se efetivou com a Rede de Economia Solidária, um movimento nacional que trabalha com empreendimentos de perfil similar ao das doceiras. Essa parceria possibilitou a participação das doceiras de Tumiritinga em feiras na cidade de Governador Valadares, além de contribuir para a realização de articulações políticas em nível nacional. A experiência junto a grupos da economia solidária foi muito importante no debate e formação dessas doceiras. O espaço aberto nas feiras e exposições para que a cooperativa pudesse realizar suas vendas obrigava a participação nas reuniões, possibilitando a elas um novo debate político com pares, em uma perspectiva diferenciada.

No início da produção coletiva, foi estabelecida uma parceria fundamental para o desenvolvimento do grupo: a Diocese de Governador Valadares autorizou o uso de sua cozinha industrial, que já possuía alguns equipamentos para a produção de doces, sem quaisquer ônus para o grupo.

Dado que o cooperativismo é o alicerce da atividade de incubação e que as doceiras, em função de experiências anteriores, traziam certa rejeição à ideia de cooperativas, resolveu-se trabalhar os conceitos e princípios de cooperativismo, sem nomeá-los, para superar tal rejeição e não trazer à tona preconceitos do grupo. O início deu-se com a criação de um fundo coletivo, com parte da receita da venda nas feiras para produção, que surgiu quase que naturalmente; posteriormente introduziu-se a ideia de gestão coletiva, em que a cada feira seria realizada uma reunião geral com todas as doceiras para discutir e avaliar todo o processo. Essa prática de autogestão, que não é simples, foi construída através das experiências vivenciadas e a perspectiva da construção do cooperativismo se deu através das feiras, da aliança de gestão e da organização das doceiras.

Em seguida, foi iniciado o trabalho de construção do estatuto, a partir das experiências vivenciadas pelo grupo. Desde os trilhos elas já possuíam um código básico de relacionamento, incrementado com a experiência vivenciada nas feiras. Desta forma, foi possível manter todo o potencial do cooperativismo e ultrapassar a rejeição demonstrada inicialmente.

Por se tratar de uma atividade surgida espontaneamente, de forma informal e individual, o objetivo de profissionalizar o grupo representava um desafio a ser explorado de uma maneira diferente. O trabalho da incubadora se desenvolveu a partir de intervenções, sendo construído a partir da realidade das doceiras. Conforme Oliveira (2017), a plenitude existencial, com realizações positivas e negativas, materializa nos

participantes uma aprendizagem em geral de mais resposta do que a formação formal.

Era preciso, portanto, trabalhar a qualidade dos produtos, o que pressupunha conhecimento das receitas dos doces. Para elas, as receitas das cocadas tinham grande valor e fornecer acesso a tais informações requeria confiança na equipe. Elas compreenderam que o cliente tem a possibilidade de escolher a cocada que deseja, dentre as diversas opções apresentadas. Considerando que elas praticavam o mesmo preço para os produtos, a qualidade e apresentação do mesmo passaram a ter importância decisiva na comercialização e havia o risco de algumas delas não venderem seus produtos. Esta questão foi um ponto chave para a discussão do processo de confecção das cocadas, perpassando desde a higienização do produto, até a manutenção, apresentação e venda do mesmo.

O trabalho de profissionalização foi efetuado a partir de atividades práticas, sendo seu conteúdo absorvido rapidamente. A partir do conhecimento das receitas, foi possível um trabalho de padronização dos produtos, com o apoio de uma profissional da área de nutrição, que abordou a questão da higienização e propiciou a construção de uma receita coletiva, firmando as bases para a construção da unidade de produção. Destaque-se que o trabalho se desenvolveu de forma participativa, com cada mulher contribuindo para a construção de um bem comum a ser concretizado numa receita única para a cocada.

A capacitação do grupo incluiu a abordagem de temas que envolviam produção, armazenagem, rotulagem, manipulação de alimentos, cuidados na embalagem dos doces, além da importância de utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como forma de proteção do produto e da doceira. Essas medidas seriam fundamentais para propiciar uma conscientização coletiva em relação a boas práticas com equipamentos e com a atividade desenvolvida, além garantir a proteção à saúde dessas trabalhadoras e reduzir os riscos de acidente de trabalho. Sendo assim, além da padronização da receita e da conscientização da importância da qualidade dos doces, foram definidos novos produtos. A cocada, antes comercializada apenas em um tamanho, passou a ser produzida em três tamanhos (grande, médio e pequeno), além da criação de um kit de produtos.

A busca pelo fortalecimento e ampliação do mercado da cooperativa considerou a prática de exposição das mercadorias nas feiras, com foco especial na feira semanal realizada na praça em frente à prefeitura de Tumiritinga.

Com a constituição da cooperativa, concretizava-se a oportunidade de as mulheres passarem a vender seu produto para o restaurante do trem, o que representaria uma demanda constante a cada mês. Para tanto se fazia fundamental que além da implantação de melhorias no controle da produção, fossem introduzidas melhorias no registro dos dados, no controle da validade dos produtos e sua etiquetagem. Foi contratada, então, uma empresa da região para fortalecer a identidade visual e a produção de material de divulgação nos formatos impresso e digital.

No eixo tecnológico, foram efetuadas mudanças na rotina de produção, com foco na higiene e padronização do produto final, além do uso de uniforme e a embalagem dos itens, visando melhorar a sua apresentação e incentivar as vendas.

No eixo financeiro buscou-se discutir pendências da situação financeira da cooperativa e das cooperadas; com foco na definição de uma sede própria para a cooperativa, que recebera uma doação para tanto.

A decisão de constituir a Cooperativa culminou com a elaboração de um Plano de Negócios e, conseqüentemente, a estruturação da gestão do empreendimento. O Plano de Negócios da Cooperativa de Doces Artesanais de Tumiritinga foi constituído considerando a perspectiva de mudança do foco de venda direta aos clientes na janela de trem, para uma unidade de produção que pudesse vender para outros mercados, como a empresa que

fornece a refeição no trem.

O grupo foi dividido em comissões, responsáveis pelas diferentes áreas administrativas: financeira, produção, etc. A elaboração de controles de entrada e saída, bem como o cálculo dos pagamentos a serem efetuados a cada participante, por exemplo, era feito pela comissão financeira. Este processo permitiu a participação, o aprendizado e o conseqüente fortalecimento do grupo. Até hoje, o grupo conta com as comissões formadas na ocasião, atuando ativamente.

O Projeto propiciou a melhoria da qualidade de vida das mulheres envolvidas, mudando sua condição de vendedoras ambulantes sobre os trilhos, para uma nova condição, na qual passaram a fazer parte de um grupo organizado, a partir de uma lógica cooperativista, ampliando suas perspectivas de progresso e crescimento.

Empreendedorismo e Inovação Social: resultados alcançados

Nesta seção, apresentam-se os resultados do estudo. Faz-se a análise desses resultados sob duas perspectivas: i) Análise descritiva das conquistas do grupo sob a forma de cooperativa; ii) Análise exploratória das melhorias conquistadas pelo grupo na redução de suas desigualdades socioeconômicas.

A estratégia "Para além das janelas do trem", que representava basicamente a expansão dos meios de venda, apresentou resultados extremamente positivos, pois em menos de um mês as doceiras dobraram seu faturamento. A conquista de resultados financeiros positivos contribuiu para disseminar o entendimento de que a venda deveria se dar de forma coletiva e que a necessidade da qualidade do produto era chave no processo.

Com a continuidade do trabalho, outros resultados foram conquistados, como a mudança no espírito cooperativo e o aumento da autoestima do grupo, além da obtenção em uma semana do faturamento antes obtido em um mês. Era claro que tais resultados se davam em decorrência da melhoria da relação com a comunidade, do trabalho em conjunto, da formação de parcerias, da participação em reuniões, associados à dedicação e organização para produzir em maior escala. A partir dessas ações foi possível aprofundar temas como logística, fundos, organização, cooperativismo.

Nesta fase do projeto se deu a sedimentação das atividades econômicas do grupo, efetuada com o apoio da nutricionista e o empoderamento das doceiras, a partir do fortalecimento da inter-relação do grupo, da autoestima e da sua relação com a comunidade. Esta foi a base de construção de uma cooperativa capaz de servir como uma alternativa de melhoria de vida e de representar uma proposta de futuro socioeconomicamente sustentável e integradora.

A organização destas mulheres em uma cooperativa, baseada no trabalho coletivo de produção e venda, que à primeira vista parecia um desafio intransponível, acabou se concretizando. O início da participação com maior frequência em feiras e eventos da região fez surgir, naturalmente, a necessidade da criação de um fundo para fazer frente às despesas. O crescimento do grupo e a ampliação de suas possibilidades foram contaminando positivamente as doceiras, incentivando-as a rever seus valores e a acreditar na possibilidade de mudança.

Nesta perspectiva, duas atividades contribuíram sobremaneira na elevação da autoestima dessas mulheres: (i) o Curso de Economia Solidária e Cooperativismo; e (ii) o Dia da Beleza Real, de valorização da Mulher Doceira. A primeira atividade, realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Tumiritinga, trouxe um sentimento de valorização para as doceiras, que ingressaram como protagonistas (alunas), num importante espaço social do Município. A realização do curso nas dependências da Câmara despertou nas

doceiras a preocupação em se apresentar melhor e bonitas, o que não acontecia nos cursos realizados na estação Ferroviária, ou, mesmo, no momento da venda de seus produtos.

O Dia da Beleza Real foi uma estratégia adotada para a melhoria da autoestima dessas mulheres doceiras. Efetuou-se uma parceria com salões de beleza locais e um estilista da cidade de Governador de Valadares, propiciando a cada uma dessas mulheres a oportunidade de cuidar de si próprias, fazendo o cabelo, a unha, entre outras possibilidades estéticas. O resultado foi impressionante! No dia seguinte, ainda era possível ver em seus rostos sinais de felicidade e um ar satisfação e autoconfiança.

A percepção de que o trabalho conjunto era o caminho para a sedimentação do crescimento do grupo fincou as bases para a criação de um empreendimento para essas mulheres, que já trabalhavam com a ideia da criação de uma cooperativa. Nessa ocasião, foi realizado um intercâmbio com a associação "Rio Limpo", que permitiu ao grupo conhecer de perto os desafios e superações de um trabalho coletivo.

Em 15 de maio de 2014, foi constituída a Cooperativa Doces Artesanais de Tumiritinga – COOPERDOCES TUMIRITINGA, tendo como finalidade incentivar e promover espaços para exposição e divulgação de doces, realizar atividades de formação cooperativa e capacitação das doceiras, promover a cooperação entre as doceiras associadas, e incentivar o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

A fim de ampliar a receita do grupo e promover a sustentabilidade da cooperativa, além de incentivar a sua relação com a comunidade, foram buscados novos mercados locais para comercialização das cocadas feitas por essas doceiras, já que as mesmas estavam sendo vendidas somente dentro do Trem de Passageiro da Vale. Ao longo do tempo elas foram desenvolvendo novos produtos, salgados e doces, como forma de atender aos anseios de seu público alvo e possibilitar o aumento de seu mercado e de sua renda. A diversificação dos produtos oferecidos na feira da praça, em frente à Prefeitura, contribuiu para o fortalecimento do grupo não apenas pelo aumento da receita, mas por dar maior visibilidade ao trabalho dessas doceiras. Com isso, vários turistas que vinham até a cidade de Tumiritinga, ou quando passam pela estação Ferroviária, encomendam os produtos dessas doceiras.

Houve, ainda, a busca por novos pontos de venda das cocadas na cidade de Tumiritinga, passando os produtos a serem comercializados em restaurantes da cidade, com pedidos regulares a cada 20 ou 30 dias. Além disso, foram promovidas parcerias com organizadores de festas locais, para o fornecimento de bufê nos eventos.

O desenvolvimento e a continuidade da realização de controles não é tarefa simples para o grupo, que tem dificuldade de fazer os registros de forma contínua. A inclusão de uma contadora na equipe permitiu a implantação de melhorias na organização da vida financeira e administrativa, além de possibilitar a criação de hábitos e rotinas administrativas. O grupo definiu que a cooperada com melhor formação educacional atuaria junto à contadora, controlando os gastos do empreendimento, discutido o processo produtivo e a reposição de material nos estoques.

Com os resultados positivos aflorando, a parceria com a Prefeitura Municipal foi se fortalecendo. Além da continuidade ao apoio de transporte para participação em feiras e outros eventos, a Prefeitura atendeu à solicitação do grupo e efetuou a doação de um terreno para a instalação da sede da Cooperativa. Todavia, como a verba disponível, decorrente de uma doação da Fundação Vale, não era suficiente para a construção de uma sede, optou-se por adquirir um imóvel no Centro da Cidade e utilizar os recursos restantes para realizar a reforma necessária para sua adequação. Localizou-se uma casa no Centro da Cidade adequada para a sede do grupo, dando maior segurança às doceiras sobre a continuidade do negócio. A negociação e a conclusão do processo de compra da casa

ocorreram no período de junho a agosto de 2018.

O espaço sofreu adequações a partir das diretrizes da Vigilância Sanitária do Município. A organização do layout da cozinha da nova sede e a aquisição dos equipamentos foi feita com orientação da Nutricionista da equipe e participação ativa das doceiras, tendo a higiene e a segurança como norteadores do processo. Foram também adquiridos novos uniformes e EPIs para o desenvolvimento do trabalho, assim como etiquetas e novo material de divulgação.

As discussões sobre a compra e o planejamento de obras do imóvel foram temas de oficinas de gestão, juntamente com os controles desenvolvidos pela contadora. Houve grande cuidado na realização da obra, uma vez que o imóvel mais do que um ponto de produção, em função de sua excelente localização, serviria como um ponto de comercialização e uma importante referência para desenvolvimento e divulgação da marca delas na cidade.

Desde então, o grupo passou a focar suas ações não apenas na produção e mercado atual, mas, principalmente, na perspectiva de mercado que se abriria com a possibilidade de comercialização na nova sede, com vistas à promoção da sustentabilidade da Cooperativa.

CONCLUSÃO

Atualmente, é fato o crescente anseio por iniciativas sociais onde haja uma mais valia, não só para a comunidade ou grupo que usufrui dos benefícios, mas também para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, combatendo principalmente as questões que propiciam desigualdades sociais. Por conta disso, projetos sociais de inclusão solidária mostram-se uma ótima alternativa no enfrentamento do desemprego, da pobreza e da exclusão social, especialmente considerando que o combate às desigualdades sociais representa uma ação fundamental na agenda da "sustentabilidade" e dos "objetivos do desenvolvimento sustentável", acordados na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Neste artigo se abordou a experiência de transformação da cidadania, do trabalho e da renda das "Doceiras de Tumiritinga", que comercializavam doces nos trilhos do trem de passageiros. Para tal, analisaram-se os elementos necessários para capacitação, num contexto de incubação social, de um grupo de mulheres doceiras que se encontrava em situação de fragilidade econômica e social na cidade de Tumiritinga/MG. Essa intervenção contribuiu para a melhoria de vida e renda dessas mulheres, colaborando, assim, para a redução das desigualdades e injustiças sociais tão imperantes no segmento social onde atuam essas cidadãs incubadas socialmente.

O contexto que justificou a elaboração desse tipo de projeto na universidade foi, simultaneamente, o de atacar um quadro de "problemas" e "oportunidades" que se apresentava no dia-a-dia de uma comunidade brasileira. Primeiro em face da situação vivenciada no município de Tumiritinga (MG), onde famílias dependiam da renda de uma atividade de sobrevivência, que consistia na venda de cocadas e doces nos trilhos, através das janelas dos trens. Da forma como era realizada, essa atividade era inadequada para as condições de vida das mulheres e crianças, dada as circunstâncias de insegurança e vulnerabilidade a que se expunham, inclusive com risco de vida iminente ao transitar nas linhas do trem. Segundo por propiciar a integração universidade-sociedade, ao levar para dentro da instituição de ensino um provável futuro problema social, devido ao fato de que haveria uma troca no modelo do vagão dos trens, que não teriam mais abertura das janelas. Com isso, essas doceiras, até então marginalizadas ou excluídas da agenda pública, se

veriam frente a uma situação vivencial ainda mais injusta e prejudicial por estarem diante de um grave conflito econômico-social, já que não haveria nenhuma pauta de acesso às políticas sociais e à cidadania para elas em dado momento.

Nesse caso, a promoção de aprendizagem para essas mulheres mostrava-se fator preponderante no processo de incubação, por tratar-se de pessoas historicamente excluídas do tradicional modelo de ensino básico, dando-lhes possibilidades de apoio educacional, de modo a capacitá-las para o exercício de ações nos campos de gestão, tecnologia e cidadania. Mais concretamente, partiu-se de um quadro de problemas relacionados com a baixa alternativa de trabalho e renda, dada a pouca formalização social e a má qualidade de vida dessas doceiras, que viviam na informalidade, não contando com apoio público para enfrentamento dos desafios que se apresentam na forma de resistência ao desemprego e de inclusão econômica e cidadã.

À vista disso, ações de incubação foram definidas, a partir de um diagnóstico realizado no local de intervenção, possibilitando delinear o processo de formação e capacitação das doceiras da região de Tumiritinga, identificando alternativas viáveis para a criação de trabalho e renda para elas. A metodologia de incubação implementada neste município de Minas Gerais possibilitou a troca de conhecimentos "universidade-sociedade" e uma ação educativa continuada, contribuindo para a transformação social das mulheres envolvidas.

Apesar de trabalharem em aparente desordem, havia uma organização tácita na maneira como essas mulheres comercializavam seus produtos nas janelas do trem. A intervenção efetuada possibilitou a estruturação do grupo sob a forma de uma cooperativa popular, ampliando suas relações com a comunidade em geral, conquistando novos mercados, absorvendo técnicas de gestão e comercialização, além de introduzir mecanismos de controle e processos de diversificação da produção.

O caminho da transformação foi longo, precisando ser recomeçado inúmeras vezes, mas culminou com a organização das doceiras em uma cooperativa popular e na construção de uma pauta positiva de geração de trabalho e renda, com foco na organização de empreendimentos solidários promovido por grupos populares originariamente excluídos socialmente das formas dominantes de produção.

Na área de gestão e governança as atividades iniciaram-se com a perspectiva de profissionalização do grupo, a partir de sua realidade. O trabalho desenvolveu-se numa concepção intervencionista, de modo a estabelecer uma nova perspectiva de grupo. Além disso, a implantação de novas formas de comercialização mudou o olhar do consumidor sobre o produto, ampliando a necessidade de desenvolvimento de produtos com maior qualidade, onde questões como a padronização, higienização e embalagem atingiram novo dimensionamento.

Para além do projeto de produção de doces, a sede adquirida destina-se à comercialização dos produtos do grupo. Considerando-se as perspectivas, foram reforçadas as atividades de organização das rotinas de trabalho; a definição da curva de possibilidades de produção e análise de mercado; as oficinas de produção; além das oficinas de gestão/administração. Além de passarem a ser comercializados produtos de melhor qualidade, a constituição do grupo propiciou o empoderamento dessas doceiras, mudando a dinâmica de sua relação com a comunidade, além da geração de renda e a melhoria da sua qualidade de vida. A capacitação promovida ao longo de todo esse período permitiu a elas ampliar seu leque de produtos. Além das cocadas, passaram a produzir doces e salgados, que podem ser comercializados diretamente na sede, ou por encomenda.

O desenvolvimento do grupo trouxe, ainda, grande visibilidade para a Cidade. Reportagens foram feitas sobre as doceiras, com diversas menções na mídia, o que facilitou

a construção de uma relação bastante positiva com o Poder Público local. Tumiritinga é um município com grande dinâmica política, mas de pouca dinâmica econômica. Os moradores são bastante mobilizáveis e manifestações ocorrem com muita facilidade em defesa do município. A implantação da Cooperdoces, o desenvolvimento individual e coletivo das mulheres, as estratégias de ação e comercialização tiveram grande impacto na comunidade local.

A disseminação dos princípios do cooperativismo e o desenvolvimento da autogestão propiciaram o fortalecimento da atividade econômica do grupo. A implantação de melhorias no processo e o aumento da qualidade dos produtos comercializados permitem identificar uma cooperativa capaz de vislumbrar um futuro sustentável. Neste sentido, a diversificação de produtos implementada mostrou-se uma medida acertada e um bom caminho a ser trilhado, com a possibilidade de a nova sede se tornar uma lanchonete, onde além de doces, poderiam ser oferecidos lanches rápidos da nova linha de produção do grupo.

Hoje, o trabalho em cooperativa representa uma produção de doces mais segura para as doceiras e seus familiares. A inauguração da nova sede representou um incentivo ainda maior para que o grupo siga dando continuidade ao trabalho realizado, ampliando suas atividades e passando a gerir um novo espaço para a comercialização de seus produtos.

Caminhou-se com o grupo até a inauguração da nova sede. O imóvel, muito bem localizado, próximo à praça principal da cidade, possui amplas varandas, projetadas para receber o público num ambiente agradável e convidativo. A nova sede passou a ser, sem dúvidas, o principal ponto de agregação das cooperadas, apresentando-se como uma grande oportunidade de crescimento do grupo.

Diante desses resultados, entende-se ser preciso que o poder público enfrente com seriedade o problema de grupos socialmente marginalizados, como o vivenciado pelas doceiras de Tumiritinga, que lutam para conquistar direitos básicos de subsistência e inclusão social. Não é possível pensar em diminuir a desigualdade social no país, sem acabar com a injustiça e a segregação social. Particularmente ao caso das doceiras, foi fundamental enfrentar a marginalização social vivida por elas, que precisavam vivenciar a magnitude da palavra "cidadã", conquistando, por direito, benefícios de cidadania que lhes eram negados.

Dentro dessa diretriz, a incubação de cooperativas enquanto política pública se consolida na medida em que sua ação se desenvolve de forma articulada com outras iniciativas de geração de trabalho e desenvolvimento social, compreendido como um processo político e complexo e não uma política marginal ou conjuntural. Por conseguinte, a incubação se apresenta, então, como importante instrumento de transformação social e econômica da sociedade, servindo de ponte para a redução das enormes desigualdades que assolam a realidade da sociedade brasileira contemporânea, servindo de ponte para a inclusão econômica e cidadã das pessoas.

O projeto social reportado, desenvolvido em Tumiritinga, mostrou o papel da universidade no aprimoramento e ampliação de ações extensionistas dirigidas à transferência de conhecimentos e tecnologias desenvolvidas na academia em prol de grupos populares socialmente excluídos, o que estimula a que futuras pesquisas sejam desenvolvidas nesse sentido explorando a organização de empreendimentos solidários. Mais especificamente, pesquisas futuras podem desenvolver estudos concentrados em outras incubadoras tecnológicas de cooperativas populares para possíveis análises comparativas ou para se efetuar um diagnóstico mais concreto sobre o contexto atual da incubação de empreendimentos solidários no Brasil, em termos de riscos, oportunidades, desafios e limitações.

REFERÊNCIAS

- Alter, K. (2007). Social Enterprise Typology. *Virtue Ventures LLC*, 12(1), 1-124. <http://www.4lenses.org/setypology>
- Assouad, L., Chancel, L., & Morgan, M. (2018). Extreme Inequality: Evidence from Brazil, India, the Middle East, and South Africa. *AEA Papers and Proceedings*, 108: 119-23. DOI: 10.1257/pandp.20181076
- Atkinson, A.B. (2016). *Desigualdade: o que pode ser feito?* Editora Leya, São Paulo – SP.
- Austin, J., Stevenson, H., & Wei-Skillern, J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: Same, different, or both? *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(1), 1-22. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2006.00107.x>
- Bacq, S., & Lumpkin, G.T. (2021). Social Entrepreneurship and COVID-19. *Journal of Management Studies*, 58(1), 285-288. <https://doi.org/10.1111/joms.12641>
- Bacq, S., & Janssen, F. (2011). The multiple faces of social entrepreneurship: A review of definitional issues based on geographical and thematic criteria. *Entrepreneurship & Regional Development*, 23(5/6), 373-403. <https://doi.org/10.1080/08985626.2011.577242>
- Berry, A.J., & Otley, D.T. (2004). Case-Based Research in Accounting. In: Christopher Humphrey & Bill H.K. Lee (eds.), *The Real Life Guide to Accounting Research: A Behind the Scenes View of Using Qualitative Research Methods*. 1st Edition (Chapter 14, pp. 231-256). London, UK: Elsevier Science.
- Boito Junior, A. (2002). Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. Ideias, *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 9(1),13-48. https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/ideias_9-1.pdf
- Bull, M., & Ridley-Duf, R. (2018). Towards an appreciation of ethics in social enterprise business models. *Journal of Business Ethics*. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3794-5>
- Bruder, I. (2020). A social mission is not enough: Reflecting the normative foundations of social entrepreneurship. *Journal of Business Ethics*, 174(3), 487-505. <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04602-5>
- Cancela, T., Dias, M.F., Amorim, M. (2017). Medição da Inovação social em Portugal (NUT II): aplicação do modelo RESINDEX. In *Proceedings 24th APDR CONGRESS*, pp. 237-242. Retrieved May 05, 2019, from: http://apdr.pt/data/documents/Proceedings_APDRCongress2017.pdf.
- Capucha, L. (2019). Pobreza e emprego: as paralelas não convergem. *SOCIOLOGIA ON LINE*, 19: 33-50. DOI: 10.30553/sociologiaonline.2019.19.2
- Cavalcante, P. (2020). *A questão da desigualdade no Brasil: como estamos e o que precisamos fazer*. [Texto para discussão 2593] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília - DF. <http://dx.doi.org/10.38116/td2593>
- Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - Cepal (2018). *Panorama social da América Latina 2017*. Cepal, Santiago.
- Civil Society Working Group for the 2030 Agenda - CSWG (2018). *Spotlight Report on the 2030 Sustainable Development Agenda: Synthesis II*. New York, GESTOS (Soropositividade, Comunicação e Gênero). Retrieved May 13, 2019, from: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2018/11/sintese_ingles_download.pdf

Choi, N., & Majumdar, S. (2014). Social entrepreneurship as an essentially contested concept: Opening a new avenue for systematic future research. *Journal of Business Venturing*, 29(3), 363-376.

Cosenza, J.P., Andrade, E.M., & Assunção, G.M. (2020). A circular economy as an alternative for Brazil's sustainable growth: analysis of the National Solid Waste Policy. *Journal of Environmental Management & Sustainability*, 9(1), 1-28, e16147. <https://doi.org/10.5585/geas.v9i1.16147>.

Dacin, P.A., Dacin, M.T., & Matear, M. (2010). Social entrepreneurship: Why we don't need a new theory and how we move forward from here. *The Academy of Management Perspectives*, 24(3), 37-57.

Dacin, M.T., Dacin, P.A., & Tracey, P. (2011). Social Entrepreneurship: A critique and future directions. *Organization Science*, 22(5), 1203-1213. <https://doi.org/10.1287/orsc.1100.0620>

Dees, J. G., & Anderson, B. B. (2006). Framing a theory of social entrepreneurship: Building on two schools of practice and thought. In Rachel Mosher-Williams (ed.), *Research on Social Entrepreneurship: Understanding and Contributing to an Emerging Field*, 1(3), 39-66, publication of the Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action (ARNOVA).

Defourny, J. (2009). Foreword. In J. Kerlin (Ed.), *Social enterprise: A global comparison* (pp. 11-17). Medford, MA: Tufts University Press.

Defourny, J., & Nyssens, M. (2010). Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1), 32-53. <https://doi.org/10.1080/19420670903442053>

Defourny, J. (2014). *From third sector to social enterprise: A European research trajectory*. https://www.researchgate.net/publication/295390255_From_third_sector_to_social_enterprise_A_European_research_trajectory

Defourny, J., & Nyssens, M. (2017). Fundamentals for an International Typology of Social Enterprise Models. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 28(6), 2469-2497. <https://doi.org/10.1007/s11266-017-9884-7>

Doherty, B., Haugh, H., & Lyon, F. (2014). Social enterprises as hybrid organizations: A review and research agenda. *International Journal of Management Reviews*, 16(4), 417-436. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12028>

Doherty, B., Haugh, H., & Lyon, F. (2014). Social enterprises as hybrid organizations: A review and research agenda. *International Journal of Management Reviews*, 16(4), 417-436. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12028>

Drayton, B. (2006). Everyone is a Changemaker: Social Entrepreneurship's Ultimate Goal. *Innovations*, 1(1), 80-96. <https://doi.org/10.1162/itgg.2006.1.1.80>

Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case-study research. *The Academy of Management Review*, 1(4), 532-550. doi: 10.2307/258557.

Fernandes, D. (2015). OCDE: desigualdade aumenta em países ricos, mas cai na América Latina, *BBC Brasil*. Retrieved Feb 26, 2019, from: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150520_desigualdade_estudo_ocde_df_r_b

Gaiger, L. I, Kuyven, P.(2019). Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 34(3), 811-834. Retrieved Feb 5, 2020, from: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934030008>

Galera, G., & Borzaga, C. (2009). Social enterprise: An international overview of its conceptual evolution and legal implementation. *Social Enterprise Journal*, 5(3), 210–228. <https://doi.org/10.1108/17508610911004313>

Gameiro, N.u (2021). Brasil não avançou nas metas da Agenda 2030, aponta relatório. (Fiocruz Brasília) Retrieved May 25, 2023, from: <https://portal.fiocruz.br/noticia/brasil-nao-avancou-nas-metas-da-agenda-2030-aponta-relatorio>

Gaviraghi, F.J., Goerck, C., & Frantz, W. (2019). As incubadoras sociais do Rio Grande do Sul na base de fomento da práxis emancipatória: algumas problematizações. *INTERAÇÕES*, 20(2), 461-473. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1834>

Granados, M. L., Hlupic, V., Coakes, E., & Mohamed, S. (2011). Social enterprise and social entrepreneurship research and theory: A bibliometric analysis from 1991 to 2010. *Social Enterprise Journal*, 7(3), 198-218. <https://doi.org/10.1108/17508611111182368>

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 - GTSC A2030 (2022). VI Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Retrieved May 26, 2023, from: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf

Guimarães, G., & Pereira, E.R. (2015). Informalidade, exclusão e desenvolvimento. In: Cláudio Figueiredo Coelho Leal Lucas Linhares Cristina Lemos Marcelo Machado da Silva Helena Maria Martins Lastres (Orgs.), *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudeste*. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro – RJ, Cap. 18, pp. 462-472. Retrieved Jan 12, 2020, from: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4321/2/2015_Um%20olhar%20territorial%20para%20o%20desenvolvimento_Sudeste_P.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* (PNAD). IBGE, Brasília - DF, em 5/12/2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022a). *PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,6% e taxa de subutilização, de 25,0% no trimestre encerrado em novembro*. Agência IBGE Notícias, Brasília, DF, 28 jan. 2022. Retrieved Jan 25, 2023, from: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32823-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-6-e-taxa-de-subutilizacao-de-25-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022b). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. IBGE, Rio de Janeiro - RJ.

International Labour Organization - ILO (2018). *The employment impact of climate change adaptation Input Document for the G20 Climate Sustainability Working Group*. International Labour Office, Geneva, Switzerland. Retrieved Jan 15, 2020, from: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_645572.pdf

Kerlin, J. A. (2013). Defning social enterprise across diferent contexts: A conceptual framework based on institutional factors. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 42(1), 84-108

Köche, J.C. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 24 ed. Editora Vozes, Petrópolis -RJ.

Lawson, M., & Martin, M. (2018). *The commitment to reducing inequality index 2018: a global ranking of governments based on what they are doing to tackle the gap between rich and poor*. Development Finance International Oxfam, Cowley, Oxford. DOI: 10.21201/2018.3415

Magalhães, A.M., Masugossa, M.J., Santos, J.R., Castilho, L.F., Costa, M.L., & Bernardo, B.C. (2015). Incubadora social como espaço de aprendizagem e promoção do desenvolvimento local: o caso do restaurante escola Bistrô Eco Sol. *Revista Desenvolvimento Social*, 15(1), 74-82. Retrieved May 18, 2023, from: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1977>

Marshal, T.H. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. [Biblioteca de Ciências Sociais] Zahar Editores, Rio de Janeiro – RJ.

Martin, R. L, & Osberg S. R. (2015). Dois fatores-chave para o empreendedorismo social sustentável, *Harvard Business Review*. Retrieved Jan 15, 2020, from: <http://hbrbr.com.br/dois-fatores-chave-para-o-empreendedorismo-social-sustentavel/>

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT.

Mair, J. (2020). Social entrepreneurship: Research as disciplined exploration. In Powell, W. W. and Bromley, P. (Eds), *The Nonprofit Sector: A Research Handbook*, 3rd edition. Palo Alto, CA: Stanford University Press, pp. 333-57.

Millard, J., Weerakkody, V., Missi, F., Kapoor, K., & Fernando, G. (2016). Social innovation for poverty reduction and sustainable development: some governance and policy perspectives, published in the *Proceedings of the 9th International Conference on the Theory and Practice of Electronic Governance (ICEGOV2015-16)*, Montevideo, Uruguay, 1 to 3 March 2016, pages 153-162, New York: the ACM Press. DOI: 10.1145/2910019.2910079. Retrieved May 15, 2019, from: <https://dl.acm.org/citation.cfm?doid=2910019.2910079>

Millard, J. (2018). How Social Innovation; Underpins Sustainable Development. In J. Howaldt, J.; Kaletka, C.; Schröder, A.; Zirngiebl, M. (Eds.), *Atlas of Social Innovation: New Practices for a Better Future*. Dortmund: Technische Universität Dortmund, ZWE Sozialforschungsstelle, p. 41-43. Retrieved May 15, 2019, from: https://www.socialinnovationatlas.net/fileadmin/PDF/einzeln/01_SI-Landscape_Global_Trends/01_07_How-SI-Underpins-Sustainable-Development_Millard.pdf.

Minayo, M.C.S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>

Nakagawa, F. (2016). Brasil cai para a posição de 9ª economia do mundo. *Revista Exame*, 4 mar 2016. Retrieved Mar 13, 2018, from: <https://exame.abril.com.br/economia/pib-em-dolar-cai-25-e-brasil-cai-para-a-posicao-de-9a-economia-do-mundo/>

Neri, M. (2018). *Qual foi o impacto da crise sobre pobreza e distribuição de renda*. FGV, Rio de Janeiro – RJ.

Nicolopoulou, K., Karatas-Özkan, M., Vas, C., & Nouma, M. (2017). An incubation perspective on social innovation: the London Hub – a social incubator. *R&D Management*, 47(3): 368-384.

O Globo (2023). *Piora universitária reflete mais que corte de verbas*. Caderno Opinião, p. 2, publicado 22 de maio de 2023, ano XCVIII, n. 32795.

Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD (2015). *In it together – Why less inequality benefits all*. OECD Publishing, Paris. Retrieved May 19, 2023, from: <https://doi.org/10.1787/9789264235120-en>

OECD et al. (2019). *Latin American Economic Outlook 2019: Development in Transition*. OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/g2g9ff18-en>. Retrieved May 25 2023, from: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44515/S1900181_en.pdf?sequence=4&isAllowed=y

Oliveira, B. A. M. (2006). *As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro*. Tese [Doutorado em Ciências Humanas e Sociais] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ.

Oliveira, E. D. (2017). As Incubadoras de Cooperativas Populares Como Uma Extensão Educacional. *RECEI-Revista Ensino Interdisciplinar*, 3(9), 449-462. Retrieved May 20, 2023: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/download/2142/1383/>

Oxfam Brasil (2018). *País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras*. Oxfam Brasil, São Paulo:

Oxfam Brasil (2019). *Nós e as desigualdades: percepções sobre desigualdades no Brasil*. Oxfam Brasil / Datafolha, São Paulo.

Oxfam International (2015). *Wealth: having it all and wanting more*. Oxfam GB, Oxford, UK. Retrieved May 18, 2023, from: https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf.

Patton, M.Q. (2015). *Qualitative Research & Evaluation Methods*. 4th ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Peredo, A. M., & McLean, M. (2006). Social entrepreneurship: A critical review of the concept. *Journal of World Business*, 41(1), 56-65. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2005.10.007>

Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. 1 ed. Intrínseca, Rio de Janeiro - RJ.

Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2018). *World inequality report 2018*. World Inequality Lab, Paris.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2022). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022: Tempos incertos, vidas instáveis. Construir o futuro num mundo em transformação*. Nova Iorque. Retrieved May 14, 2019, from: <https://hdr.undp.org/human-development-report-2021-2022>

Ranville, A., & Barros, M. (2022). Towards Normative Theories of Social Entrepreneurship. A Review of the Top Publications of the Field. *Journal of Business Ethics*, 180(3), 407-438. <https://doi.org/10.1007/s10551-021-04867-4>

Rodrigues, E. L., Sugahara, C. R., & Benedicto, S. C. (2017). Capacidade de Inovação Social: Inovação em organizações de impacto social. In: *Anais XIX ENGEMA (Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente)*, São Paulo, Brasil, 4 to 5 Dezembro 2017, Retrieved May 14, 2019, from: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/132.pdf>

Sampaio, M.G. (2023). *Educação e trabalho: as diretrizes da pedagogia empreendedora e os princípios da pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Dissertação [Mestrado em Educação] Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília - SP.

Santos, F. M. (2012). A positive theory of social entrepreneurship. *Journal of Business Ethics*, 111(3), 335-351.

Sardá, M. (2011). Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): Significados e Perspectivas. *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise*, 16(48), p. 57-70.

Silva, S.P., & Carneiro, L.M. (2016). *Os Novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. [Relatório de Pesquisa] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília – DF. Retrieved May 19, 2023: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7410>

Scholz, H.R., Rosa, F.G., & Borges, L.M. (2014). Estratégia como prática e aprendizagem na interação dos sujeitos recicladores: resultados da Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Centro Universitário La Salle, Canoas, RS. *Revista Brasileira de Administração - ReA UFSM*, 7(Ed. Especial), 141-160. DOI: 10.5902/1983465915903

United Nations (2010). *The Millennium Development Goals Report 2010*. United Nations, New York, NY. Retrieved May 19, 2023: www.un.org/millenniumgoals/pdf/MDG%20Report%202010%20En%20r15%20-low%20res%2020100615%20-.pdf

United Nations - UN (2012a). *Plan of implementation of the world summit on sustainable development*. Retrieved May 18, 2023: www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI_PD/English/WSSD_PlanImpl.pdf

United Nations – UN (2012b). *The future we want: Outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development*, Rio de Janeiro, 20-22 June, Retrieved May 17, 2023: www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol_A/RES/66/288&Lang_E

United Nations - UN (2015). *Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. [A/RES/70/1] Department of Economic and Social Affairs, New York, NY. Retrieved May 08, 2019, from: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication>

United Nations (2018) - UN. *The Sustainable Development Goals Report 2018*. Department of Economic and Social Affairs, New York, NY. Retrieved May 07, 2019, from: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2018/>

United Nations (2021) - UN. *The Sustainable Development Goals Report 2021*. Department of Economic and Social Affairs, New York, NY. Retrieved May 26, 2023, from: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2021/>

Végh, C.A., Vuletin, G., Riera-Crichton, D., Puig, J., Camarena, J., Galeano, L. & Morano, L. (2019). *Effects of the Business Cycle on Social Indicators in Latin America and the Caribbean: When Dreams Meet Reality*. World Bank (LAC Semiannual Report – April), Washington, D.C.:

Yin, R.K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods*. 6th Revised edition. SAGE Publications Inc, Thousand Oaks, CA.

Young, D. R., & Lecy, J. D. (2014). Defning the Universe of Social Enterprise: Competing Metaphors. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 25(5), 1307-1332. <https://doi.org/10.1007/s11266-013-9396-z>

Artigo – Administração Brasileira.

Ensino de filosofia e ética nos currículos de administração pública

Nome: Sandro Trescastro Bergue 1

Escola Superior de Gestão e Controle do TCRE RS

e-mail: sandro.bergue@gmail.com

RESUMO

Aborda-se o ensino de filosofia e ética nos currículos de bacharelado em administração pública e tecnologia em gestão pública, tendo como objetos de análise os planos de ensino das correspondentes disciplinas. São examinadas ementas, conteúdos programáticos e bibliografia em um recorte de 10 casos de Instituições de Ensino Superior Públicas da região sul do Brasil, totalizando 13 ofertas de cursos com 12 componentes curriculares relacionados à filosofia. O estudo exploratório-descritivo demonstrou grande disparidade de formatos dos componentes curriculares entre os Cursos, a ênfase na história da filosofia em detrimento do exercício do fazer filosófico e uma concentração no ramo da ética, além de bibliografias pouco identificadas com a administração pública. Apesar de uma oferta superior ao observado em estudos internacionais, há amplo espaço para repensar os documentos examinados e a elaboração de materiais e práticas didáticas específicas para a administração pública em relação aos parâmetros fixados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Palavras chave: Formação em Administração Pública, Ensino de filosofia, Pensamento filosófico, Diretrizes curriculares nacionais, Ética.

ABSTRACT

This work deals with the teaching of philosophy and ethics in the public administration curriculum, having as objects of analysis the teaching plans of the disciplines. It examines menus, syllabuses and bibliography in a selection of 10 cases of Public Higher Education Institutions in the southern region of Brazil, totalling 13 courses offerings with 12 curricular components related to philosophy. The exploratory-descriptive study showed a great disparity in the formats of the curricular components between the Courses, the emphasis on the history of philosophy to the detriment of the exercise of philosophical doing and a concentration in the field of ethics, in addition to bibliographies little identified with public administration. Despite a higher offer than that observed in international studies, there is ample space to rethink the documents examined and the preparation of specific teaching materials and practices for public administration in relation to the established parameters established by the National Curricular Guidelines.

Keywords: Public administration programs, Teaching philosophy, Philosophical thought, Curriculum guidelines, Ethics.

[Submetido em 12-05-2023 – Aceito em: 06-12-2023 – Publicado em: 20-12-2023]

INTRODUÇÃO

Este estudo alcança o ensino da filosofia e seus principais ramos – a ética, a filosofia política e a epistemologia (Fuertes, 2021; Santos *et al*, 2018) – nos currículos de graduação em administração pública (AP), ampliando em objeto a investigação realizada por Santos, Serafim, Zappellini, Zappellini & Borges (2018) que aborda o ramo da *ética*. A análise considera as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de bacharelado em

¹ Doutor em Administração, área de Estudos Organizacionais, pelo PPGA/UFRGS. Mestre em Administração com ênfase em Administração Pública pelo PPGA/UFRGS. Especialista em Ensino de Filosofia (UFPEL). Graduado em Administração (FAPCCA), em Ciências Econômicas (UFRGS) e em Filosofia (UFPEL).

administração pública instituídas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 01/2014 e estudos produzidos sobre a origem, a expansão e traços distintivos do campo de públicas no Brasil (Coelho, Almeida, Midlej, Schommer & Teixeira, 2020; Filgueiras & Lobato, 2015; Pires, Silva, Fonseca, Vendramini & Coelho, 2014; Coelho & Nicolini, 2014; Cunha, 1981; Cavalcanti, 1981; Ramos, 1983; Fischer, 1993). Com isso se evidenciam conceitos também inscritos nas DCN de formação do administrador público, tais como o pensamento crítico-reflexivo, a formação humanística, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, o reconhecimento da complexidade dos processos de tomada de decisão e a postura ética. Este estudo atenta, ainda, para a formação de capacidades analíticas, conceituais e crítico-reflexivas próprias e exigidas do profissional de AP.

Toma-se das DCN como referências de análise as *competências e habilidades* a serem desenvolvidas na formação oferecida pelos cursos, a *saber*, a *consciência ética* e o *raciocínio e expressão crítica*, além da capacidade de elaborar *conceitos transdisciplinares* que habilitem o profissional a lidar com a *complexidade* dos fenômenos e a *tomada de decisão* (art. 4º da Resolução CNE nº 1/2014). Coerente com isso, a normativa também refere em seu art. 5º, §1º, inciso II, entre os conteúdos de “*formação básica*”, a necessária abordagem de “*estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais*” (Conselho Nacional de Educação [CNE], 2014). Destaca-se aqui, em alinhamento com os referidos conceitos e competências, o conteúdo do campo da filosofia, em especial o *fazer filosófico* entendido como a *prática* do pensamento crítico-reflexivo de extensão radical incidente sobre os fundamentos do próprio pensar.

Assim, a investigação propõe uma reflexão sobre o ensino de filosofia nas grades curriculares dos cursos de AP a fim de verificar também seu foco didático: se na *história da filosofia* ou na *prática do pensamento filosófico*. Neste percurso, assume-se não somente que as competências a que aludem as DCN são adquiridas mais consistentemente pelo estímulo ao *fazer filosófico* (Bergue, 2022a; Gallo, 2014; Cerletti, 2009) e, em menor intensidade a partir da *história da filosofia* (Ongaro, 2020a; 2020b); mas também o entrelaçamento das capacidades que a filosofia anima e as competências requeridas de profissionais de AP, especialmente aquelas indicadas pelo Conselho Nacional de Educação nas correspondentes DCN (CNE, 2014).

Neste contexto, são questões desta pesquisa exploratória: como se apresentam os conteúdos e materiais para o ensino de filosofia nos currículos dos cursos de graduação – bacharelados e de tecnologia – em AP? Ainda, a ênfase reside na *história da filosofia* ou no *fazer filosófico*? E, nos limites do que se pode depreender da análise dos projetos pedagógicos dos cursos, das ementas e dos planos de ensino disponíveis, como as disciplinas se alinham ao desenvolvimento das competências expressas nas DCN para esta formação? Assinala-se, ainda, que a Resolução CNE nº 1/2014 faz referência aos *bacharelados*, mas esta análise alcança também as graduações *tecnológicas*, dada a sua representatividade.

O estudo se justifica, para além da exigência normativa de *conteúdo básico* e de *competências* a serem desenvolvidas, também pelo crescente espaço que os temas de filosofia têm ocupado no contexto da AP (Pliscoff-Varas & Lagos-Machuca, 2021; Rosa *et al.*, 2021; Santos, 2020; Whetsell, 2018), especialmente no aperfeiçoamento de lideranças, na tomada de decisão, na aquisição de competências relacionadas à ética, nos programas de integridade e nos códigos de conduta e comissões de ética (Meyer-Sahling & Mikkelsen, 2022; Bergue, 2022b; Graça & Sauerbronn, 2020; Castro & Nunes, 2019; Huberts, 2018; Downe, Cowell & Morgan, 2016; Mendes, Bessa & Midlej e Silva, 2015; Menzel, 2015; Svava, 2014; Gomes, 2014; Whitton, 2009). A pesquisa se assenta, ainda, nos estudos precedentes que não somente abordam o ensino de administração pública (Coelho, 2019; Vendramini & Feuerschütte, 2017; Soares, Ohayon & Rosenberg, 2011), mas que marcam

a inserção da filosofia e seus ramos na formação em AP (Bergue, 2022a; Raadschelders & Chitiga, 2021; Fuertes, 2021; Ongaro, 2020a; 2020b; Souza, Serafim & Santos, 2019; Santos *et al*, 2018; James, 2016). Tratando-se de ponto ainda não examinado, a investigação tem como objetos de análise os planos de ensino das disciplinas relacionadas aos temas de filosofia, com foco nas ementas, nos conteúdos programáticos e na bibliografia indicada para os cursos de graduação em administração pública e em gestão pública, e, subsidiariamente, os correspondentes projetos pedagógicos.

O recorte de pesquisa destaca os cursos de administração pública e de gestão pública ofertados por instituições de ensino superior públicas nos três estados da região sul do Brasil. Faz-se isso a partir de uma pesquisa de natureza essencialmente qualitativa (Flick, 2009; Silverman, 2009) do tipo exploratório-descritiva (Vergara, 2009) sobre um recorte de 10 casos de Instituições de Ensino Superior públicas da região sul do Brasil, totalizando 13 ofertas de cursos em que a coleta de dados identificou 12 componentes curriculares relacionados à filosofia. O estudo tem por fim, também, contribuir para as discussões que possam se instalar para aperfeiçoar as práticas didáticas em termos de metodologias de ensino e aprendizagem, conteúdo, materiais bibliográficos e, especialmente, estimular reflexões sobre a finalidade da filosofia no contexto da formação em AP, inclusive quanto ao aperfeiçoamento das normativas, mormente no que concerne às diretrizes para os cursos de tecnologia em gestão pública, dada a sua expressão nas ofertas.

Segue-se a esta introdução uma contextualização do estudo de filosofia e seus ramos nas estruturas curriculares de graduação em administração pública. A seção subsequente aborda o percurso metodológico da pesquisa. Sobrevêm a análise e a discussão dos dados à luz do referencial teórico aportado e questões de investigação propostas. Encerra-se indicando contribuições, limites e possibilidades de ampliação deste estudo em extensão e profundidade.

A filosofia na formação em administração pública

A revisão dos estudos produzidos no campo foi realizada principalmente a partir da base de periódicos CAPES com os termos de busca “*ensino*”, “*filosofia*”, “*ética*” e “*administração pública*” e de seus correspondentes em língua inglesa, revelando-se escassa produção em contraste com a relevância do tema, conforme também observado por West (2021). Apesar disso, a ampliação e o desenvolvimento do campo da AP evidencia sua virtuosidade; expansão cujas raízes são exploradas por estudos que demonstram os contextos de origem, os fatos e condicionantes históricos, os atores, as razões ensejadoras, os movimentos e os ciclos desta trajetória de formação (Coelho *et al*, 2020; Pires *et al*, 2014; Coelho, 2008).

O caráter fértil do campo tem como tributária a sua natureza multidisciplinar, que requer abordagens de seus temas e problemas a partir de leituras inter e transdisciplinares (Oliveira, Santos & Stradioto, 2020; Fadul & Silva, 2009; Japiassú, 2006). Consequência destes atributos de conformação do campo é, também, o requisito de uma atitude reflexiva (Kopelke & Boeira, 2016; Cunliffe & Jun, 2005), especialmente orientada à elaboração e reexame de conceitos que contribuam para a interpretação dos fenômenos segundo os contornos próprios da AP. Para isso também pode contribuir a filosofia, tendo em vista a sua função de “*criar conceitos*” em resposta aos problemas examinados (Deleuze & Guattari, 1992, p. 13). Ainda entre as expressões do vigor científico e profissional do campo está o crescimento do número, tipos e modalidades de cursos de graduação e de pós-graduação em administração pública, cuja diversidade é manifesta também pelos formatos e orientações político-pedagógicas que conferem identidade aos programas de formação, tal

como preconizam as DCN de AP contidas na já referenciada Resolução do CNE (Filgueiras e Lobato, 2015).

Entre as repercussões do refinamento do campo, especialmente nos planos teórico e metodológico, tem se destacado a necessidade de pensar um ensino consistente e consciente de administração pública (Cunha, 2007), nas suas diferentes expressões de conteúdo e método (Coelho *et.al*, 2020; Coelho, 2019; Fadul, Coelho, Lustosa da Costa & Gomes, 2014), inclusive com atenção para os temas de filosofia (Ongaro, 2020a; 2020b).

Sensível à necessidade de atenção ao pensamento crítico-reflexivo, destaca-se o alerta de Ramos (1983) em texto que resgata pronunciamento na Reunião da Comissão para o Desenvolvimento da Administração na América Latina havida entre 9 e 11 de abril de 1970 e publicado originalmente na Revista de Administração Pública, na segunda edição do periódico naquele ano, oportunidade na qual já manifestava o imperativo de profundo repensar da ação no campo. Assinalava o conceito de “*atitude de ignorância consciente*” como condição fundamental para uma “*ação permeada de raciocínio*” (Ramos, 1983, p. 34).

A capacidade crítico-reflexiva está, a propósito, assentada como objetivo da formação em administração pública nos termos das DCN, no seu art. 3º (“...*formação humanista e crítica de profissionais...*”) e entre as competências previstas no art. 4º, incisos “IV – *desenvolver o raciocínio lógico, crítico e analítico...*” e “V – *expressar-se de modo crítico e criativo...*” (CNE, 2014). Expressão da formação humanística e crítica a que já se referia Ramos (1983) é mais recentemente destacada por Filgueiras e Lobato (2015) quando relacionam a atuação do administrador público no contexto de consecução das políticas sociais, e de forma mais ampla por Kopelke e Boeira (2016) que denunciam a fragilidade no desenvolvimento das capacidades de reflexividade e de criticidade no ensino de graduação em administração. Este ponto pode ser tomado como alerta para igualmente pensar os currículos de administração pública e de gestão pública, onde estas capacidades assumem relevo nos processos de *tomada de decisão* e na abordagem da *ética* (Santos *et al*, 2018), tópicos que também encontram posição de destaque nas DCN.

Ainda, coerente com a capacidade de reconhecer a complexidade dos fenômenos sociais em suas expressões política e organizacional, as DCN assentam como fundamentos conceituais da formação em AP, a *interdisciplinaridade* (Oliveira *et al*, 2020; Fadul & Silva, 2009) e a *transdisciplinaridade* (art. 2º, III, da Resolução CNE nº 01/2014). O exame transdisciplinar dos fenômenos é entendido por Japiassú (2006, p. 39) como interpretação que reflete uma integração processada “*no nível dos esquemas cognitivos, podendo atravessar as disciplinas*”, produzindo outro e mais potente referencial de análise. Por isso, como princípio fundamental da formação dos profissionais, este conceito encerra em si uma substância mais convergente com o que se espera para a produção de respostas identificadas com a natureza plural e multifacetada dos fenômenos do campo.

Dados os traços ora destacados e explícitos nas DCN, faz-se uma relação com a filosofia, também assinalada entre os “*conteúdos de formação básica*” para o profissional da AP, nos termos do art. 5º, §1º, II: “*estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético profissionais, bem como...*” (CNE, 2014). Aspecto essencial e anterior, no entanto, é bem estabelecer o que se entende por *filosofia* – não se limitando à abordagem da sua *história*, mas avançando para a compreensão e habilitação para o *fazer filosófico* como prática crítico-reflexiva, radical e sistemática incidente sobre os pressupostos fundantes do pensamento, este capaz de contribuir para a consecução das competências indicadas nas DCN para os profissionais graduados em AP.

Outro aspecto digno de nota refere-se aos destinatários desta formação, conforme consta no art. 3º da Resolução CNE nº 1/2014, com destaque para a atuação como agente político: “*deverá propiciar formação humanística e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração estatal e não estatal nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas*” (CNE, 2014). O acento reafirma a natureza política da AP e a subsequente impropriedade da dicotomização entre técnica e política. Bem assim, sinaliza que a formação não deve restringir-se ao viés tecnicista, tampouco que não se limita ao espaço interior das fronteiras do serviço público.

Apesar de escassa relativamente ao seu potencial em termos de conteúdo e método (West, 2021), a integração da filosofia com a AP vem sendo abordada mais recorrentemente a partir do ramo da *ética* por Fuertes (2021), Santos e Serafim (2020), Santos *et al* (2018) e James (2016), e, pensando a filosofia de forma mais ampla, por Ongaro (2020a; 2020b) convergindo para a ênfase nos temas e principais filósofos. Também Gault (2020) assinala as características da AP e a importância da filosofia para bem compreender os fenômenos e sobre eles decidir e agir.

O ensino de filosofia no contexto da formação em AP é também investigado por Bergue (2022a) a partir de perspectiva distinta, a saber, com ênfase na integração deste conteúdo de *história da filosofia* com a *problematização filosófica*, mas com mais destaque para esta última. Reitera-se como questão de fundo uma reflexão sobre o que se entende por filosofia e a finalidade do seu estudo no contexto da formação do administrador público, especialmente visando às competências esperadas, elaboração a partir da qual se poderá avançar para o plano didático em conteúdo e método.

Ongaro (2020a) relaciona filosofia e AP sob a perspectiva histórica, assinalando as abordagens e tradições do pensamento filosófico ocidental que entende poder iluminar e enriquecer a compreensão do presente. Para o autor, a “*sabedoria filosófica e, sua amplitude e profundidade é de máximo valor para a formação dos estudantes e de profissionais da Administração Pública*” (Ongaro, 2020b, p. 88). Neste entendimento, a filosofia oferecerá um recorte de temas tomados como lentes analíticas para a interpretação da administração pública contemporânea? Estas questões merecem reflexão mais aprofundada; e se verá que esta linha de interpretação encerra limitações. Ainda, sobre o lugar do *ensino de filosofia* nos currículos dos cursos de AP – se em disciplina específica ou se compartilhada entre os demais componentes – Ongaro (2020b) se inclina pela primeira opção. Aqui cabe também uma reflexão: o ensino de filosofia se circunscreve a um ou dois componentes curriculares? Novamente, é essencial pensar sobre o que se entende por filosofia.

A filosofia, para além da sua relevante e inarredável dimensão histórica, caracterizada pelo acúmulo de elaborações filosóficas, deve também ser entendida como uma *prática do pensar de natureza filosófica*, a partir do que se denomina *problematização filosófica*, que encerra uma *intencionalidade específica* (Gallo, 2014; Cerletti, 2009) e distinta das demais formas de problematização, mesmo da científica. É nessa linha que Bergue (2022a) sugere o ensino de filosofia nos programas de formação em AP a partir da *problematização filosófica aplicada*, seja aos conceitos, seja às temáticas do cotidiano dos servidores públicos, e realizadas sob a forma de oficinas de pensamento filosófico.

Trata-se do exercício do fazer filosófico como prática do pensamento crítico-reflexivo, que não contrasta com o estudo da história da filosofia, senão a completa, conferindo-lhe significado aplicado. Aqui vale referir Deleuze e Guattari (1992, p. 41): “*E qual é a melhor*

maneira de seguir os grandes filósofos, repetir o que eles disseram, ou então fazer o que eles fizeram, isto é, criar conceitos para problemas que mudam necessariamente?”. Nesta mesma linha, Porta (2014, p. 23) adverte para a diferença entre “*ensinar conteúdos filosóficos*” e “*ensinar a filosofar*”; logo, entre o *conteúdo histórico* e o *exercício* da filosofia. E conclui que “*O estudo da filosofia não deve se dirigir a ‘saber’ o que os filósofos ‘dizem’, mas entender o que dizem como solução (argumentada) a problemas bem definidos*” (Porta, 2014, p. 30). É esse pensar agudo que conduz ao senso de “*consciência*”, necessário mormente em uma administração pública excessivamente formal e instrumental (CNE, 2014).

É desafio para a formação em AP, na esteira do que sinalizam as DCN, o desenvolvimento da capacidade de pensar a partir de conceitos consentâneos aos problemas públicos abordados. Mostra-se também imperativo ser capaz de examinar os conceitos em seus fundamentos valorativos – pressupostos sobre os quais são erigidos – a fim de apreciar sua pertinência ao contexto. Fazendo isso, pode-se depurá-los e ressignificá-los, produzindo novos conceitos que habilitem leituras distintas e ações consistentes. É a isso que se propõe o *pensamento filosófico* enquanto *exercício crítico-reflexivo*, sistemático e de extensão radical. O estudo da *história da filosofia*, por si só, não produz essa capacidade, necessariamente.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Trata-se de estudo de natureza essencialmente qualitativa, que integra dados qualitativos e quantitativos, mas que não tem finalidade de representar um universo possível de investigação; logo, também não se presta a generalizações (Flick, 2009; Silverman, 2009). São dados quantitativos colhidos na pesquisa as frequências de instituições de ensino superior, de cursos e disciplinas, de conteúdos, temas, autores e obras relacionadas à filosofia e à ética, mas que não recebem tratamento estatístico mais rigoroso que um exame descritivo e não visa a estabelecer relações causais entre variáveis estudadas; e qualitativos os dados colhidos a partir de uma interpretação subjetiva dos objetos de análise, tais como programas de disciplina em suas ementas, conteúdos e bibliografias. A investigação apresenta, também, características exploratório-descritivas (Vergara, 2009, p. 42), pois tem a finalidade de realizar uma sondagem de dados e conhecer determinado fenômeno sobre o qual exista “*pouco conhecimento acumulado e sistematizado*”.

Para fins de contextualização, a última coleta de dados referentes ao quantitativo total de cursos foi realizada no portal do Ministério da Educação – MEC – <https://emec.mec.gov.br/> (em 10 de junho de 2022), segundo os seguintes critérios: “Cursos de Graduação”; Curso: “Administração pública” e “Gestão pública”; Gratuidade do Curso: “Sim”; Modalidade: “A distância” e “Presencial”; Grau: “Bacharelado”, “Tecnólogo” e “Sequencial”; Situação: “Em atividade”.

A consulta recuperou 73 registros para o curso de bacharelado em Administração Pública e 85 registros para o curso de tecnologia em Gestão Pública. Dentre estas ofertas, para os fins deste estudo, são apresentados os dados referentes às 10 IES públicas localizadas nos três estados da região sul do País, onde são encontrados 13 cursos, sendo 7 de bacharelado em administração pública e 6 de tecnologia em gestão pública. Nestes 13 cursos foram identificadas 12 disciplinas referentes à filosofia ou seus ramos específicos. As IES pesquisadas são as seguintes: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Universidade Estadual do RS – UERGS; Universidade Federal do Pampa –

UNIPAMPA; Universidade Federal de Pelotas – UFPEL; Instituto Federal Farroupilha – IFFAR; Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; Universidade Federal do Paraná – UFPR; Instituto Federal do Paraná – IFPR; Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA; Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

A coleta dos dados foi realizada entre novembro de 2021 e maio de 2022 nos portais institucionais das Universidades e Institutos federais, identificando-se a grade curricular dos cursos e os planos de ensino das disciplinas, além dos projetos político-pedagógicos, estes examinados em caráter subsidiário. Constituíram objetos de análise as denominações, cargas horárias, ementas, conteúdos programáticos e bibliografias, sempre que disponíveis. Como técnica de exame dos dados destaca-se a análise documental (Cellard, 2008). No particular da análise documental, os textos examinados superam em boa medida os riscos e as restrições apontadas por Cellard (2008, p. 296) que se relacionam à credibilidade, à autenticidade e à representatividade dos documentos, eis que tomados como oficiais e colhidos dos sítios institucionais das IES analisadas. Outro aspecto importante da análise documental é a sua eventual incompletude, de modo que se fez necessária a combinação de diferentes documentos a fim de alcançar uma informação; sendo assim na análise dos planos de ensino em composição com os projetos político pedagógicos e grades curriculares dos cursos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

No Brasil são ofertados 158 cursos de administração e de gestão pública por IES públicas, sendo 73 de bacharelado em administração pública (30 presenciais e 43 na modalidade de educação a distância) e 85 de gestão pública, conforme demonstrado na Tabela 1. Dentre estes últimos, 5 referem-se a bacharelados, sendo que, 3 possuem denominações distintas, a saber: *Gestão Pública e Desenvolvimento Regional* (Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA), *Gestão Pública e Social* (Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB) e *Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social* (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Os demais 80 cursos formam tecnólogos em gestão pública. Os cursos de Gestão Pública são oferecidos na modalidade de educação a distância em 8 casos, sendo os demais 77 presenciais. Destaca-se que entre os 85 cursos de Gestão Pública, 28 são ofertados por IES federais, 56 por IES estaduais e um na esfera municipal – pelo Centro Universitário de União da Vitória (Paraná). Os 73 Cursos de bacharelado em administração pública dividem-se em 42 IES federais e 31 estaduais.

Tabela 1 - Cursos de Administração e de Gestão Pública no Brasil

Denominação	Quantidade de Cursos	IES Federais	IES Estaduais	IES Municipais
Administração Pública (Bacharelado)	73	42	31	-
Gestão Pública (Bacharelado e Tecnologia)	85	28	56	1
Total	158	70	87	1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Deste recorte de ofertas, este estudo examina os dados referentes aos estados da

região sul do País – RS, SC e PR –, nos quais são encontradas 10 IES nas quais são identificados 13 cursos, sendo 7 bacharelados em administração pública e 6 de tecnologia em gestão pública. Destes, em relação a dois cursos de tecnologia em gestão pública não foram localizadas nos correspondentes portais institucionais informações referentes às estruturas curriculares (IFPR e UNIOESTE).

A análise dos currículos disponíveis revela que dentre as 13 ofertas foram identificadas 12 disciplinas contemplando o conteúdo de filosofia ou de ramos específicos, tais como a ética, a filosofia política e a epistemologia. Não foram considerados os componentes curriculares denominados como “Metodologia de pesquisa” e correlatos, ainda que possam indiretamente tangenciar os temas de epistemologia e de ética na pesquisa.

Em 2 cursos de bacharelado em AP, além de uma disciplina de Filosofia, também são ofertados um componente curricular específico de Ética nas seguintes instituições: UERGS (Filosofia política e Ética e administração pública) e UDESC (Filosofia e Ética na administração pública). Ainda entre estas 13 ofertas há o caso de um bacharelado em que não existe a previsão de disciplina de filosofia no seu projeto político-institucional (UFPR).

Em termos de carga horária, as unidades curriculares dividem-se igualmente entre 36 e 60 horas, em média (2 a 4 créditos, portanto), convergindo para o que indicam Santos et al (2018) quando pesquisam a presença de disciplinas de ética. Percebe-se, assim, que o formato de oferta de componente curricular é dominante nas estruturas destes cursos alinhando-se com a proposição de Ongaro (2020b), que sugere a presença do conteúdo preferencialmente em disciplina específica. Mas por que o pensamento excludente, ou seja, aquele que pressupõe a assunção de um ou de outro formato? Por que não a convivência destes componentes com a abordagem dos conteúdos das demais disciplinas segundo uma perspectiva crítico-reflexiva problematizadora. Há que se destacar que o exercício do pensamento filosófico na administração pública, em qualquer componente curricular do curso e envolvendo os correspondentes conteúdos da disciplina, depende mais da inspiração metodológica de ensino e aprendizagem.

Registra-se, ainda, que a inexistência de previsão deste conteúdo de filosofia nos programas contrasta com a essência da formação prevista para atuação profissional no campo, mormente o pensamento crítico e a ética. Acentua-se, neste caso, a necessidade do desenvolvimento da problematização filosófica no âmbito das demais disciplinas. Aliado a isso, também não resultaria atendida a já destacada diretriz de conteúdos básicos de formação atinente à filosofia contida nas DCN (CNE, 2014). É de se assinalar, no entanto, que o fato de não haver componente curricular específico não significa, necessariamente, que o pensamento filosófico e as competências a ele associadas não sejam desenvolvidas em outras disciplinas. Note-se que a necessidade de uma disciplina específica de filosofia está mais relacionada ao intento de uma abordagem da sua história, em contraste com a perspectiva de desenvolver o exercício do pensamento filosófico, este podendo ser transversalmente explorado nos demais conteúdos e componentes curriculares.

A análise das denominações das disciplinas nestes 12 casos nos quais o conteúdo de filosofia se apresenta, revela que, com exceção de dois – Filosofia (UDESC) e Filosofia política (UERGS) –, todos os demais tocam o tema a partir do ramo da ética, fazendo-se este termo explicitamente presente. Este dado, de um lado contrasta com a carência deste tópico identificada por Soares, Ohayon e Rosenberg (2011), mas por outro supera os 2 casos encontrados por Fuertes (2021) em estudo realizado sobre a presença do conteúdo de ética nos programas das 17 graduações em administração pública no Reino Unido, sendo que em apenas um tem caráter obrigatório. A concentração das denominações de disciplinas em torno do ramo da ética, a despeito da sua importância como exame e justificação da

ação justa e certa, parece sinalizar, também, uma compreensão reduzida da filosofia enquanto pensamento crítico-reflexivo de extensão radical.

Bem assim, pode-se verificar, a partir das abordagens de Raadschelders e Chitiga (2021) e de Fuertes (2021) uma perspectiva própria da tradição britânica e norte-americana, que identifica os conceitos de moral e de ética, além de assentada em “codes of ethics” tomados como códigos de conduta de substância essencialmente normativa a prescrever valores morais (Meyer-Sahling & Mikkelsen, 2022; Bergue, 2022b; Graça & Sauerbronn, 2020; Castro & Nunes, 2019; Svara, 2014). Observa-se, ainda, nas análises dos estudos realizados, que a ênfase conferida à ética encerra um apelo de resposta ao fenômeno da corrupção e outros desvios de comportamento, ao passo que a abordagem de filosofia, em uma perspectiva mais ampla, orienta-se para um pensamento crítico-reflexivo, condição prévia da ação consciente e consistente com o interesse público.

Ao destacar a importância da previsão de uma disciplina de ética nos currículos formativos para “profissionais eticamente mais competentes, tanto quanto profissionalmente mais competentes”, Fuertes (2021, p. 263) refere, inclusive, que estes códigos poderiam constituir elementos didáticos para a formação. Este aspecto, no entanto, contrasta com o diagnóstico de Bilhim (2014) sobre a adoção estritamente formalística de códigos de conduta na administração pública em Portugal, o que sugere não somente uma profunda reflexão sobre a efetividade dessa prática, como o uso deste recurso enquanto material didático. Essa expressão formalística dos códigos de conduta também pode ser considerada uma realidade no Brasil (Caldeira & Dufloth, 2021; Castro & Nunes, 2019). Quanto à abordagem metodológica atinente à ética, merece atenção não somente o conteúdo, mas as estratégias de ensino e aprendizagem. Neste particular, James (2016), abordando a inserção e a trajetória histórica do ensino de ética mais especificamente nos currículos de pós-graduação em administração pública, destaca a combinação do ensino da história da filosofia, estudos de caso e o esforço de integração entre ética e valores para o exercício profissional.

Também, no caso de 2 disciplinas percebe-se a referência ao termo “política” – Filosofia política e Ética e política na gestão pública –, aludindo ao ramo da filosofia política; e em um caso a presença do termo “ciência” – Ética e ciência –, o que, a partir da análise da ementa permite observar que se trata de abordagem da epistemologia ou teoria do conhecimento, tanto quanto o enfoque de ética se refere predominantemente ao campo da pesquisa científica. Em 5 casos apenas, os componentes curriculares apresentam o termo filosofia na sua denominação – Filosofia e ética na administração (UFRGS), Filosofia política (UERGS), Filosofia e ética (UNIPAMPA), Filosofia e ética (UDESC) e Filosofia (UDESC).

O exame das 12 ementas disponíveis, integradas ao conteúdo programático dos 7 planos de ensino, buscou identificar os ramos da filosofia, os temas dominantes e a perspectiva de abordagem: se a histórica (Ongaro, 2020a; 2020b) ou a do fazer filosófico (Bergue, 2022a). Verificou-se, em termos de ramos da filosofia, o predomínio dos conteúdos de ética, presentes na totalidade dos casos, seguido de tópicos da filosofia política e da epistemologia, ainda que o termo não se explicita em nenhuma ementa, senão como abordagem sobre o conhecimento.

Menos frequentes são os casos de conteúdos relacionados à lógica e à linguagem, verificados em um caso, cada. Os temas previstos descrevem ampla pauta de assuntos, mas com proeminência daqueles afetos à ética, à moral e correlatos, destacando-se as teorias éticas, os códigos de conduta, a ética aplicada e os dilemas morais e éticos, o que se alinha com elementos assinalados por Santos et al (2018). O tópico da justiça apareceu em apenas duas ementas, a despeito de constituir tema central da filosofia e, particularmente, da

ética. Temas referentes a valores, sociedade, democracia, estado, responsabilidade social, igualdade, diversidade, corrupção, ciência e tecnologia e burocracia estão esparsos nas ementas.

Em termos de perspectiva de abordagem, revelou-se predominante em todos os casos a história da filosofia, enfatizando, além da definição de filosofia, os períodos e tradições filosóficas, alinhando-se à abordagem de conteúdo para estes componentes curriculares sugerida por Ongaro (2020a; 2020b). No entanto, convergindo para o que propõe Bergue (2022a), merece registro a presença de duas situações que sugerem a abordagem da problematização filosófica, com destaque para a filosofia como prática. É o caso da disciplina Filosofia e ética integrante da grade curricular do curso de bacharelado em Administração pública da UNIPAMPA, em que a problematização filosófica, na esteira do que também assinalam Porta (2014), Gallo (2014) e Cerletti (2009), é prevista nos seguintes termos: “Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar.” Ainda na mesma ementa consta: “Ética como problema teórico e como problema prático”.

Refere-se, também, o componente curricular de Ética e responsabilidade social integrante da estrutura do curso de tecnólogo em Gestão pública da UFPel, que prevê a abordagem de “Problemas morais e problemas éticos”. Nestes casos a elaboração das ementas sinaliza o estímulo ao fazer filosófico, para além do enfoque das tradições de pensamento e seus contributos, avançando para reconhecer a atitude filosófica como prática de pensamento segundo a perspectiva metodológica dos problemas filosóficos (Bergue, 2022a).

A discussão sobre a forma de abordagem da filosofia assume centralidade notadamente quando sua expressão histórica revela o que se podem considerar conseqüências parcialmente desviados, a saber, o uso retórico das ideias dos filósofos e a assunção das suas filosofias como teorias, ou seja, a tomada dos conceitos produzidos pelos filósofos em resposta aos problemas sobre os quais se dedicaram a pensar, como recursos teóricos, exclusivamente. Tomar as filosofias destes pensadores como teoria implica apropriação limitada do que é a filosofia.

A propósito, um exame mais rigoroso dos elementos de conteúdo programático que contemplam exclusivamente a abordagem histórica da filosofia, e dos objetivos previstos para as disciplinas nos planos de ensino, revelam um desalinhamento em relação às já aludidas competências para a formação do administrador público definidas nas DCN. Algumas exceções, no entanto, merecem destaque em termos de objetivos de aprendizagem declarados, a saber: “Convidar os alunos para [...] refletir sobre o atual momento da sociedade e, a partir de tal reflexão, auxiliar na construção de um Estado ...” (Ética e responsabilidade social, UFPel); também “Introduzir a reflexão, os métodos e conceitos da filosofia aplicados à Administração Pública.” e “Criar o hábito do pensamento reflexivo e autônomo, e as habilidades para o tratamento do saber teórico” (Filosofia, UDESC), ainda “Fornecer elementos para a reflexão ética ...” e “Discutir questões éticas na administração pública” (Ética na administração pública, UDESC). Destaque-se que essa capacidade crítico-reflexiva se orienta tanto para as DCN, quanto pelas proposições de Cunliffe e Jun (2005) e de Kopelke e Boeira (2016). Além disso, é necessário que esse pensar filosófico, incluindo a competência de reelaborar conceitos de conteúdo transdisciplinar que habilitem a lidar com a complexidade dos fenômenos e tomada de decisão, identifique-se com o contexto brasileiro.

Avançando para a análise da bibliografia indicada nos planos de ensino, a coleta de dados identificou 10 casos em que as informações estão disponíveis, com uma média de 8 textos por disciplina. Destes materiais, 11 referem-se a obras clássicas de filósofos, assim entendidos Platão, Aristóteles (filosofia antiga), Rene Descartes e Immanuel Kant

(filosofia moderna), e Hanna Arendt, Michel Foucault, Max Horkheimer e Theodor Adorno, além de Norberto Bobbio (filosofia contemporânea). Importa assinalar, que a despeito da sua pertinência, essas obras são bastante extensas, densas e, por vezes, de difícil assimilação inclusive no próprio curso de graduação em filosofia, o que permite um questionamento acerca da suficiência dessa literatura, e a subsequente necessidade de materiais didáticos específicos para subsidiar a formação em filosofia no âmbito destes programas, tendo em vista os seus objetivos e demais aspectos de contexto (Coelho, 2008).

Àqueles somam-se, ainda, 30 referências a textos didáticos de filosofia, predominando obras sobre ética, em geral dirigidas à realidade empresarial, e manuais de história da filosofia. Um único material didático foi identificado com a administração pública, intitulado *Ética na gestão pública*, editado pelo Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Constam, ainda, como indicações bibliográficas outros títulos específicos produzidos por sociólogos. Ainda como materiais didáticos estão duas referências a decretos instituidores de códigos de conduta para o serviço público federal, o que remete ao antes assinalado sobre as limitações associadas ao uso destes textos (Fuentes, 2021; Bilhim, 2014). Destaca-se também como expressão do potencial de crescimento da pesquisa neste campo no Brasil a indicação de apenas uma referência a artigo científico, o de Santos e Serafim (2020). A reduzida disponibilidade de materiais didáticos específicos para o ensino de filosofia identificados com a AP converge, ainda, para o assinalado por Coelho (2008) como um dos desafios para a consolidação dos cursos conformadores do campo de públicas.

A despeito dos posteriores avanços observados na elaboração de materiais didáticos referentes a áreas funcionais da administração pública, a carência permanece no particular do tratamento da filosofia e de seus ramos. Neste aspecto, conforme também indica Ongaro (2020b), faz-se necessária a elaboração de materiais didáticos mais específicos que abordem a filosofia de forma contextualizada e contemplem conteúdos significativos para os estudantes e profissionais. No caso mais específico dos estudos sobre ética, como se percebeu a partir da bibliografia indicada examinada, a superação dessa lacuna se impõe, conforme Coelho (2008), a fim de que “haja uma identificação do leitor com a prática administrativa pública, sem que, contudo, baseie-se em frágeis conteúdos teórico-conceituais ou em simples mimetismo a partir da área de administração de empresas.” (Coelho, 2008, p. 14).

Ainda no que se refere à ética, destaca-se entre os “princípios fundamentais” dos cursos de AP de que trata o art. 2º da Resolução nº 1/2014: “I – o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res pública e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;” (CNE, 2014). Do excerto assinal-se a necessidade de uma abordagem da ética que transcenda a profissional. Implica dizer que o agente público, além desta condição dada pela investidura em caráter efetivo, comissionado ou político em cargo público, pode ter uma formação profissional específica regulamentada pelo correspondente órgão de classe. Nestes casos, eventuais conflitos de valores atinentes ao exercício profissional devem ser solvidos de modo a prevalecer o interesse público. Eis o diferencial da formação em administração pública que observe as diretrizes curriculares concernentes.

Em síntese, nada observado que desabone as opções de práticas pedagógicas e referenciais em curso, mas um questionamento se impõe: seriam estas as únicas abordagens possíveis sobre o ensino de filosofia? E seriam as mais efetivas em termos de potencial de produção de conhecimento significativo e transformador dos sujeitos em formação tomando a sociedade como fim? Este estudo informa que há muito espaço para avançar. Existem temas férteis de discussão a explorar também para além do conteúdo e

abordagem metodológica. Esta reflexão em profundidade compete aos docentes e pesquisadores, tanto quanto aos estudantes e aos profissionais da administração pública.

Por fim, tendo em vista a representatividade dos cursos de tecnologia em gestão pública e considerando que as diretrizes contidas na Resolução CNE nº 01/2014 estão orientadas para os cursos de bacharelado, entende-se necessário um reexame que contemple as peculiaridades também daquela emergente categoria de graduação. Neste movimento, a filosofia deve manter, senão ter ampliada a sua presença, menos como história e mais como um fazer transversal às estruturas curriculares dos cursos. Assinale-se que as naturezas das formações tecnológicas, particularmente em gestão pública, não contrastam com o desenvolvimento de competências crítico-reflexivas a incidirem, seja nos processos de tomada de decisão em sentido amplo, a incluir, portanto, os atinentes à ética; seja no desenvolvimento de um pensamento conceitual consistente, também essencial às deliberações em matéria de administração pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados de pesquisa informam que o conteúdo de filosofia e de seus ramos está presente nos currículos de formação em administração pública e gestão pública analisados, ainda que admitam aperfeiçoamentos em termos de conteúdo programático, de método e de bibliografia. De outro lado, se contrastado com experiências internacionais citadas, tem-se no recorte de casos brasileiro uma presença mais significativa, especialmente dos temas de ética. É preciso, contudo, examinar isso em relação à ação dos profissionais.

Verificou-se, ainda, um conteúdo essencialmente histórico da filosofia, delineado a partir de um apanhado de temas e correntes filosóficas, ou de textos específicos, sendo predominante aqueles atinentes à ética. Quanto à bibliografia, destaca-se uma seleção de obras de filósofos, em geral indicadas em sua forma completa, e que, por vezes, guardam pouca coerência em termos de alinhamento mesmo com o conteúdo programático. Estas constatações sinalizam reduzida aderência entre as abordagens teórico-metodológicas de ensino e aprendizagem em relação ao desenvolvimento das competências esperadas para o profissional da AP segundo as DCN, pois fracamente evidenciada uma orientação para a abordagem da filosofia como prática da problematização crítico-reflexiva que estenda o pensamento às suas raízes fundantes. É o exercício deste pensar que transforma a ação, e não somente a leitura e domínio das respostas produzidas pelos diferentes filósofos aos problemas sobre os quais refletiram e a partir dos quais elaboraram as suas filosofias.

Trata-se, pois, de estudo exploratório que evidencia limitações e encaminha oportunidades de ampliação de seu escopo em extensão e profundidade. Em termos de limites destaca-se o acesso aos dados, uma vez que nem todas as IES estudadas os disponibilizaram em seus sítios institucionais, o que repercute na amplitude da análise. Especialmente em termos de profundidade, o avanço da investigação sinaliza não somente para a adoção de outras técnicas de coleta e análise de dados, como um exame dos projetos pedagógicos, das abordagens metodológicas e didáticas, inclusive sobre a dimensão avaliativa, tanto quanto estender a pesquisa para os demais cursos que integram o campo de públicas, bem como às ofertas deste componente curricular no nível da pós-graduação.

Também importante seria a análise da formação dos docentes, observadas as limitações de identificação no contexto das disciplinas, a partir dos dados de currículo a respeito de formação compatível, pesquisa e publicações na área, participação em grupos de pesquisa ou mesmo indicação do tema como área de interesse. Por fim, a incursão junto aos docentes, estudantes e egressos dos cursos, além de um esforço que também procure responder o que é de fato aprendido e passível de mobilização posterior e de transformação

das ações e decisões no âmbito da administração pública e da vida dos sujeitos de modo geral.

REFERÊNCIAS

- Bergue, S. T. (2022a). Contribuições da problematização filosófica para o estudo da administração pública. *Revista Eletrônica de Administração*, 28(2), 1-32. DOI: [dx.doi.org/10.1590/1413-2311.344.118517](https://doi.org/10.1590/1413-2311.344.118517)
- Bergue, S. T. (2022b). Ética, códigos de conduta e integridade na administração pública brasileira. *Administração Pública e Gestão Social*, 14(4). DOI: doi.org/10.21118/apgs.v14i4.13459
- Bilhim, J. (2014). As práticas dos gestores públicos em Portugal e os códigos de ética. *Seqüência*, 69, 61-82. Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2014v35n69p61>
- Caldeira, M. & Dufloth, S. C. (2021). A lei das estatais e as diretrizes internacionais: convergências para o estado da arte em integridade, compliance e anticorrupção. *Cadernos EBAPE.BR*, 19, Edição Especial, 675-688 DOI: [dx.doi.org/10.1590/1679-395120200140](https://doi.org/10.1590/1679-395120200140)
- Castro, C. & Nunes, P. (2019). Government code of conduct: a way to prevent economic corruption or just a propaganda initiative? *International Journal of Science and Research*, 8(12), 1530-1535. DOI: [10.21275/ART20203691](https://doi.org/10.21275/ART20203691)
- Cavalcanti, B. S. (1981). Formação do administrador público: alternativas em debates. *Revista de Administração Pública*, 15(3), 31-53.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. (pp. 295-316). In J. Poupard, J-P Deslauries, L-H Gloulx, A. Laperrière, R. Mayer & A. P. Pires. A pesquisa qualitativa: *enfoques epistemológicos e teóricos*. Petrópolis: Vozes.
- Cerletti, A. (2009). *O ensino de Filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Coelho, F. de S. (2008). A problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, número especial, agosto, 1-21.
- Coelho, F. de S. & Nicolini, A. M. (2014). Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). *Revista de Administração Pública*, 48(2), 367-388. <https://doi.org/10.1590/0034-76121597>
- Coelho, F. de S. (2019). História do ensino de administração pública no Brasil (1854 – 2006): *antecedentes, ciclos e a emergência do campo de públicas*. Brasília: ENAP – SBAP.
- Coelho, F. de S., Almeida, L. de S. B., Midlej, S., Schommer, P. C. & Teixeira, M. A. C. (2020). O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). *Administração: Ensino e Pesquisa*, 21(3), 488–529. DOI: [10.13058/raep.2020.v21n3.1897](https://doi.org/10.13058/raep.2020.v21n3.1897)
- Cunha, A. M. (1981). Educação em administração pública: retrospectiva e perspectivas da experiência norte-americana e reflexões sobre o caso brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 15(3), 5-30, 1981.
- Cunha, A. (2007). O futuro dos serviços públicos no Brasil: em busca de inspiração para repensar a educação em administração pública. In P. E. M. Martins & O. P. Pieranti (Orgs.). Estado e gestão pública: *visões do Brasil contemporâneo* (pp. 329-339). Rio de Janeiro. Editora FGV.

- Cunliffe, A. L. & Jun, J. S. (2005). The need of reflexivity in public administration. *Administration & Society*, 37(2), 255-242. DOI: 10.1177/0095399704273209
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1992). *O que é Filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.
- Downe, J., Cowell, R. & Morgan, K. (2016). What determines ethical behavior in public organizations: Is it rules or leadership? *Public Administration Review*, 76(6), 898–909. DOI: 10.1111/puar.12562
- Fadul, E. M. C. & Silva, M. A. M. (2009). Limites e Possibilidades Disciplinares da Administração Pública e dos Estudos Organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(3), 351-365. DOI: [10.1590/S1415-65552009000300002](https://doi.org/10.1590/S1415-65552009000300002)
- Fadul, E., Coelho, F. de S., Costa, F. L. & Gomes, R. C. (2014). Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). *Revista de Administração Pública*, 48(5), 1329-1354. DOI: [10.1590/0034-76122012](https://doi.org/10.1590/0034-76122012)
- Fischer, T. (1993). A formação do administrador público brasileiro na década de 90: crise, oportunidades e inovações nas propostas de ensino. *Revista de Administração Pública*, 27(4), 11-20. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8546>
- Filgueiras, B. S. C. & Lobato, L. de V. C. (2015). O “Campo de Públicas” e as políticas sociais no ensino superior brasileiro: um debate acerca do papel do Estado, do desenvolvimento e da formação em/para a gestão pública. *Agenda Política*, 3(2), 100-130, DOI: 10.31990/10.31990.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Fuertes, V. (2021). The rationale for embedding ethics and public value in public administration programmes. *Teaching Public Administration*, 39(3), 252-269. DOI: 10.1177/01447394211028275
- Gallo, S. (2014). *Filosofia: experiência do pensamento*. São Paulo: Scipione.
- Gault, D. A. (2020). Estudio introductorio. In E. Ongaro. *Filosofia y administración pública: una introducción*. (pp. 13-38). Ciudad de Mexico: Edward Elgar Publishing.
- Gomes, N. F. (2014). Ética na administração pública: desafios e possibilidades. *Revista de Administração Pública*, 48(4), 1029-1050. DOI: [10.1590/0034-76121714](https://doi.org/10.1590/0034-76121714)
- Graça, G. R. da & Sauerbronn, F. F. (2020). Códigos de ética em sistemas de governança pública: um estudo comparativo Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Coréia do Sul. *Revista do Serviço Público*, 71(2), 297-329. DOI: [10.21874/rsp.v71i2.3160](https://doi.org/10.21874/rsp.v71i2.3160)
- Huberts, L.C. (2018). Integrity: what it is and why it is important. *Public Integrity*, v. 20, pp. 18–32. DOI: 10.1080/10999922.2018.1477404.
- James, C. (2016). Teaching Ethics in Public Administration. *Global Encyclopedia of Public Administration Public Policy, and Governance*, pp. 1–7. https://doi.org/10.1007/978-3-319-31816-5_927-1
- Japiassú, H. (2006). *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kopelke, A. L. & Boeira, S. L. (2016). Reflexividade e criticidade no ensino de graduação em administração. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 10(1), 78-95. DOI: [10.12712/rpca.v10i1.683](https://doi.org/10.12712/rpca.v10i1.683)

Mendes, A. V. C., Bessa, L. F. de M. & Midlej e Silva, S. de A. (2015). Gestão da Ética: A Experiência da Administração Pública Brasileira. *Administração Pública e Gestão Social*, 7(1), 2-7. DOI: [10.21118/apgs.v7i1.4557](https://doi.org/10.21118/apgs.v7i1.4557)

Menzel, D. (2015). Research on ethics and integrity in public administration: moving forward, looking back. *Public Integrity*, 17, 343–370. DOI: 10.1080/10999922.2015.1060824

Oliveira, C. C. de, Santos, C. H. S. & Stradioto, J. P. (2020). A interdisciplinaridade na administração pública: proposta de um modelo de avaliação. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 42, e51255. DOI:[10.4025/actasci humansoc.v42i1.51255](https://doi.org/10.4025/actasci humansoc.v42i1.51255)

Meyer-Sahling, J.-H.; Mikkelsen, K. S. (2022). Codes of Ethics, Disciplinary Codes, and the Effectiveness of Anti-Corruption Frameworks: Evidence from a Survey of Civil Servants in Poland. *Review of Public Personnel Administration*, 42(1), 142–164, 2022. <https://doi.org/10.1177/0734371X20949420>

Ongaro, E. (2020a). *Filosofia y administración pública: una introducción*. Ciudad de Mexico: Edward Elgar Publishing.

Ongaro, E. (2020b). La Enseñanza de la Filosofía en los Programas de Administración Pública. *Revista de Administración Pública del GLAP*, 4(7), 85-95.

Pires, V., Silva, S. M., Fonseca, S. A., Vendramini, P. & Coelho, F. S. (2014). Dossie - Campo de Publicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(3), 110-126. DOI: [10.21118/apgs.v6i3.4650](https://doi.org/10.21118/apgs.v6i3.4650)

Pliscoff-Varas, C. & Lagos-Machuca, N. (2021). Efecto de las capacitaciones en la reflexión sobre ética y corrupción. *Revista de Administração Pública*, 55(4), 950-968. DOI: [10.1590/0034-761220200658](https://doi.org/10.1590/0034-761220200658)

Porta, M. A. G. (2014). *A filosofia a partir de seus problemas: didática e metodologia do estudo filosófico*. São Paulo: Edições Loyola.

Raadschelders, J. C. N. & Chitiga, M. M. (2021). Ethics education in the study of public administration: Anchoring to civility, civics, social justice, and understanding government in democracy. *Journal of Public Affairs Education*, 27(4), 398-415. DOI: [10.1080/15236803.2021.1954468](https://doi.org/10.1080/15236803.2021.1954468)

Ramos, A. G. (1983). A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. *Revista de Administração Pública*, 17(1), 32-65.

Resolução CNE/CES nº 1/2014. (2014). Conselho Nacional de Educação. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 de janeiro de 2014, pp.17-18.

Rosa, E. F., Najberg, E., Nunes, L. de L. & Passador, J. L. (2021). Como a filosofia pode iluminar a gestão pública em tempos de polarização política. *Cadernos EBAPE.BR*, 19, Edição Especial, 723-734. DOI: 10.1590/1679-395120200183

Santos, L. S., Serafim, M. C., Zappellini, M. B., Zappellini, S. M. K. C. & Borges, M. K. (2018). Ensino de Ética em Cursos do Campo de Públicas: Uma Análise a Partir de Projetos Pedagógicos de Curso e das Diretrizes Curriculares Nacionais. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26(18), 1-26. DOI:[10.14507/epaa.26.3290](https://doi.org/10.14507/epaa.26.3290)

Santos, L. S. (2020). Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da

pandemia do novo coronavírus. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 909-922. DOI: [10.1590/0034-761220200219](https://doi.org/10.1590/0034-761220200219)

Santos, L. S. & Serafim, M. C. (2020). Quando o desastre bate à porta: Reflexões sobre a Ética da Gestão Pública de Riscos e de Desastres. *Administração Pública e Gestão Social*, 12(2). DOI: 10.21118/apgs.v12i2.6011. <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/6011>

Silverman, D. (2009). Interpretação de dados qualitativos: *métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Porto Alegre: Artmed.

Soares, V. B., Ohayon, P. & Rosenberg, G. (2011). O perfil e a formação do administrador público: uma análise curricular de cursos de graduação e pós-graduação do Brasil. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 12(1), 65-92. DOI: 10.13058/raep.2011.v12n1.173

Souza, E. S., Serafim, M. C. & Santos, L. S. (2019). A contribuição do ensino de ética no desenvolvimento da competência moral de discentes em administração pública. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(104).

Svara, J. (2014). Who are the keepers of the code? Articulating and upholding ethical standards in the field of public administration. *Public Administration Review*, 74(5), 561–569. DOI: 10.1111/puar.12230

Vendramini, P.; Feuerschütte, S. (2017). As competências do administrador público na gestão governamental: análise e perspectivas da formação segundo a percepção de egressos da ESAG-UDESC. (pp. 11-40) In L.L. Lima & M. I. A. Rodrigues (orgs). *Campo de públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas*. Porto Alegre: Editora UFRGS/CEGOV.

Vergara, S. C. (2009). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

West, J. P. (2021). Ethics education in public administration: an introduction to the symposium. *Journal of Public Affairs Education*, 27(4), 392-397. DOI: [10.1080/15236803.2021.1992329](https://doi.org/10.1080/15236803.2021.1992329)

Whetsell, T. (2018). Philosophy for public administration. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 28(3), 451-453. DOI: [10.1093/jopart/muy005](https://doi.org/10.1093/jopart/muy005)

Whitton, H. (2009). Developing the “ethical competence” of public officials: a capacity building approach. (pp. 236-255). In R. W. Cox (Ed.). *Ethics and integrity in public administration: concepts and cases*. New York: ME Sharpe.

Artigo – Estado, Organizações e Sociedade.

Políticas públicas e tecnologia assistiva no âmbito do trabalho no Brasil

Nome: Maraisa da Silva Soares Costa 1
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
e-mail: profmaraisacosta@gmail.com

Nome: Cláudia Aparecida Avelar Ferreira 2
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
e-mail: claudiahgv@gmail.com

Nome: Simone Costa Nunes 3
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
e-mail: sinunes@pucminas.br

RESUMO

Objetivo: examinar como as pessoas com ou sem deficiência auditiva percebem a Tecnologia Assistiva por meio da legislação e das políticas públicas voltadas para a inclusão no trabalho durante a pandemia do Covid-19 no Brasil. Neste estudo foi aplicada a perspectiva histórico-cultural do capacitismo, o que justifica a necessidade de políticas para maior inclusão no contexto de trabalho. Método: Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, com a participação de quatro empresas e de dez pessoas com e sem deficiência auditiva, em dois municípios de Minas Gerais, Brasil. Resultados: a legislação foi um avanço, mas é necessária participação efetiva das empresas de forma que a inclusão seja de fato, garantindo a representação deste grupo excluído. Os sujeitos veem as políticas públicas voltadas para acessibilidade e criticam a morosidade do Estado, além de não reconhecer como as políticas estão sendo aplicadas nas organizações. Contribuições: a pesquisa traz para o campo das ciências sociais a necessidade de monitoramento das políticas públicas para facilitar o acesso das tecnologias assistivas para que os sujeitos com deficiência sejam inclusos no trabalho, mas é importante treinamento para melhor adaptação.

Palavras chave: Legislação; Políticas Públicas; Pessoa com deficiência; Capacitismo.

ABSTRACT

Objective: to examine how people with or without hearing disabilities perceive Assistive Technology through legislation and public policies aimed at inclusion at work during the Covid-19 pandemic in Brazil. In this study, the historical-cultural perspective of ableism as applied, which justifies the need for policies for greater inclusion in the labor context. Method: This was a descriptive, qualitative study involving four companies and ten people with and without hearing disabilities in two municipalities in Minas Gerais, Brazil. Results: The legislation was a step forward, but companies need to participate effectively so that inclusion is a reality, guaranteeing the representation of this excluded group. The subjects see public policies aimed at accessibility and criticize the sluggishness of the state, as well as not recognizing how the policies are being apply in organizations. Contributions: the research brings to the field of social sciences the need to monitor public policies to facilitate access to assistive technologies so that people with disabilities can included at work, but training is important for better adaptation.

Keywords: Legislation; Public Policies; Disability Personal; Ableism.

[Submetido em 14-07-2023 – Aceito em: 06-12-2023 – Publicado em: 22-12-2023]

¹ Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa. Graduada em Administração pela PUC Minas.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Administração - Centro Universitário UNA

Especialista em assistência farmacêutica pelo SUS(UFSC). MBA em administração de organizações hospitalares e serviços de saúde (FGV). Especialização em administração de serviços de saúde e saúde pública. Farmacêutica-bioquímica (UFMG).

³ Doutorado (2007) e Mestrado (1999) em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, nas áreas de Novas Tecnologias Gerenciais e Organizações e Recursos Humanos, respectivamente; Graduação em Administração (1990). Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (desde 1998). Desde 2008, faz parte do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA/PUC Minas.

INTRODUÇÃO

A questão vivenciada pelas pessoas com deficiência constitui um fenômeno social (Jakovljevic & Buckley, 2011) não compreendido em diversas sociedades, por isso, essas pessoas são excluídas (Carvalho-Freitas et al., 2017; Amâncio & Mendes, 2023), percebidas como pessoas de má sorte (Bampi et al., 2010), párias ou aberrações e condenadas à segregação social (Kath et al., 2019; Nepomuceno et al., 2020; Santos et al., 2022). Para Pereira (2009) e Bampi et al. (2010) é um problema a ser debatido na sociedade, pois esse grupo excluído sofre vulnerabilidades devido à injustiça social.

Como fruto de um processo estrutural de opressão, traz à tona, o capacitismo que é a discriminação e a violência que afetam as pessoas com deficiência, porque esses indivíduos estão fora da normalidade preconizada pela sociedade eurocêntrica brasileira (Santos et al., 2022). Por isso, a justificativa de políticas transversais que abrangem os mais diversos contextos, no caso deste estudo nas práticas de gestão, regimentos, normas e estatutos, bem como, se manifesta em uma matriz de relações nas esferas públicas e privadas.

As consequências opressivas levam as pessoas com deficiência se deparem com vários obstáculos ao tentarem ser inseridas no mercado de trabalho (Jakovljevic & Buckley, 2011; Pinheiro & Dellatorre, 2015; Kuznetsova & Bento, 2018; Folmer et al., 2020; Amâncio & Mendes, 2023), necessitando, de políticas públicas para a sua inserção e inclusão nas empresas (Cook & Burke, 2002; França et al., 2008; Borges & Pereira, 2016; Gugliano et al., 2021). Tais políticas favorecem a equidade social (Jaeger, 2015) e acesso a bens e serviços (Guedes & Barbosa, 2020) e conforto, segurança e inclusão (Ferdman, 2017).

Percebe-se a não equidade no mercado de trabalho brasileiro para essas pessoas, mesmo com uma legislação que estabelece percentagem de empregados com deficiência, determinado na Lei de reserva de cotas (Lei nº 8.213, 1991), em relação ao número total de empregados sem deficiência (Pinheiro & Dellatorre, 2015), adequação e acomodação dessas pessoas com a política pública de acesso ao uso de Tecnologia Assistiva (TA) (Lei nº 13.146, 2015). Tal situação ocorre em outros países, como na África do Sul (Jakovljevic & Buckley, 2011).

O Estatuto da pessoa com deficiência do Brasil, conforme o Art. 3º, inciso III, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, discorre sobre a Tecnologia Assistiva e Ajudas Técnicas, como expressões que são sinônimas, conceituadas de modo similar à definição dada pelo Comitê de Ajudas Técnicas, conforme a Secretaria Especial de Direitos Humanos (2007), traduzidas em: “[...] Tecnologia Assistiva ou ajuda técnica são produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que têm o propósito de promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida [...]” (Lei nº 13.146, 2015, Art. 3º).

Os autores Jakovljevic e Buckley (2011) exemplificam a TA como: teclados especiais, placas para cegos, sinais e equipamentos de som. Kath et al. (2019) complementam com os dispositivos como: bengala, óculos, prótese, comunicação eletrônica, realidade aumentada e cadeiras de rodas elétricas, e Khosravi et al. (2021) acrescentam as palmilhas.

As pessoas com deficiência auditiva têm como TA: próteses auditivas e implantes cocleares (Tefili et al., 2013). E dependendo do grau de comprometimento da audição precisam da Libras, a segunda língua oficial do Brasil, sendo considerado um direito linguístico (Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002) ou leitura labial para facilitar a sua integração social (Gugliano et al., 2020).

A usabilidade da TA justifica-se devido à perda da audição comumente representar uma das condições mais encontradas no mundo, além de ser mais onerosa para a sociedade, pois essa disfunção em 2004 ocupava a 15ª posição e, para o ano de 2030, espera-se que ocupe a posição do 7º lugar. Em termos econômicos diretos, à medida que as pessoas com deficiência auditiva não tratam este distúrbio, o seu quadro clínico evolui para a condição severa ou profunda, sendo que, nessa condição podem sofrer perda salarial de cerca de 30 e 40% antes de se aposentarem (Tefili et al., 2013).

Condessa et al. (2020) ressaltam que, no Brasil, a prevalência de deficiência auditiva ocorre em 1,1% da população e, à medida que esses indivíduos envelhecem, essa prevalência se eleva (11,5 e 5,2% aos 60 anos). As pessoas com essa deficiência têm mais dificuldade de acesso à educação e aos serviços de saúde (Tefili et al., 2013; Godoy et al., 2019; Condessa et al., 2020), em relação às pessoas sem deficiência, o que comprova que as leis de inclusão no trabalho, conjugadas a outras ações, permanecem muito necessárias ainda na atualidade.

A deficiência auditiva é um problema global, com impactos no âmbito social, econômico e de saúde pública (Tefili et al., 2013). No processo de integração social das pessoas com essa deficiência, as políticas públicas são essenciais para inserção e inclusão no trabalho, escola e no cotidiano desses cidadãos, que necessitam da leitura labial, além da expressão facial como facilitador no processo de comunicação (Tefili et al., 2013). Enfatiza-se que o movimento surdo não reconhece a surdez como deficiência na lógica do modelo socioantropológico, é visto como língua, identidade, cultura e a população surda como minoria (Brito, 2016) conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo nº 186/2008; Decreto nº 6.949/2009).

Nesta opressão capacitista, na pandemia do Covid-19, por questão de prevenção de contágio, tornou-se obrigatório o uso de máscaras nos espaços sociais (Melo et al., 2022), ação que trouxe uma barreira comunicacional para as pessoas com determinado tipo de deficiência, como a auditiva (Souza et al., 2017), e dificuldades na prática de políticas públicas para esse grupo populacional (Melo et al., 2022). Diante da mudança de rotina provocada por essa pandemia, indaga-se: como as pessoas com deficiência auditiva relacionam o uso de máscaras transparentes (TA) no contexto de trabalho com a legislação de TA e as políticas públicas? O objetivo deste artigo foi examinar como as pessoas com ou sem deficiência auditiva percebem a Tecnologia Assistiva (TA) por meio da legislação e das políticas públicas voltadas para a inclusão no trabalho durante a pandemia do Covid-19 no Brasil.

Foi realizada uma pesquisa descritiva (Richardson, 1999) e qualitativa (Godoy, 1995; Merriam, 1998), com a participação de quatro empresas e de dez pessoas com ou sem deficiência auditiva, em dois municípios no estado de Minas Gerais, Brasil. Neste estudo foi aplicada a perspectiva histórico-cultural do capacitismo e a necessidade de políticas para maior inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e reduzir a desigualdade social. Esta abordagem foi utilizada na revisão sistemática sobre pessoa com deficiência intelectual (Silva et al., 2019) e no ensaio sobre a construção sócio-histórica acerca deficiência intelectual (Dias & Oliveira, 2013).

O estudo é justificado na administração e nos estudos organizacionais, mesmo perante uma literatura robusta em outras áreas multidisciplinares, devido à especificidade da pesquisa que envolve pessoas com ou sem deficiência auditiva, no ambiente de trabalho, com base na legislação de TA e de políticas públicas, observado durante a pandemia do Covid-19. Em razão do desafio de comunicação com esses sujeitos, desponta-se a importância da pesquisa ao trazer as narrativas dessas pessoas em termos de políticas

públicas e legislação de TA, para inclusão e inserção no mercado de trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

A perspectiva histórico-cultural sobre o fenômeno do capacitismo favorece discorrer sobre a criticidade das vivências das pessoas com deficiência auditiva no contexto de dois municípios de Minas Gerais e a importância das políticas sociais em si, como a tecnologia assistiva no âmbito do trabalho, por permitir valorizar as capacidades desses cidadãos em relação ao contexto social e promover a inserção e inclusão no mercado de trabalho (Dias & Oliveira, 2013).

Para Vigotski (1977) a deficiência não deveria ser percebida como um evento permanente, mas como um processo qualitativo contínuo, que pode ser mudado a partir das vivências pessoais que induzem o desenvolvimento de outras formas compensatórias, desde que estas pessoas não recebam respostas sociais negativas, podendo transformar o quadro dito como estático. As compensações podem levar a superação ou derrota, logo, é uma luta contínua (Vigotski, 1977), porém à medida que vai vencendo as barreiras, é um estímulo para compensações qualitativas superiores, é considerada a reação do poder da natureza (Dias & Oliveira, 2013).

Esses autores discorrem que o indivíduo com deficiência tem condições de ser um sujeito empoderado e construir sua história, rompendo estereótipos desde que consigam apoio positivo de outros, como qualquer outra pessoa (Dias & Oliveira, 2013). Logo, a tecnologia assistiva é um dispositivo que proporciona à pessoa com deficiência demonstrar suas capacidades na sociedade brasileira que impera a ideologia capacitista, principalmente no contexto laboral.

Perante o capacitismo, a inclusão e exclusão de pessoas com deficiência compreendem diversos fatores, seja no campo histórico, jurídico, educacional, psicológico, social, dentre outros (Paiva & Bendassolli, 2017). Para Sasaki (2003), a inclusão incide sobre os sistemas sociais que devem estar ajustados ao máximo em possibilidades viáveis e sem barreiras, para que possam permitir que os cidadãos, em suas especificidades, consigam compartilhar todos os ambientes e acesso às mesmas coisas.

Segundo Costa et al. (2022, p.179), “a inclusão é processo mútuo de adaptação, conforto, segurança e enfrentamento para romper estereótipos no mercado de trabalho”. Dados do estudo de Costa et al. (2022) apontam que a máscara transparente agiu como uma ferramenta de TA com pareceres positivos e negativos muito comum quando se trata de adaptação a TA. A máscara transparente propiciou maior acesso a comunicação intra e interpessoal para as pessoas com deficiência auditiva total e parcial durante a Covid-19, porque a não utilização da máscara transparente pelas pessoas com deficiência auditiva total ou parcial e pelas pessoas sem deficiência configuraria um fator de exclusão, pois não poderia fazer a leitura labial.

Para a inclusão dos grupos considerados minoritários, propõe-se o Paradigma de Ferdman é um modelo, princípio, que pode ser replicado em outras pesquisas, por estabelecer “um processo e uma prática que compreende a diversidade como recurso” (Ferdman, 2017, p.235), com o suporte da TA. Os paradoxos da inclusão são divididos em três dimensões: a) expressão de si e identidade (a inclusão ocorre com plena aceitação, pertencimento e completude da pessoa); b) limites e normas (as práticas podem ser compartilhadas e são estabelecidos comportamentos, com limites definidos e sustentáveis nas normas, visando envolver todos os grupos com segurança); c) segurança e o conforto (é a inclusão plena apoiada pela confiança, segurança e autenticidade afóra maior participação e o conforto das pessoas com si próprio e com os demais) (Ferdman, 2017).

A inclusão nos contextos sociais conforme balizado por Ferdman (2017), somente é possível com políticas públicas para propiciar a garantia dos direitos humanos e da justiça social (Jaeger, 2015). A perspectiva histórico-cultural possibilita demonstra o capacitismo na sociedade e garantir que as pessoas com deficiência sejam inseridas e integradas na sociedade como um todo. Para reduzir tal desigualdade, Jaeger (2015) evidencia a perspectiva dos direitos humanos, que se alinha com os marcos legais e políticos peculiares que fomentam a igualdade e para que esses direitos sejam implementados efetivamente é preciso ter sistemas de justiça social e estruturas sociais que requeiram a igualdade baseadas nas leis e políticas. A linguagem dos direitos humanos emana justiça social e é usada para exprimir a necessidade de justiça, igualdade e respeito. Por meio da justiça redistributiva, como meio de reduzir a desigualdade social, tem-se a Lei de reserva de cotas e da TA como meio de promover a justiça social (Lowi, 1964). A justiça social é o marco para que se reduza a ideologia do capacitismo, por meio das políticas afirmativas elas sejam incluídas na sociedade.

Políticas públicas e legislação: inserção e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho

O mercado de trabalho vem sofrendo grandes modificações ao longo de várias décadas e essas transformações modernas do trabalho se pautam cada vez mais no trabalho informal e precarizado. A lógica do modelo toyotista é promover uma redução vertiginosa dos empregos formais e uma ampliação das contratações precarizadas e informais, afora a pejetização (Antunes, 2010). A pejetização é entendida conforme Barbosa e Orbem (2015, p.1) como:

prática fraudulenta, que utiliza de um contrato de prestação de serviços para camuflar a relação de emprego, exclui o trabalhador desse âmbito de proteção conferido pelo Direito do Trabalho, acarretando precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas.

Esse modelo de pejetização é comum na esfera privada, dificultando o acesso ao trabalho formal inclusive para as pessoas com deficiências, por isso é essencial as políticas afirmativas para favorecer a inserção no mercado de trabalho, principalmente com os impactos gerados pela pandemia do Covid-19 com a priorização do trabalho remoto.

No cenário histórico os desafios políticos para a inclusão das pessoas com deficiência nos Estados Unidos pressionaram o governo a adotar condutas para minimizar os danos pessoais e para a sociedade. Nesse sentido, em 1996, foram criadas políticas públicas e infraestrutura para o desdobramento dos problemas relacionados à política e aos direitos civis, no viés das políticas modernas sobre incapacidade física, junto à burocracia de Estado, em responsabilidade com o desenvolvimento desse desafio público (Baker, 2004).

Kuznetsova e Bento (2018) corroboram Fraga e Sousa (2009) ao apontarem que nos países nórdicos da Europa, para a inclusão das pessoas com deficiência, foi adotado o modelo relacional da deficiência, de igual forma como é no Brasil, o qual apresenta a deficiência relacional com o ambiente e aplica políticas públicas que não reduzem barreiras. No entanto, Fraga e Sousa (2009) acrescentam que a inclusão social da pessoa com deficiência no Brasil é uma prerrogativa social, que perpassa pelas áreas da ética e da cidadania e prioriza o respeito aos direitos humanos.

Folmer et al. (2020) discorrem que em 22 países europeus a política de incapacidade tem demonstrado uma transformação voltada para o investimento social, ou seja, resultando em aumento do capital humano e acessibilidade ao mercado de trabalho. Porém, em alguns países, à medida que as políticas avançam, diminui a proteção social dos beneficiários, mas, por outro lado, são propiciadas maiores chances de se conseguir ocupação, como o emprego apoiado. Mesmo assim, existe a necessidade de serem suplantadas outras barreiras no mercado de trabalho e na sociedade.

Gugliano et al. (2021) argumentam que, nas democracias ocidentais, as pessoas com deficiência ainda permanecem em grupos, excluídos dos seus direitos fundamentais, e ausentes nas campanhas políticas e nos programas eleitorais. Essas ações demonstram ausência da integração social das pessoas na sociedade como um todo, justificando a necessidade de políticas públicas.

No caso brasileiro, as políticas para as pessoas com deficiências estão alinhadas com a Organização das Nações Unidas (ONU) na abordagem socioecológica, em que a deficiência é resultante do ambiente social, cultural e físico (Nogueira et al., 2016). Esses autores argumentam que as concepções fundamentais complexas nas políticas públicas internacionais têm origem na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada em 2006 e ratificada por 138 países até 2013. Nessa convenção, os direitos estão vinculados aos princípios básicos do direito à vida, à liberdade e à igualdade. Por isso, na efetivação e abrangência dos programas, ações ou iniciativas direcionadas às pessoas com deficiência, no âmbito privado e público, deve-se considerar o contexto social em que estão inseridas (Nogueira et al., 2016).

O campo de estudos que trata da deficiência, entende que a deficiência é tensionada entre o modelo social e biomédico, logo corpo-sociedade (Diniz, 2007). O modelo biomédico, a deficiência é uma lesão no corpo, o que faz distinguir do corpo normativo, já o modelo social faz uma crítica acerca das barreiras e desafios para que a pessoa com deficiência possa ter efetiva participação na sociedade (Diniz et al., 2010; Jakovljevic & Buckley, 2011; Dias & Oliveira, 2013), que é o foco desse estudo.

Borges e Pereira (2016) complementam que o estado brasileiro no final dos anos 80 ainda não possuía ações efetivas para as pessoas com deficiência, existindo apenas ações esporádicas, sem continuidade e voltadas para educação. Assim, justificava a necessidade de políticas universais para a saúde, educação, trabalho, entre outras.

Dentre as legislações regulatórias para a inclusão e a concepção das pessoas com deficiência na sociedade tem-se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) como principais referências para a inclusão dessas pessoas.

Tanaka e Manzini (2005), França et al. (2008) e Nevala et al. (2019) evidenciam que um maior nível educacional tende maiores chances de se obter emprego e acomodação no ambiente de trabalho. Godoy et al. (2019) discorrem que no Brasil há uma legislação robusta para as pessoas com deficiência, porém não favorece a inclusão escolar efetiva, principalmente para as pessoas com deficiência auditiva, uma vez que não há uma norma específica devido às peculiaridades de cada distúrbio. Assim, existe a obrigação de apoio jurídico que possa respeitar essas particularidades para uma real inclusão escolar.

Em relação às legislações referentes à inserção no mercado de trabalho há a Lei nº 8.213 de 1991, mais conhecida como a lei de reserva de cotas, que determina a proporção de pessoas com deficiência para cada 100 empregados, variando de 2 a 5% (entre o total de 100 a 200 empregados – 2%; mais de 1 mil – 5%). Tanaka e Manzini (2005) apontam que a lei de cotas assumiu um significado importante como meio de reivindicar os direitos da pessoa com deficiência. No entanto, a lei por si não dá resolutividade aos problemas que

dificultam a inserção ao mercado de trabalho.

Nogueira et al. (2016) corrobora Tanaka e Manzini (2005) argumentaram que a lei de cotas é o meio pelo qual as pessoas com deficiência podem usufruir de seus direitos e, de forma concomitante, influência no avanço da inclusão. Isso se dá quando essas pessoas questionam seu histórico de exclusão e exigem uma sociedade mais equilibrada, conscientizada em relação às suas diferenças, mais justa e planejada para todos.

No estudo desses autores, sobre contratação de pessoas com deficiência, foram apontados quatro obstáculos: i) pessoal (pessoa em si) - falta de escolaridade, interesse e competência profissional e social; ii) organizacional - contexto social e físico inadequado, e não conhecimento sobre a deficiência. Também, barreiras como: iii) institucional - programas de treinamento profissional e social não adequados, falta de interlocução com a empresa para conhecer as suas particularidades e, iv) governamental - condições de acessibilidade à escola e ao transporte, ausência de incentivo para empresas providenciarem adaptações ergonômicas e estimular programas de responsabilidade social (Tanaka & Manzini, 2005).

França et al. (2008) afirmam que, mesmo com a lei de reserva de cotas, as pessoas com deficiência esbarram no processo de inclusão na educação e mercado de trabalho devido a uma instrução deficitária, desqualificação e estratégias de resistências pelas empresas que omitem contratá-los. Amâncio e Mendes (2023) demonstram que a lei favorece o aumento de chances de emprego, porém, as pessoas com deficiência identificam que há atitudes preconceituosas, seja pelos empregadores, ou por empregados, na inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

Santos et al. (2012) fazem uma crítica ao observarem que as políticas públicas precisam de maior atenção dos governos, para que se concretizem as promessas de campanha na efetividade e eficácia de ações, no sentido de promover uma melhor qualidade de vida e autonomia dessas pessoas, nos espaços públicos e no mercado de trabalho. Camargo et al. (2017) concordam com esses últimos autores, mas reforçam o avanço com a lei, no entanto, afirmam que as barreiras se sobrepõem à inclusão. Porém, Pinheiro e Dellatorre (2015) ressaltam que as empresas contratam esse grupo minoritário somente por ser uma exigência legal, sem se preocuparem na remoção de obstáculos, o que acaba reforçando o estigma em termos de competência dessas pessoas.

Outra conduta essencial, é a participação da família, comunidade, instituições de atendimento especializado, escolas e empresas como rede de apoio para inclusão das pessoas com deficiência intelectual (Pereira-Silva et al., 2018). Januário (2019) destaca que houve aumento da produção acadêmica sobre esse grupo, decorrente de maior acesso ao ensino superior, com a lei de reserva de cotas em cada curso e turno nas instituições federais de ensino superior. Guedes e Barbosa (2020) enfatizam que as políticas públicas são avanços para pessoas com deficiência por garantir acesso a bens e serviços, entretanto, esse grupo depara com obstáculos para inclusão nas esferas educacional, mercado de trabalho, assistência em saúde e espaço público (acessibilidade em geral). Para esses autores “a real inclusão acontece quando há a união dos dois processos, em que o Estado viabiliza a integração e a sociedade aceita a inclusão”. (Guedes & Barbosa, 2020, p. 14).

O estabelecimento da TA, pela legislação brasileira, no sentido de garantir os recursos e a acessibilidade para aqueles que têm algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida é determinado pela legislação. Dentre algumas das Leis, que tratam da TA, têm-se a Lei nº 8.213 de 1991 e a Lei nº 13.146 de 2015. Ressalta-se que a Lei nº 8.213 de 1991 foi a primeira legislação que se refere à TA, parágrafo único, alínea a): “o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos

necessários à habilitação e reabilitação social e profissional”. (Lei nº 8.213, 1991, Art. 89º) regulamentada pelo Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 (Decreto nº 3.298, 1999). E a recente Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, 2015), a qual é regulamentada pelo Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021 (Decreto nº 10.645, 2021).

Em termos de acessibilidade, no estudo de Cruz e Emmel (2015), as pessoas com deficiência acabam comprando TA por conta própria, ou recebem os equipamentos por meio de doações, ao invés de recorrer aos seus direitos, pelo programa do governo federal. Uma das causas dessas ações é o desconhecimento da concessão de TA pelo governo e dos direitos estabelecidos na legislação, o que resulta muitas das vezes em ações nas promotorias de defesa. Ocorre, também, abandono de recursos e procedimentos, devido à má qualidade de produtos, barreiras de acessibilidade, falta de apoio social, não aceitação da própria incapacidade e problemas emocionais decorrentes, como a depressão.

Logo, o Brasil precisa avançar em termos de monitoramento do cumprimento das políticas afirmativas nas organizações privadas, e avaliar se nas instituições públicas estão atendendo ou indo além das cotas e se as pessoas com deficiência estão sendo incluídas e não apenas inseridas no contexto do trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa descritiva (Richardson, 1999) e qualitativa (Godoy, 1995; Merriam, 1998). A abordagem qualitativa dá suporte ao pesquisador para investigar em profundidade determinado fenômeno, baseado nas experiências dos sujeitos que o vivenciam e/ou vivenciaram para construir seus significados e sentidos (Godoy, 1995) e documental.

Este tipo de estudo implica a descrição e a compreensão do fenômeno social (Woodhams & Danieli, 2000), que são os sujeitos envolvidos, pessoas com ou sem deficiência auditiva no ambiente de trabalho e a obtenção de dados sobre a política e legislação da TA. Também foi realizada uma abordagem descritiva (Richardson, 1999), devido às questões de pesquisa relacionadas à TA no ambiente de trabalho que se interseccionam com legislação e políticas públicas, em conformidade com a característica do fenômeno social (Woodhams & Danieli, 2000). A pesquisa teve a participação de quatro empresas de produtos e serviços diferenciados, nas cidades de Belo Horizonte e Betim, localizadas no estado de Minas Gerais, Brasil. Este estudo constitui casos pilotos para uma investigação mais aprofundada na tese de doutorado.

Foram construídos três roteiros de entrevistas tipo semiestruturadas, que foram sendo adaptadas de acordo com os perfis dos sujeitos e devido à dificuldade de acessibilidade dessas pessoas e às empresas, com o objetivo de se obter o máximo de informações possíveis (Bauer & Gaskell, 2017). O número de questões dos roteiros foram: pessoas com deficiência auditiva (16), sem deficiência auditiva, em cargo operacional (11) e cargo de gestão (6). Neste artigo foram selecionadas somente as questões: 1. Quais as políticas públicas que auxiliam a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva no âmbito do trabalho? 2. No seu ponto de vista, como a legislação contribui para o acesso aos recursos de tecnologia assistiva no ambiente de trabalho?

Foi realizada uma pesquisa documental por meio do sítio eletrônico das empresas que participaram do estudo, e outras informações foram obtidas durante a entrevista com os gestores. Para o acesso às empresas, primeiramente, foi verificada a atividade-fim das empresas que poderiam ter sujeitos com o perfil desejado. O segundo passo foi utilizar a *networking* dos pesquisadores, o que possibilitou o acesso às pessoas responsáveis nessas

organizações, que pudessem autorizar o desenvolvimento do estudo. O terceiro passo foi verificar se os sujeitos com deficiência auditiva já usavam máscara transparente, ou aceitassem experimentar as máscaras adquiridas para o estudo.

A construção dos dados se institui a partir das experiências dos respondentes em diálogo com a interpretação e reconstrução por parte dos pesquisadores. Foi adotada a entrevista presencial e virtual/online. Mesmo diante da dificuldade devido a pandemia foi possível maior proximidade entre o pesquisador e o entrevistado (Bauer & Gaskell, 2017).

As entrevistas foram individuais, agendadas previamente e no dia anterior à data marcada foi solicitada confirmação, por meio do correio eletrônico ou rede social (WhatsApp). Na fase inicial do desenvolvimento de cada entrevista, foi explanado o objetivo da pesquisa, com o propósito de que o(a)s entrevistado(a)s permanecesse à vontade na medida do possível e pudesse demonstrar quaisquer dificuldades durante o processo.

Para aquelas pessoas com e sem deficiência auditiva, que não tinham máscaras transparentes, as pesquisadoras disponibilizaram essas máscaras, com antecedência, para que elas as utilizassem por algumas semanas antes do momento da entrevista. Também, as pesquisadoras contrataram profissionais intérpretes para Língua Brasileira de Sinais – Libras (Lei nº 10.436, 2002) para aquelas pessoas com deficiência auditiva total. Em uma das empresas, a máscara transparente já tinha sido disponibilizada. A entrevistadora também usava a máscara transparente para facilitar a leitura labial. No total, foram realizadas seis entrevistas presenciais nas empresas e quatro foram online, sendo que, em algumas delas, foi necessária a presença de um profissional intérpretes em Libras para facilitar a comunicação.

Foi solicitada autorização dos participantes para gravar a entrevista e solicitados dados referentes à idade, sexo, cargo, tempo da empresa em anos e formação do profissional. As entrevistas ocorreram de 21 de outubro de 2020 e 15 de março de 2021. A pesquisadora responsável pela entrevista registrou detalhes do ambiente de trabalho no seu diário de pesquisa.

Houve participação de 10 sujeitos, sendo homens e mulheres, de raça branca e negra, identificados por E1 ... E10 e as empresas foram denominadas como A ... D para preservar o anonimato dos envolvidos. O número de participantes foi suficiente para o estudo, com a captação de informações em relação às dificuldades cotidianas das pessoas com deficiência auditiva, à linguagem corporal, às dificuldades da leitura labial e do profissional intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, às facilidades e dificuldades com o uso da máscara transparente e à integração social (Gaskell, 2002). Os critérios de qualidade aplicados nesta pesquisa qualitativa foram a validade e a confiabilidade (Ferreira, 2018). Apresenta-se, na Tabela 1 as variáveis demográficas dos participantes e o formato das entrevistas.

Tabela 1 - Variáveis Demográficas e Formato das Entrevistas

Formação/ formato de entrevista	Cargo	Entrevistado/ sexo/ idade (anos)	Pessoa com deficiência	Tempo de empresa
Psicologia/ Presencial	Gestora de Ações Integradas	E1/Feminino/42 anos	Não	20 anos
Fisioterapia/ Presencial	Gestora de Saúde	E4/Feminino/36 anos	Não	14 anos
	Gerente de Marketing e Vendas	E7/Feminino/59 anos		4 anos

Graduação em psicologia. Pós-graduação em Gestão de Projetos Sociais. Tecnóloga em Letras/ presencial	Assistente de Contabilidade	E2/Feminino/39 anos	Não	
				3 anos
Graduação em Ciências Contábeis. MBA em Gestão Financeira e Planejamento Tributário/presencial	Fisioterapeuta	E5/Feminino/35 anos E9/Feminino/ 49 anos	Não	
	Supervisora de Laboratório	E3/Masculino/46 anos	Não	1 ano
Fisioterapia/presencial	Gerente Administrativo	E6/ Feminino/ 35 anos	Não	1 ano e 9 meses
Técnico em Gestão de Recursos Humanos (em curso) / (<i>Online – Google Meet</i>)	Fisioterapeuta	E8/Masculino/ 35 anos	Sim*	5 anos
Tecnólogo em Logística/ presencial	EO (<i>Chief Executive Officer - Diretor Executivo</i>)	E10/Feminino/ 26 anos	Sim**	2 anos
Fisioterapia/ (presencial com profissional intérprete de Libras <i>online</i>)	Assistente de Laboratório		Sim***	4 anos
Sistemas de informação/ presencial com profissional intérprete de Libras <i>online</i>)			Sim*	11 anos
Graduação em Farmácia. MBA em Gestão de Negócios/ <i>Online – Google Meet</i>)				

Fonte: Elaborada pelos autores (2021). Legenda: Sim* - pessoa com deficiência auditiva congênita, surdez parcial; Sim** - deficiência auditiva congênita, surdez total; Sim*** - deficiência auditiva adquirida, surdez total.

A figura 1 apresenta as empresas que participaram do estudo, sendo designadas como empresa A ... D e com os sujeitos da pesquisa.

Figura 1 - Relação das empresas participantes e seus empregados

<p>Empresa A Organização social na área de educação, assistência social e saúde de pessoas com deficiência. A empresa tem 336 trabalhadores e possui 8 pessoas com deficiências: 2 auditivas; um visual; uma física e quatro intelectuais. E1, E2, E3</p>	<p>Empresa B Centro especializado em habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência. O quadro de pessoal comporta 92 trabalhadores no total, sendo uma deficiência auditiva. E4, E5, E6</p>	<p>Empresa C <i>Startup</i> que presta serviços às empresas e oferece plataforma <i>web</i> de videoconferência para comunicação de pessoas com deficiência auditiva, o que garante a acessibilidade para essas pessoas. Tem cinco sócios trabalhadores. O CEO tem DF auditiva. E7, E8</p>	<p>Empresa D Organização do ramo da mineração. Possui 328 empregados e 14 deficiência sendo uma auditiva. E9, E10</p>
---	--	--	---

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Os áudios foram transcritos na íntegra e houve muitas dificuldades principalmente nas entrevistas virtuais devido haver uma terceira pessoa - o profissional intérprete de Libras e das falas das pessoas com deficiência auditiva, nem sempre muito compreensível. Assim, a pesquisadora teve que fazer a mesma pergunta muitas vezes para os participantes entenderem e depois confirmarem a resposta. Todas as transcrições foram revistas pelas pesquisadoras. Tempo total de áudio: 329 minutos e 76 segundos. Para a interpretação das entrevistas individuais foi adotada a técnica análise de conteúdo, tendo como categorias os temas Legislação e Políticas Públicas de TA (Merriam, 1998).

A pesquisa de campo foi desenvolvida somente por uma pesquisadora com o objetivo de dar o mesmo tratamento e proximidade com os indivíduos em diversos cargos. Ressalta-se a necessidade da(o) pesquisador(a) atentar-se para a comunicação não verbal (gestos, expressões faciais e olhares) para a compreensão em saber a hora de continuar conduzindo a entrevista ou aguardar mais um pouco, com o propósito de se obter as informações constantes no roteiro. Para que as pessoas com deficiência auditiva total ou parcial compreendessem a dinâmica e o que era apresentado durante a entrevista, foi necessário repetir as questões em determinadas ocasiões, de forma que eles/elas conseguissem entender de forma assertiva o que estava sendo indagado.

As pesquisadoras mostraram a complexidade que existe quando há a necessidade de uma terceira pessoa para favorecer uma maior interação no processo de comunicação com o participante, e não culpabilizar os mesmos, porque essa é a lógica do capacitismo, o problema é com a pessoa com deficiência e não da sociedade que não aceita pessoas que divergem do modelo padrão. Isso aponta que os pesquisadores por mais preparados que estejam sempre há desafios e necessidade de mudar a estratégia, isso que enriquece a pesquisa. O caso de uma pessoa com deficiência auditiva total que, mesmo com a ajuda do profissional intérprete de Libras, foi preciso repetir cadenciadamente e por mais vezes a questão apresentada (sugere-se questões mais curtas e diretas), em relação às outras pessoas com deficiência auditiva parcial, para que a pergunta, ao ser traduzida, não fosse mal interpretada no processo de entendimento por parte do receptor. Aponta-se a percepção de sinais de emoções nas entrevistas com os entrevistados (E6 e E8), os quais evidenciaram o quanto o recurso de TA (máscara transparente) foi efetiva para apreender a comunicação entre as pessoas. Como exemplo, o caso de E6, que manifestou a emoção ao ponto de os seus olhos lacrimejarem, quando falou sobre a importância da expressão facial

para compreender a emoção/sentimento das pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Legislação

Quanto a contribuição da legislação para a implantação da TA no âmbito do trabalho, E2 (Assistente de Contabilidade) não soube explicar: “[...] eu não sei exatamente como é a lei. Eu nunca li a lei [...]”. E5 (Fisioterapeuta sem deficiência) também disse não ter conhecimento: “[...] Olha eu não tenho muito conhecimento de como está isso agora, eu estou tendo contato a primeira vez que a E6 (Fisioterapeuta com deficiência), para ser sincera, é a primeira pessoa que eu trabalho assim com deficiência, a gente está conhecendo esse recurso”. No que se refere legislação, E7 elucida o seguinte:

A lei reconhece Libras como uma língua oficial porque a língua de uso dos surdos, da comunidade de surda [...]. A lei reconhece. A lei determina que as empresas públicas e as concessionárias de serviço público têm que ser sobre pena de multa acessível ao surdo. Que as empresas privadas buscarão implementar recursos para serem acessíveis, mas a fiscalização é falha como a maioria das coisas no Brasil, não funciona porque não tem fiscalização.

Os entrevistados E2 e E5 demonstram não ter conhecimento sobre nenhuma das Leis que contemplam e tratam sobre a tecnologia assistiva, principalmente a Lei nº 13.146 do ano de 2015, o artigo 74º dessa Lei demonstra a importância do fornecimento, por exemplo, de produtos/recursos/serviços/estratégias de TA para que essas pessoas possam ser incluídas no trabalho, uma vez que promove autonomia/independência, bem como possibilita melhor qualidade de vida (Lei nº 13.146, 2015, Art. 74º).

No entanto, a entrevistada E7 (Gerente de Marketing e Vendas) indica, por meio da sua fala, que tem conhecimento sobre a parte da legislação que trata sobre a TA no que se refere às pessoas com deficiência auditiva. O Art.73º discorre que “cabará ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem.” (Lei nº 13.146, 2015, Art. 73º).

E3 traz o seguinte relato em relação ao acesso de aparelhos auditivos: “Eu acho que o poder público [...] demora [...] eu se fosse para depender de tipo assim, do governo mesmo eu não teria nem o primeiro aparelho, [...] depois eu consegui o segundo[...] governo no que ele puder dificultar para você para qualquer deficiente ele dificulta [...]”; Já E6 explica o seguinte: “[...] legislação, a gente conhece, a gente sabe que tem que ter o intérprete, então aqui no [...] eles contrataram a *Siga* na *web* para que eu pudesse ter ou fazer a comunicação”. A narrativa de E3 representa o não cumprimento da Lei nº 13.146/2015, Art. 75º, Inciso V, que estabelece para o poder público o desenvolvimento de ações que propõem “facilitar e agilizar o processo de inclusão de novos recursos de tecnologia assistiva no rol de produtos distribuídos no âmbito do SUS e por outros órgãos governamentais”. (Lei nº 13.146, 2015, Art. 75º).

A acessibilidade garantida pela legislação (Lei nº 8.213, 1991; Lei nº 10.098, 2000; Lei nº 13.146) é reconhecida pelo entrevistado E8. A eliminação de barreiras, estabelecida por essa Lei, é critério para que as pessoas com deficiência possam ter plena participação tanto em espaços públicos quanto privados (Lei nº 8.213, 1991; Lei nº 10.098, 2000; Lei nº 13.146, 2015).

Políticas Públicas

No que se refere às políticas públicas que auxiliam a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva no âmbito do trabalho, E2 não soube explicar como essas políticas colaboram para esse acesso. Contudo, opina e argumenta que é essencial haver políticas que implementem ações voltadas para adequação das atividades das pessoas com deficiência, para que sejam possíveis a inclusão e a igualdade. Segundo E2, a empresa A é voltada para a inclusão social dessas pessoas e busca aprimorar para que isso ocorra. E2: “[...] essas políticas que têm que ser implementadas, que é a adequação, adequação das atividades... Para inclusão. Para equidade de todos, tanto dos especiais, como os não especiais. [...]. a nossa instituição é exatamente para esse tipo de atividade [...]”.

A narrativa de E2 corrobora com a perspectiva de Jaeger (2015) no que se refere à igualdade de oportunidades entre as pessoas, consoante ao princípio da igualdade como direito inviolável da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. De acordo com E5, a empresa B recebe suporte – da empresa A, para questões relacionadas à adaptação e à comunicação da pessoa com DA. Nesse sentido, são as políticas públicas voltadas para a acessibilidade dessa pessoa.

E5: [...] Sim. Então, aqui, com relação a questão do deficiente auditivo, é, até recente, a gente teve o suporte do Tradutor, que é da Empresa A, que veio dá o suporte para E6 com relação as dificuldades que ela tem, adaptações que podem ser feitas, sugerir modificações, para ajudar mesmo na questão, da comunicação nossa com ela.

Como a empresa A é uma organização social, esta auxilia a empresa B no apoio e suporte no que concerne à tradução de Libras, entre outras adaptações necessárias. Conforme Tefili et al. (2013) elucidam, são necessárias políticas públicas que colaborem no processo de integração e inclusão das pessoas com deficiência, o que é também perspectiva de outros estudiosos (Cook & Burke, 2002; França et al., 2008; Borges & Pereira, 2016; Gugliano et al., 2021).

E7 esclarece, no que se refere às políticas públicas, que a Empresa B atua no sentido de aplicar o que a legislação determina para a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva: “[...] O idealizador, o criador, o dono da empresa então, é o quê, que determina, que haja acessibilidade, que a nossa empresa tenha acessibilidade”. A narrativa de E7 indica a relevância da participação das empresas no processo de tornar a acessibilidade uma realidade. Tal afirmativa é apoiada por (Pereira & Passerino, 2012; Kbar et al., 2016) que defendem sobre a importância da acessibilidade para que as pessoas com deficiência possam ser integradas e incluídas.

E9 não soube elucidar de forma clara quais políticas públicas são implantadas pela empresa D. No entanto, E9 disse que a empresa assumiu e se comprometeu com as diretrizes, no que se referem à diversidade, sugeridas pela Organizações das Nações Unidas (ONU) para incluir as pessoas na organização: mulheres, negros, pessoas com

deficiência:

E9: Não sei te falar de políticas públicas, a Empresa D ela assinou um contrato é, sobre a inclusão, não só a inclusão de deficientes, mas inclusão de negros, de gêneros, de mulheres no ambiente de trabalho. Então ela promove isso abertamente, foi uma assinatura do contrato feito com a ONU e a Empresa D está fazendo o papel dela, e varia muito de unidade para unidade, porque a Empresa D é uma empresa multinacional.... [...]. Eu não conheço a legislação e não sei até que ponto ela foi aplicada, aqui na empresa, propriamente dita.

A empresa D da qual E9 é trabalhadora, as pesquisadoras apontam que a empresa tenta seguir princípios humanos e aderentes à diversidade de acordo com os termos da ONU (Organização das Nações Unidas [ONU], 1975) por causa da inserção dos grupos minoritários, mas não significa a inclusão, porque E9 não está ciente como é foi feito o acordo, como propõe Ferdman (2017).

No que concerne às políticas públicas que auxiliam a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva no âmbito do trabalho: E3: “Eu não conheço nenhuma não [...], mas quando eu precisei do aparelho eu consegui foi através do SUS. [...]. eu não consegui adaptar com ele ainda devido a questão que seja uma parametrização dele [...]; E10: “Incentiva, muita pessoa porque que é importante..., a empresa ter diversidade, porque incentiva a gente, a gente fica feliz, como se fosse a gente tratada igual. Tratar a gente igual. Aí eu tenho muita palavra não”;

As narrativas dos entrevistados trazem experiências diferentes em relação às políticas públicas que colaboram para a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva. E3, por exemplo, reafirma a concessão pelo poder público, no caso Sistema Único de Saúde (SUS), do seu aparelho auditivo, o que é estabelecido pelo Art. 75º da Lei 13.146 do ano de 2015. O SUS nesse caso é intermediador desse tipo de recurso de TA na promoção da política pública promulgada por essa Lei.

E10 não soube explicar sobre as políticas públicas que colaboram para a pessoa com deficiência no contexto laboral, porém mostrou, por meio da sua fala, a sua satisfação de se sentir incluída: “tratar a gente igual”. Neves-Silva et al. (2015, p.2555) argumentam o seguinte: “quando essas pessoas se sentem acolhidas, trabalhando em um ambiente agradável e funcional, elas permanecem na empresa.” Se sentir acolhido, feliz e bem-disposto no ambiente laboral possibilita que as pessoas com deficiência permanecem no trabalho, de acordo com esses autores.

CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo examinar como as pessoas com ou sem deficiência auditiva percebem a Tecnologia Assistiva por meio da legislação e das políticas públicas voltadas para a inclusão no trabalho durante a pandemia do Covid-19 no Brasil.

A maioria dos trabalhadores sem deficiência em termos de legislação de TA a desconhecem, somente um entrevistado no cargo de gerente de marketing e vendas tem conhecimento da legislação para pessoas com deficiências auditivas. Já os trabalhadores com deficiência falam da morosidade para ter acesso aos aparelhos auditivos e sabem que a lei determina intérprete de Libras para reduzir barreiras na comunicação e inclusão no trabalho.

Em relação as políticas públicas, alguns trabalhadores sem deficiências não sabem se as organizações cumprem as políticas públicas para pessoas com deficiências auditivas.

No entanto, tanto as narrativas deles quanto dos trabalhadores com deficiências falam da acessibilidade no trabalho, para terem as mesmas oportunidades de inclusão porque o capacitismo os impedem de serem inseridos e integrados na tessitura da sociedade brasileira (Santos et al., 2022).

Os dados deste estudo demonstram que as pessoas com deficiência auditiva e as empresas devem atentar para os direitos humanos e a utilização do recurso da TA, como um meio de promover a inserção e inclusão dos trabalhadores e garantir a autonomia e o respeito, em conformidade a proposta de Jaeger (2015), consoante com o Paradigma da Inclusão Ferdman (2017). Ter um profissional com deficiência no cargo de CEO no estudo fortalece o debate da importância da TA e da perspectiva histórico-cultural, que todos tem condições de ocupar qualquer cargo, conforme Dias e Oliveira (2013).

Por isso, esta pesquisa aponta a necessidade debater essa questão envolvendo usuários, poder estatal e empregadores sobre legislação e políticas públicas para mitigar a exclusão de potenciais profissionais. A limitação foi a necessidade dos futuros pesquisadores se adaptarem a cada condição dos sujeitos de pesquisa e garantir maior profundidade quando se faz necessário ter o profissional intérprete de Libras. Sugere-se novas pesquisas com outros trabalhadores com deficiências visual, física, intelectual e múltipla para maior aprofundamento sobre o tema. No caso de pessoas com deficiência auditiva procure aplicar questões mais curtas e diretas para facilitar o entendimento, e falar devagar para que a leitura labial seja adequada.

REFERÊNCIAS

Amâncio, D. L. P., & Mendes, D. C. (2023). Pessoas com deficiência e ambiente de trabalho: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 29, e0140, 161-180. <https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0140>

Antunes, R. (2010). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho*. São Paulo: Cortez.

Baker, D. L. (2004). Public policy and the shaping of disability: incidence growth in educational autism. *Education Policy Analysis Archives*, 12(11), 1-15. <https://doi.org/10.14507/epaa.v12n11.2004>

Bampi, L. N. S., Guilhem, D., & Alves, E. D. (2010). Social model: a new approach of the disability theme. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 18(4), 816-823. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692010000400022>

Barbosa, A.M.S., & Orbem, J. V. (2015). “Pejotização”: precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas. *Revista Eletrônica do Curso de Direito -UFMS*, 10(2), 1-21. <https://doi.org/10.5902/1981369420184>

Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2017). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Editora Vozes Limitada.

Borges, J. A. S.; Pereira, & A. C. C. (2016). O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação. *Revista do Serviço Público*, 67(4), 555-574.

Brito, F.B. (2016). O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos. *Revista de Pesquisa em Necessidades Educacionais Especiais*, 16(1), 766-769. <https://doi.org/10.1111/1471-3802.1221>

Camargo, M. L., Goulart, E., & Leite, L. P. (2017). O Psicólogo e a inclusão de pessoas com

deficiência no trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 799-814. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003232016>

Carvalho-Freitas, M. N., Silva, O. A., Tette, R. P. G., & Silva, C. V. (2017). Diversidade em Contextos de Trabalho: Pluralismo Teórico e Questões Conceituais. *Revista Economia & Gestão*, 17(48), 174-191. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1984-6606.2017v17n48p174-191>

Condessa, A. M., Giordani, J. M. A., Neves, M., Hugo, F. N., & Hilgert, J. B. (2020). Barreiras e facilitadores da comunicação no atendimento às pessoas com deficiência sensorial na atenção primária à saúde: estudo multinível. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200074>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, 5 de outubro). Brasília: Presidência da República.

Cook, J. A, Burke, J. Public policy and employment of people with disabilities: exploring new paradigms. *Behavior Science Law*, 20(6), 541-557, 2002. <https://doi.org/10.1002/bsl.515>

Costa, M.S.S., Ferreira, C.A.A, Nunes, S.C., & Santos, M. B de. (2022). Tecnologia assistiva no contexto do trabalho durante a pandemia do Covid-19. *Revista de Administração Unimep*, 19(10), 172-194. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/68713/tecnologia-assistiva-no-contexto-do-trabalho-durante-a-pandemia-do-covid-19-i/pt-br>.

Cruz, D. M. C., & Emmel, M. L. G. (2015). Políticas públicas de tecnologia assistiva no Brasil: um estudo sobre a usabilidade e abandono por pessoas com deficiência física. *Revista FSA*, 12(1), 79-106. <http://dx.doi.org/10.12819/2015.12.1.6.1>

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. (1999, 21 dezembro). Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.

Decreto Legislativo nº 186, de 10 de julho de 2008. (2008,10 julho). Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: Câmara dos Deputados.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. (2009, 26 agosto). Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República.

Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021. (2021, 12 março). Regulamenta a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Brasília: Presidência da República.

Dias, S. de S., & Oliveira, M. C. S. L. de. (2013). Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 19(2), 169–182. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000200003>

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.

Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, R. W. (2010). Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos*, 6(11), 65-78. <https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?format=pdf>

Ferdman, B. M. (2017). Paradoxes of inclusion: Understanding and managing the tensions

of diversity and multiculturalism. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 53(2), 235-263. <https://doi.org/10.1177/0021886317702608>

Ferreira, C. A. A. (2018). Mitigando o preconceito do estudo de caso qualitativo na gestão pela adoção dos critérios de qualidade. *Revista Estudo & Debate*, 25(3), 7-24. <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v25i3a2018.1517>

Folmer, C. P. R., Mascini, P., Van Der Veen, R. J. (2020). Evaluating social investment in disability policy Impact of measures for activation, support, and facilitation on employment of disabled persons in 22 European countries. *Social Policy & Administration*, 54, 792–812. <https://doi.org/10.1111/spol.12579>

Fraga, M. N. O., Sousa, A. F. (2009). Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 11(2), 418-423.

França, I. S. X., Pagliuca, L. M. F., & Baptista, R. S. (2008). Políticas de inclusão de pessoas com deficiência: limites e possibilidades. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(1), 112-116. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307023823018>

Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, M.W., Gaskell, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. (2a ed.). Vozes.

Godoy, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. (1995). *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>

Godoy, V. B., Faiad, L. N. V., Machado, M. A. M. P., Crenitte, P. A. P., Lamônica, D. A. C, & Hage, S. R. V. (2019). Brazilian legislation and the school inclusion of individuals with communication disorders. *Revista CEFAC*, 21(3), 1-10. <https://doi.org/10.1590/1982-0216/201921315518>

Guedes, D. M., & Barbosa, D. A. L. (2020). Políticas públicas no Brasil para as pessoas com deficiência: trajetória, possibilidades e inclusão social. *Revista científica intra@ciencia*, 19, 1-16.

Gugliano, A. A., Mendes, T. Z., & Stein, G. Q. (2021). Políticas públicas e direitos das pessoas com deficiência no Brasil (1988-2016). *Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, 2(1), 9-23. <https://doi.org/10.14295/cn.v2i1.11559>

Jaeger, P. T. (2015). Disability, human rights and social justice: The ongoing struggle for accessibility and online equality. *First Monday*, 20(9), 2015. <https://doi.org/10.5210/fm.v20i9.6164>

Jakovljevic, M., & Buckley, S. (2011). Assistive technologies in a workplace environment: barriers for the employment of persons with disabilities. *Disability, CBR & Inclusive Development*, 22(2), 55-78. <http://dx.doi.org/10.5463/dcid.v22i2.32>

Januário, G. O. (2019). The Right to education in higher education of persons with disabilities. *Revista Internacional de Educação Superior*, 5, 1-26. 10.20396/riesup.v5i0.8653711

Kath, E., Guimarães Neto, O. C., & Buzato, M. E. K. (2019). Posthumanism and assistive technologies: on the inclusion / social exclusion of low-tech cyborgs. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 58(2), 679-703. <https://doi.org/10.1590/0103181386558805282019>

Kbar, G., Al-Daraiseh, A., Mian, S. H., & Abidi, M. H. (2016). Utilizing sensors networks to develop a smart and context-aware solution for people with disabilities at the workplace (design and implementation). *International Journal of Distributed Sensor Networks*, 12(9),

1-25. <https://doi.org/10.1177/1550147716658606>

Khosravi, M., Arazpour, M., & Vaziri, A. S. (2021). An evaluation of the use of a wedge side insole and a valine knee brace in combination in individuals with osteoarthritis of the knee with medial compartment (OA). *Assistive Technology*, 33(2), 87-94. <https://doi.org/10.1080/10400435.2019.1595788>

Kuznetsova, Y., & Bento, J. P. C. (2018). Workplace adaptations promoting the inclusion of persons with disabilities in mainstream employment: a case-study on employers' responses in Norway. *Social Inclusion*, 6(2), 34–45. <https://doi.org/10.17645/si.v6i2.1332>

Lei n.º 8.213 de 24 de julho de 1991. (1998, 14 de agosto). Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.

Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. (2002, 25 de agosto). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.

Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. (2015, 7 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Esta Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Brasília: Presidência da República.

Lowi, T. J. (1964). American business, public policy case studies and political theory. *World Politics*, XVI, 677-715. <https://doi.org/10.2307/2009452>

Melo, D. C. F. de., Siqueira, P. C., Maciel, E. L. N., Delcarro, J. C. S., Robaina, I. M. M., Jabor, P. M., Goncalves Junior, E., & Zandonade, E. (2022). Pessoas com Deficiência e COVID-19 no estado do Espírito Santo, Brasil: entre a invisibilidade e a falta de Políticas Públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(11), 4203–4212. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.08232022>

Merriam, S. B. (1988). *Case study research in education: a qualitative approach*. San Francisco, Jossey-Bass.

Nevala, N., Pehkonen, I., Teittinen, A., Vesala, H. T., Pörtfors, P., & Anttila, H. (2019). The effectiveness of rehabilitation interventions on the employment and functioning of people with intellectual disabilities: a systematic review. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 29(4), 773–802. <https://doi.org/10.1007/s10926-019-09837-2>

Nepomuceno, M. F., Assis, R. M., Carvalho-Freitas, M. N. (2020). Apropriação do termo pessoas com deficiência. *Revista Educação Especial*, 33, 5-27. <https://doi.org/10.5902/1984686X43112>

Neves-Silva, P., Praes, F. G., & Silveira, A. M. (2015). Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(8), 2549-2558. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015208.17802014>

Nogueira, G. C., Schoeller, S. D., Ramos, F. R. S., Padilha, M. I., Brehmer, L. C. F., & Marques, A. M. F. B. (2016). Perfil das pessoas com deficiência física e Políticas Públicas: a distância entre intenções e gestos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3131-3142. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.17622016>

Organização das Nações Unidas. (1975). *Declaração dos direitos das pessoas deficientes: Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em*

09/12/75. Brasília, MEC.

Paiva, J. C. M., & Bendassolli, P. F. (2017). Políticas sociais de inclusão social para pessoas com deficiência. *Psicologia em Revista*, 23(1), 418-429. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p418-429>

Pereira, R. (2009). Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. *História, Ciências, Saúde*, 16(3), 715-728. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000300009>

Pereira, A. C. C., & Passerino, L. M. (2012). Tecnologia Assistiva e Acessibilidade no Mercado de Trabalho: uma história de desencontros. *Informática na Educação: Teoria e Prática*, 15(2), 171-181. <https://doi.org/10.22456/1982-1654.24045>

Pereira-Silva, N. L., Furtado, A.V., & Andrade, J. F. C. M. (2018). A inclusão no trabalho sob a perspectiva das pessoas com deficiência intelectual. *Temas em Psicologia*, 26(2), 1003-1016. <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-17Pt>

Pinheiro, L. R. S., & Dellatorre, R. (2015). Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo sobre a percepção dos envolvidos. *Perspectiva*, 39(148), 95-109.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas.

Santos, T. R., Alves, F. P., França, I. S. X., Coutinho, B. G., & Silva Júnior, W. R. (2012). Políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência: uma reflexão crítica. *Revista Agora*, 5, 210-219. <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/4223>

Santos, S. C. dos, Kabengele, D. do C., & Monteiro, L. M. (2022). Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (81), 158–170. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i81p158-170>

Sassaki, R. K. (2003). *Como chamar as pessoas que têm deficiência*. São Paulo, RNR.

Secretaria Especial de Direitos Humanos. (2007). *Ata da VII Reunião do comitê de ajudas técnicas – CAT CORDE / SEDH / PR*. Coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. 13-14.

Silva, M.C., Mieto, G.S.M., & Oliveira, V.M. (2019). Estudos recentes sobre inclusão laboral da pessoa com deficiência intelectual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 469-486.

Souza, M. F. N. S., Araújo, A. M. B., Sandes, L. F. F., Freitas, D. A., Soares, W. D., Vianna, R. S. M., & Sousa, A. A. D. (2017). Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. *Revista CEFAC*, 19(3), 395-405. <https://doi.org/10.1590/1982-0216201719317116>

Tanaka, E. D. O., & Manzini, E. J. (2005). O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(2), 273-294. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382005000200008>

Tefili, D., Barrault, G. F. G., Ferreira, A. A., Cordioli, J. A., & Lettnin, D.V. (2013). Implantes cocleares: aspectos tecnológicos e papel socioeconômico. *Revista Brasileira Engenharia Biomédica*, 29(4), 414-433. <https://doi.org/10.4322/rbeb.2013.039>

Vigotski, L.S. (1997). *Obras escogidas- V Fundamentos de defectología*. Madrid: Visor.

Woodhams, C., & Danieli, A. (2000). Disability and diversity – a difference too far? *Personnel Review*, 29(3), 402-417. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1108/00483480010324779>

AVALIADORES

Em cumprimento às normas de boas práticas editoriais propostas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, publicamos nesta edição a lista dos avaliadores que realizaram o trabalho de avaliação dos artigos submetidos à revista EAS, nas edições do ano de 2023.

Aproveitamos o ensejo para agradecer o concurso das colegas e dos colegas pesquisadora(e)s, os quais contribuíram efetivamente para que as edições pudessem ser publicadas com o melhor padrão possível e para o avanço dos estudos organizacionais e sociais no Brasil. Foram ela(e)s:

AVALIADOR	E-MAIL
Agatha Justen	agathajusten@gmail.com
Aline Rozenthal de Souza Cruz	alinecruz@live.com
Américo Ramos	americoramos@id.uff.br
Aurelio Murta	aureliomurta@id.uff.br
Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira	carlyle.falcao@gmail.com
Catharina Marinho Meirelles	catme@uol.com.br
Eduardo Henrique Araújo	castro_araujo_eduardo@yahoo.com.br
Elza Marinho Lustosa da Costa	elzamarinho@id.uff.br
Fabiano Maury Raupp	fabianoraupp@hotmail.com
Fernando Vieira	prof.fernandovieira@gmail.com
Gabriel Marcuzzo	gabrielmarcuzzo@id.uff.br
Giuliano Alves Borges Silva	giulianoalves@id.uff.br
Igor Cataldi	igor.cataldi@gmail.com
Jaime Baron	jotabaron@gmail.com
Janaina Simões	janainamachado@id.uff.br
José Paulo Cosenza	jpcosenza@id.uff.br
Júlio Carlos Figueiredo	jcf@nitnet.com.br
Laura Lebosso Abrantes	lauraabrantes@gmail.com
Lindomar Pinto da Silva	lindomarps@ufba.br
Lucas Pacheco Campos	lucas-pcampos@hotmail.com
Luis Peres Zotes	lpzotes@gmail.com
Maudeth Py	maudethpy@id.uff.br
Michelle Muniz Bronstein	mmichellebronstein@hotmail.com
Miguel Lima	miguellima@id.uff.br
Ronaldo Padula	ronaldopadula@id.uff.br

Selma Alves Dios	selmadios7@gmail.com
Sérgio de Sousa Montalvão	sergiomontalvao@id.uff.br
Teresa Olinda	teresacaminha@id.uff.br
Victor Cláudio Paradela Ferreira	victorclaudiof@gmail.com
Virgílio César da Silva e Oliveira	virgilio.oliveira@ufjf.br
Wallace dos Santos de Moraes	wktmoraes@outlook.com
Wilma Pessoa	wilmapessoa2709@gmail.com

Claudio Gurgel
Editor-chefe